

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste/Etene,  
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2009

Obra publicada pelo

**Banco do  
Nordeste**



***O nosso negócio é o desenvolvimento***

#### **Presidente**

— Roberto Smith

#### **Diretores**

— João Emílio Gazzana

— José Sydrião Alencar Júnior

— Luiz Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

#### **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene**

José Naciso Sobrinho  
(Superintendente)

#### **Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação**

Jânia Maria Pinho Souza

(Gerente de Ambiente)

Airton Saboya Valente Júnior

(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas  
Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro

(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e  
Agroindustriais)

Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de  
Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

#### **Equipe Responsável**

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio  
Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos  
Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo  
Júnior, Daniel Barboza Guimarães, Francisco Ferreira  
Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Inêz Silvia  
Batista Castro, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano  
Carvalho Vivas, Maria Simone de Castro Pereira  
Brainer, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto  
Sousa Miranda e Roberto Alves Gomes

**Estagiários:** Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, João  
Mairton Moura de Araújo, Germano Bezerra de Melo,  
Rayssa Alexandre Costa e Valéria Falcão de Souza

#### **Ambiente de Comunicação Social**

José Maurício de Lima da Silva

#### **Editor**

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

#### **Revisão Vernacular**

Edmilson Nascimento da Silva

#### **Normalização Bibliográfica**

Fernanda Holanda

#### **Diagramação**

Franciana Pequeno da Silva

#### **BNB/Etene**

Av. Pedro Ramalho, 5700 - BL. A2 - Térreo - Passaré  
Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP 60.740-000

e-mail: [conjuntura@bnb.gov.br](mailto:conjuntura@bnb.gov.br)

fone: (85) 3299.3033

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem  
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 22 (jul. - set. 2009) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

100 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

## SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	1.1 - O Nordeste e seu Papel no Novo Projeto de País
09	1.2 - A Expansão do Setor Agropecuário do Nordeste
13	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
17	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
17	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
21	3.2 - Produção Industrial do Brasil
24	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
30	3.3 - Comércio
30	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
32	3.4 - Comércio no Nordeste
36	3.5 - Produção Agropecuária
36	3.5.1 - Agronegócio
36	3.5.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
41	3.5.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio
44	3.5.2 - Agricultura
54	3.5.3 - Pecuária
61	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
61	4.1 - Brasil
62	4.2 - Nordeste
63	4.3 - Rendimento
63	4.4 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal
67	5 - SETOR EXTERNO
77	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
77	6.1 - Governo Federal

77	6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central
79	6.1.2 - Dívida Pública Federal
80	6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
81	6.2 - Estados e Municípios do Nordeste
82	6.2.1- Arrecadação do ICMS
85	6.2.2 - Transferências Constitucionais
89	7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
90	7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
92	7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
95	7.3 - BNB - Taxas de Juro, Depósitos e Operações de Crédito

# 1 - Avaliação e Perspectivas

## 1.1 - O Nordeste e seu Papel no Novo Projeto de País

**José Sydrião Alencar Júnior**

*Economista, atual Diretor de Gestão de Desenvolvimento do BNB*

A primeira década do século XXI já se apresenta como um daqueles períodos de grandes transformações na história do país, e, por conseguinte, aponta a necessidade de uma reformulação do projeto nacional pelo Estado brasileiro. Na verdade, essa reformulação de projeto de país teve início em 2003, com a participação mais ativa e autônoma do Brasil no espaço internacional, aliada à resolução dos grandes problemas econômicos persistentes nos últimos cinquenta anos, como a inflação, as dívidas interna e externa do setor público e a disponibilidade de energia, especialmente do petróleo.

Nesse novo projeto de país, além de maior inserção internacional, destacam-se variáveis como o incentivo ao mercado interno, grandes investimentos em infraestrutura e o fortalecimento e expansão das políticas sociais.

Do ponto de vista da sociedade brasileira, deve-se ressaltar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reunindo um conjunto de investimentos estratégicos que servirá de suporte para o crescimento da economia nos próximos anos. Sua importância e execução representam quebra da inércia e do imobilismo do governo observada desde os anos 1980, sobretudo no governo FHC, por meio das políticas do tipo *stop and go*, principalmente a partir de 1998, com ápice

em 2002, quando o país foi entregue ao presidente Lula em situação pré-falimentar.

Ao lado do PAC, destaca-se também a recuperação da capacidade de investimento da Petrobras, cuja consequência foi a conquista da autossuficiência em petróleo, com o aprimoramento contínuo das tecnologias de exploração em águas profundas, que possibilitaram a maior descoberta de campos petrolíferos de todo o mundo nas últimas décadas. Além da autonomia energética, isso significará também recursos para viabilizar a superação das desigualdades sociais e regionais presentes no país, parte da luta permanente do presidente Lula.

Pensar estrategicamente o Brasil significa discutir o papel de cada região e de cada estado nesse novo contexto. Por isso, é necessário retomar a discussão de políticas regionais para o país, notadamente para o Nordeste e o Norte, que em grande parte ficaram à margem da dinâmica do crescimento nacional desde o século XX.

### **Mudanças no processo de intervenção**

O Nordeste desempenha papel fundamental em todos esses aspectos, exigindo do Estado brasileiro alterações significativas no processo de intervenção na realidade regional, visando à melhoria de seus indicadores socioeconômicos.

O Nordeste é a região que detém os mais baixos índices sociais e econômicos do país, como maior número de pessoas na linha de pobreza. Nesse sentido, o atual governo tem sido bastante eficaz em suas diversas políticas sociais, como, por exemplo, a Bolsa Família, extremamente importante para a região. Esses recursos somaram R\$ 23 bilhões em 2008 (em valores de dezembro) e geraram os seguintes impactos: R\$ 17 bilhões de arrecadação de tributos, distribuídos entre os vários entes federativos e aumento de R\$ 5 bilhões em termos de salários pagos a 800 mil pessoas que foram empregadas em decorrência da expansão do consumo de bens e serviços de seis milhões de nordestinos. Os valores e seus impactos foram calculados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, elaborada pelo BNB-Etene.

Igualmente poder-se-ia citar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, cujas aplicações no período 2003-2008 ultrapassaram os R\$ 8 bilhões (valores de dezembro de 2008), com impactos em termos de tributos (R\$ 5 bilhões), salários (R\$ 4 bilhões) e aumento da produção (R\$ 7 bilhões).

O atual governo foi também responsável pela recuperação de um dos mais importantes instrumentos de ação do governo federal na região, no caso o Banco do Nordeste do Brasil S/A, cujo processo de esvaziamento no governo FHC pode ser traduzido pelo seu patamar de aplicações em 2002: apenas R\$ 1,2 bilhão, menos de um décimo da marca histórica de 2008 (R\$ 13,2 bilhões) e bem mais distante ainda dos R\$ 18 bilhões previstos para 2009. O BNB responde hoje por mais de dois terços dos financiamentos de médio e longo prazo na região, em especial para o setor rural.

Atualmente, o BNB é o principal financiador do Pronaf na região, com mais de 60% dos recursos, destacando-se ainda o crescimento no financiamento de pequenas e microempresas, que totalizou R\$ 1,3 bilhão em 2008, valor quinze vezes maior que o montante aplicado em 2002.

Importante lembrar ainda, a liderança nacional do BNB no microcrédito, por meio do programa Crediamigo, o maior do gênero no país, com mais de 400 mil clientes.

Por outro lado, dados recém-disponibilizados pelo IBGE acerca do crescimento do PIB dos estados registram uma elevação dos indicadores regionais em relação ao resto do país. De forma nítida, mostram os efeitos das medidas de intervenção na economia implementadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos, sejam as políticas sociais de distribuição de renda e expansão do crédito, propiciando aumento do consumo interno, ou também os investimentos em infraestrutura e o crédito para investimento.

### **Esforço contínuo para reduzir as desigualdades**

Em que pesem, porém, as recentes melhorias observadas em termos regionais, será necessário o esforço continuado do Estado brasileiro para redução das diferenças de renda entre as duas regiões mais pobres do país, Norte e Nordeste, e as duas mais ricas, Sul e Sudeste. A riqueza representada pelo petróleo do pré-sal constitui oportunidade ímpar para reduzir essas disparidades.

As recentes discussões envolvendo a partilha dos recursos do pré-sal revelam aspectos diferentes da realidade federativa brasileira e implicam o risco de maior concentração da renda em termos espaciais. Ou seja, os grandes volumes de recursos e investimentos previstos para a exploração do petróleo podem acarretar um novo período de concentração de renda, já que as atuais regras beneficiarão em maior proporção as três unidades federativas do Sudeste.

Com efeito, somente em 2008, foi distribuído a título de “royalties” valor superior ao triplo dos recursos totais destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Nesse contexto, cerca de US\$ 200 bilhões de dólares estariam previstos para o Fundo Social até 2020, enquanto

uma parcela ainda mais significativa será distribuída com estados e municípios.

As grandes ações do governo Lula na região induzem a pensar estrategicamente o Nordeste para os próximos anos e avaliar o potencial desse importante espaço nacional no contexto de projeto nacional de desenvolvimento, no qual o pré-sal desempenhará importante papel, conforme análise a seguir.

O Nordeste é um grande mercado consumidor. O consumo de bens e serviços cresce a uma taxa superior à da média nacional, observando-se nos últimos anos a maior migração já vista de pessoas da classe “D” para a classe “C”, em consonância com uma das principais diretrizes do governo Lula, de expansão do mercado de massa.

O atual contexto logístico e de transporte do Brasil e o cenário que se apresenta para os próximos anos colocam o Nordeste como a principal “janela” das relações do país com o norte da América do Sul, América do Norte, Europa e África. Verifica-se uma saturação dos principais portos brasileiros situados no Centro-Sul e no Sul, enquanto três portos situados no Nordeste Itaqui (MA), Pecém, (CE) e Suape (PE) se apresentam como alternativas claras para cobrir significativa parcela da expansão do comércio exterior brasileiro.

### **Projetos estruturantes para o Nordeste**

Para ser efetivado, esse potencial nordestino depende de um conjunto de investimentos estruturantes no âmbito do PAC. Um desses projetos é a ferrovia transnordestina e a sua continuação até a cidade de Estreito, no Maranhão, que possibilitará a diminuição do custo de transporte da produção dos cerrados do Piauí, Maranhão, Bahia, Tocantins e mesmo de parte do Mato Grosso. Esse exemplo indica um investimento estruturante para integrar a economia do Nordeste às das outras regiões e, dentro da dinâmica nacional, viabilizar o processamento de parte dessa produção no semiárido com a criação de pólos avícolas, suínos e de pecuária

de leite, e melhorar o abastecimento doméstico, e a exportação, usufruindo tanto do mercado interno nordestino como também das vantagens logísticas e de transporte. No caso do Pecém, no Ceará, vale ressaltar a vantagem de cinco a seis dias no transporte marítimo para Europa e Estados Unidos, ao se comparar com o porto de Santos.

O Nordeste se apresentará como grande produtor de fertilizantes fosfatados, a partir da exploração da mina de urânio de Itataia (CE), e de corretivos para solo, com o aproveitamento das reservas de gesso da região de Araripina (PE). Deve-se atentar que o Brasil importa mais de 60% dos fertilizantes fosfatados e que o gesso é um importante corretivo para os solos do cerrado, a mais importante fronteira agrícola nacional. Portanto, isso exemplifica mais uma vez a complementaridade produtiva entre os vários espaços brasileiros.

O potencial do Nordeste em termos de pré-sal, por exemplo, estende-se para as complementaridades produtivas de grandes pólos em processo de consolidação e instalação, como os complexos petroquímico de Camaçari, na Bahia; de construção naval e refino de petróleo em Pernambuco (Suape); cloroquímico, em Alagoas; de gás e sal, no Rio Grande do Norte; de siderurgia e refinação de petróleo no Ceará (Pecém) e no Maranhão (grande São Luís). São projetos que vão requerer empreendimentos complementares de variados portes e especificidades, tanto nos estados-sede desses empreendimentos, como nos estados limítrofes.

Do ponto de vista tanto social como da segurança dos investimentos, não se pode esquecer um dos mais importantes projetos do PAC, de que é objeto o Rio São Francisco. Além de revitalizar as condições ambientais, recuperar as matas ciliares e promover o tratamento de esgotos, a transposição garantirá o fornecimento de água a um amplo espaço do semiárido dos estados Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, significando segurança hídrica para uma população superior a vinte milhões de pessoas.

## **Vazamento de recursos**

Não se pode pensar um projeto para o Brasil sem levar em conta o papel do Nordeste, como também não se pode pensar a região deixando de lado o semiárido. Ou seja, a integração da região ao país pressupõe uma integração inter-regional, sendo fundamental considerar as dinâmicas econômicas diferenciadas das áreas mais prósperas, ou centrais, e as retardatárias, ou periféricas.

Nesse contexto, vale ressaltar que os vazamentos de recursos financeiros do Nordeste para o restante do país devem-se ao próprio processo de intermediação financeira do setor bancário.

O que se tem constatado é que as áreas mais ricas são dotadas de mercados mais organizados e dinâmicos, além de um sistema financeiro mais sofisticado, enquanto as regiões mais pobres se caracterizam pela fragilidade de seus mercados. Esses processos foram agravados principalmente pelas políticas do governo federal a partir dos anos 1970, quando ocorreu significativa concentração do setor bancário.

Apenas para citar um exemplo: no início dos anos 1980, o Ceará contava com cinco bancos. Atualmente, apenas o BNB continua sediado na capital cearense. Os demais foram incorporados ou transferidos para a capital paulista.

A magnitude dos vazamentos financeiros, conforme levantamento do Etene, alcançou cerca de R\$ 20 bilhões por ano no período de 2003 a 2008, se se comparar os valores dos depósitos e dos empréstimos do sistema bancário na região.

## **Pesquisas e novas tecnologias, pontos cruciais**

A pesquisa e a difusão de novas tecnologias são cruciais, dentro desse novo papel a ser desempenhado pelo Nordeste no projeto nacional no âmbito do governo Lula. A expansão das Universidades Federais e do sistema de Universidades Tecnológicas assume grande importância e representa um marco histórico desse governo.

Contudo, é necessário resolver algumas situações que criam estrangulamentos. O Nordeste absorve menos de 10% dos recursos da ciência e tecnologia, quando a lei prevê uma dotação mínima de 30% a 40% desses recursos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dentre as causas desse desequilíbrio, destacam-se as formas e os processos dos editais, adequados mais às condições das universidades do Centro-Sul, que já dispõem de outras fontes para pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e fundos privados de grandes empresas nacionais e transnacionais.

No campo da Tecnologia da Informação (TI), o Nordeste é um dos mais importantes pontos da Internet no Brasil, usufruindo, em decorrência disso, um conjunto de vantagens. Aliado a isso, observa-se um leque de ações que proporcionarão vantagens competitivas, como é o caso dos investimentos do governo do Ceará na rede de alta velocidade Gigafor, que no curto prazo possibilitará comunicação em alta velocidade de dados em todo o estado. Isso viabilizará importantes avanços nos campos da medicina e da saúde, como também novas oportunidades de negócios.

Essa infraestrutura requer financiamentos adequados às especificidades das empresas de base tecnológica, pois as dificuldades de obtenção de financiamento se devem ao próprio setor, caracterizado por produtos intangíveis, limitando sua capacidade de atender às exigências de garantias reais tradicionais. Alguns empreendimentos no Nordeste indicam o grande potencial da região nesse segmento, destacando-se o Pirambu Digital, o Instituto Atlântico e o Instituto Titã, em Fortaleza, o Porto Digital, em Recife, e o pólo de TI, em Campina Grande, na Paraíba.

A oportunidade que se abre com a crise internacional, para uma redefinição do papel do país no cenário mundial, é também uma oportunidade para se resolver problemas estruturais, como a questão das regiões menos desenvolvidas. A in-

tegração do Nordeste e do Norte é fundamental para o crescimento do país nos próximos anos.

Dessa forma, os recursos financeiros que serão auferidos com a exploração de petróleo do Pré-sal podem e devem desempenhar importante papel na resolução dos problemas regionais. Como

destacado pelo presidente Lula, esses recursos formarão um fundo que se destinará ao resgate da dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os milhões de irmãos que vivem na miséria, não se podendo esquecer que o Nordeste é o principal protagonista dessa realidade.

## 1.2 - A Expansão do Setor Agropecuário do Nordeste

**Airton Saboya Valente Junior**  
*Técnico do BNB-Etene*

O Brasil está inserido no comércio internacional desde o século 16, quando iniciou a venda de corante de tecidos para a Europa. Na fase seguinte, vieram as exportações de açúcar, borracha e café. No século 20, o processo de industrialização propiciou a implantação do segmento de agronegócios, agregando valor aos produtos agropecuários e gerando oportunidades na área de serviços.

A produção agrícola e o atrelamento do parque industrial ao setor primário ensejaram a oferta de alimentos capaz de suprir toda a demanda da população brasileira, além de gerar excedentes para exportação. Atualmente, as vendas externas posicionam o Brasil como o terceiro maior exportador agrícola mundial, atrás somente da União Europeia (bloco econômico formado por 27 países) e dos Estados Unidos.

A posição de destaque alcançada pelo Brasil resulta de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, o país detém vasta extensão de terras cultiváveis e dispõe de água, diversificação de clima, solo e vegetação, um litoral extenso, que facilita o intercâmbio internacional, além de dedicada força de trabalho e empreendedores competentes.

Somando-se a essas vantagens comparativas, em meados do século 20 o Estado brasileiro adotou um conjunto de políticas públicas que possibilitaram a modernização, expansão e diversificação do setor agropecuário brasileiro. Dentre elas, destacam-se os sistemas de pesquisa e assistência técnica, abastecimento, cooperativas e de crédito rural. Um dos pontos frágeis dessas políticas foi não ter priorizado uma ampla reforma agrária, o que contribuiu para a eclosão de problemas sociais ainda hoje persistentes no país. Além disso, referidas políticas sofreram um retrocesso nos anos 1990, por conta das políticas denominadas neoliberais, que concorreram para reduzir a atuação das instituições públicas. Contudo, a partir de 2003, o país retomou um projeto de desenvolvimento nacional, cabendo desde então papel preponderante às instituições públicas.

### **Liderança em muitos setores**

Os instrumentos de política já mencionados possibilitaram a injeção de maciços recursos creditícios destinados à produção agropecuária e a contratação de financiamentos para a construção de uma infraestrutura rural. Consequentemente,

ocorreu um aumento na produção e na produtividade agropecuária, e o surgimento de uma classe empresarial agroindustrial.

Assim, o enorme potencial agrícola transformou-se em realidade e liderança. Atualmente, o Brasil é o maior produtor e o maior exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar e suco de laranja. Lidera o ranking das vendas externas de carne bovina, carne de frango e tabaco. O país transformou-se no principal pólo de biocombustíveis obtidos a partir da cana-de-açúcar, devendo, em breve, sobressair-se mundialmente na produção de combustíveis a partir de óleos vegetais. Destaca-se ainda na produção e exportação de algodão, milho, frutas frescas, cacau, carne suína, castanhas, couros e peles, entre outros.

Há cinquenta anos, mais da metade das exportações brasileiras era constituída de café destinado aos países desenvolvidos. Na década de 1990, o Brasil possuía uma estrutura de comércio exterior concentrada nos Estados Unidos e União Europeia.

### **De coadjuvante a protagonista**

A partir de 2003, assistiu-se a nova orientação da política externa brasileira. O país passou a diversificar mercados, intensificando as trocas comerciais com países em desenvolvimento da Ásia, África, América Latina, Oriente Médio e Leste Europeu. O Brasil abandonou o papel anterior de eterno coadjuvante e tornou-se protagonista no comércio internacional de produtos agropecuários.

Conforme o MDIC-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2009), as vendas totais do agronegócio brasileiro para o exterior, em 2008, atingiram a marca histórica de US\$ 71,8 bilhões, quase o triplo dos US\$ 24,8 bilhões exportados em 2002. O superávit da balança também registrou recorde, alcançando US\$ 60 bilhões em 2008 ante US\$ 20 bilhões em 2002.

A safra de grãos 2007/08 foi marcante para o país. Foram colhidas 144 milhões de toneladas de grãos,

superando em quase 50% o total de 97 milhões de toneladas da safra 2001/02 (CONAB, 2009).

A safra de grãos 2007/08 foi marcante para o país. Foram colhidos 144 milhões de toneladas de grãos, superando em quase 50% os 97 milhões de toneladas colhidos na safra 2001/02 (CONAB, 2009).

### **Posicionamento do Nordeste**

O Nordeste também participou do crescimento da agropecuária brasileira. Na safra 2007/08, a região colheu 12,6 milhões de toneladas de grãos (6,3 milhões em 2002). Além disso, as exportações da agropecuária regional atingiram US\$ 6,6 bilhões em 2008, correspondendo ao triplo dos US\$ 2,2 bilhões exportados em 2002 (CONAB, 2009).

As exportações do agronegócio do Nordeste, em 2008, representaram 42,5% do exportado pela região, enquanto as importações do setor alcançaram apenas 11,5% do total adquirido do exterior. O saldo da balança comercial do segmento foi de US\$ 4,8 bilhões (BNB, 2009).

O Nordeste exportou 83 produtos agropecuários, em 2008, dos quais 14 responderam por 91,2% dos negócios, com destaques para celulose, açúcar, álcool, soja, frutas frescas, algodão, couros e peles, cacau e derivados, castanha e pescado (BNB, 2009).

### **Pesquisa como fator decisivo**

O Banco do Nordeste do Brasil desempenha destacado papel na modernização e expansão da produção e exportação do setor agropecuário da região. Em primeiro lugar, a partir das pesquisas financiadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), que tem na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) uma das principais beneficiárias. Elas foram decisivas para a região diversificar a produção e aumentar a produtividade.

O resultado dessas pesquisas levou o Nordeste a se tornar importante produtor e exportador de grãos. Um exemplo é a produção do cerrado, onde desde 1970, com o desenvolvimento de variedades adaptadas à região, cresceu bastante a produção agrícola, principalmente soja, milho e algodão. Registre-se inclusive que, em 2008, o Valor Bruto da Produção (VBP) da soja, no Nordeste, ultrapassou o da cana-de-açúcar.

Mais um fruto do trabalho desenvolvido pelo Fundeci (também em parceria com a Embrapa e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf) é a produção de uva e de manga no pólo irrigado de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O cultivo dessas frutas só foi possível graças às adaptações das tecnologias e culturas ao clima da região, hoje um grande centro nacional de fruticultura, que começa a agregar valor com a fabricação de sucos, polpas e vinhos. É importante salientar que o Vale do São Francisco obteve a primeira Indicação Geográfica (IG) do país de frutas in natura e a primeira que reúne produtores de dois estados.

### **Desafios persistentes**

Além da pesquisa, o crédito constituiu importante instrumento de fomento à agropecuária, e o Nordeste se beneficia com linhas específicas, prazos adequados e taxas de juros preferenciais, especialmente no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Os recursos oriundos do FNE e do Pronaf possibilitaram o acesso ao crédito a um crescente número de produtores, inclusive agricultores familiares.

Desafios para o Nordeste ainda persistem, como, por exemplo, possibilitar que as exportações se traduzam em crescimento interno, com reflexo na geração de emprego e renda e no desenvolvimento tecnológico, aliando-se pujança econômica com preservação ambiental. Importante ainda é fortalecer as cooperativas, aumen-

tar a renda dos agricultores familiares da região e oferecer-lhes condições para que se insiram nas cadeias produtivas em condições vantajosas.

A perversa estrutura fundiária do Nordeste, particularmente do semiárido, juntamente com as deficiências do sistema de assistência técnica, contribui para inviabilizar a inserção de agricultores familiares no processo produtivo e dificultar a estruturação de atividades agropecuárias em bases comerciais.

De acordo com IBGE (2009), aproximadamente 22% dos estabelecimentos agropecuários do Nordeste possuem menos de 10 hectares e ocupam apenas 2% do total da área. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares representam 31% do total, com apenas 14% da área.

Ainda conforme IBGE (2009), as propriedades acima de 1.000 hectares respondem por apenas 0,1% do número de estabelecimentos, mas detêm 13% do total da área. Referidas propriedades são, em muitos casos, subutilizadas em termos de produção agropecuária. Além disso, sua exploração ocorre, com frequência, sob as formas de contratos de arrendamento, parceria e ocupação, com desvantagens econômicas para os contratados.

Como ressaltado por Carvalho (1988), um estabelecimento agropecuário localizado no semiárido, com área inferior a 100 hectares, explorado com tecnologias tradicionais e apresentando baixa produtividade, com predomínio de solos rasos e carente de fontes de água, não gera excedentes capazes de possibilitar ao seu proprietário sair da linha da pobreza.

Assim, convive-se no Nordeste com uma estrutura fundiária fragmentada e ao mesmo tempo concentrada. Os minifundistas, em geral, não conseguem utilizar seus estabelecimentos em bases comerciais, devido à limitação de área. Os latifundiários, por sua vez, ao concentrar a posse da terra, estimulam a sua utilização mediante

parceria, arrendamento e ocupação, obtendo evidentes vantagens econômicas.

O aumento da produção, dos índices de produtividade e dos volumes de exportação do setor agropecuário do Nordeste deve-se ao fortalecimento tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar. É de fundamental importância, portanto, que esses sistemas convivam paralelamente e que obtenham eficiência produtiva, gera-

ção de emprego e renda, sem comprometimento da preservação ambiental.

Outro desafio para a região consiste em exportar, além de matérias-primas, produtos da agroindústria e da tecnologia genética. Faz-se necessária, portanto, uma melhor articulação entre as políticas agrícola, industrial e tecnológica. O BNB, em parceria com as demais agências de desenvolvimento da região, tem muito a contribuir para o atingimento desses objetivos.

## REFERÊNCIAS



BNB. **Conjuntura Econômica**, n. 20, janeiro-março de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial por Unidade da Federação**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Brasília: Editora Campus, 1988.

CONAB. **Safra de grãos**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=131>>. Acesso em: 1 ago. 2009.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro (RJ), 2009.

## 2 - Síntese de Expectativas

A última edição do World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional (*INTERNATIONAL MONETARY FUND*, 2009), enfatiza a retomada do crescimento econômico mundial, assim como a melhoria da situação financeira dos países. Essa recuperação resulta fundamentalmente das intervenções dos governos dos países desenvolvidos e emergentes, que não pouparam esforços no sentido de evitar uma crise financeira sistêmica prolongada, atenuando as possibilidades de uma depressão mundial. Nesse sentido, no Brasil, foram cruciais a significativa redução da taxa básica de juros, assim como ações não tradicionais, mediante injeção de recursos no sistema, visando estimular o crédito. Também vale destacar as políticas anticíclicas de cunho fiscal visando favorecer a demanda doméstica e estimular a produção em setores estratégicos da economia.

Apesar do incremento dos déficits públicos, o FMI acredita na manutenção de políticas fiscais expansionistas para consolidar a recuperação da atividade econômica mundial. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível estimular o fortalecimento da demanda interna, sobretudo nas economias que desenvolveram estratégias de crescimento baseadas no dinamismo das exportações. O baixo nível de atividade econômica dos principais países desenvolvidos inviabiliza esses modelos do tipo *drive* exportador.

Para o FMI, em 2009, a economia mundial deverá registrar um decréscimo de 1,1%, seguido de um crescimento de 3,1% em 2010. A retração de 3,4% dos países desenvolvidos será decisiva para

esse resultado. Na avaliação do FMI, a economia americana assinalará recuo de 3,4% no corrente ano. Entretanto, o surpreendente crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no terceiro trimestre pode levar a uma revisão mais positiva da projeção para 2009.

Os dados do *Bureau of Economic Analysis* (BEA, 2009) mostram que a economia norte-americana cresceu 3,5% no período julho-setembro, comparativamente ao trimestre anterior. A expansão do PIB foi influenciada, principalmente, pelo consumo das famílias, que registrou acréscimo de 3,4%, com destaque para o expressivo aumento de 22,3% do setor de bens de consumo duráveis. A política de incentivos do governo dos EUA para a renovação da frota de veículos foi determinante para esse desempenho. Vale destacar também o incremento das exportações (14,7%) e do consumo do governo (7,9%).

Nos países emergentes, o cenário permanece positivo, razão pela qual o FMI está revisando para cima as projeções do aumento do PIB para 2009. Os maiores destaques continuam sendo os países asiáticos, com incrementos médios de 6,2% este ano e 7,3% no próximo. A China contribui decisivamente para esse dinamismo, devendo sua economia avançar 8,5% em 2009 e 9% em 2010.

De acordo com o *National Bureau of Statistics of China* (2009) no terceiro trimestre o PIB chinês aumentou 7,7% na comparação com igual período do ano anterior, sobressaindo-se o setor de serviços (8,8%), seguido do industrial (7,5%).

Influenciaram significativamente esse desempenho as medidas de estímulo à demanda interna anunciadas no segundo semestre de 2008.

O setor exportador chinês ainda contribui substancialmente para o incremento do PIB do país, apesar do baixo nível de atividade econômica em âmbito mundial. A indexação de sua moeda (yuan) ao dólar norte-americano, que se desvaloriza em função do aumento de liquidez americana, contribui adicionalmente para ampliar a competitividade dos produtos chineses. Com excesso de produção e uma estratégia pró-depreciação do yuan, a China está exportando mercadorias praticamente a preço de custo.

No caso do Brasil, a situação é preocupante, já que o real se apreciou em relação ao dólar norte-americano e, conseqüentemente, à moeda chinesa. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a pedido do jornal Valor Econômico (IEA/FUNCEX, 2009a), revela a expressiva queda dos preços dos produtos provenientes da China, atingindo vários setores da economia (IEA/FUNCEX, 2009b). De janeiro a setembro, alguns preços de produtos importados daquele país, em reais, retrocederam mais de 50%. Levando-se em conta que o dólar médio caiu 21,1% no período, percebe-se que os chineses estão reduzindo os preços na moeda norte-americana.

Na avaliação da FIESP, esse fato pode desencadear um processo de desindustrialização no país. Um exemplo apresentado pelo estudo mostra que algumas empresas de autopeças passaram a importar produtos chineses e apenas colocar a marca no Brasil.

Além de estimular um processo de substituição da produção local por importações, esse movimento afeta o comércio bilateral Brasil-China. As exportações brasileiras para aquele país, com exceção de *commodities*, apresentam uma trajetória decrescente nos últimos quatro meses, enquanto

as importações só aumentam. Ademais, os produtos brasileiros perdem espaço para a China em outros mercados, especialmente na Argentina.

Nesse cenário, o governo estuda medidas no sentido de compensar a perda de competitividade das exportações e estimular as vendas ao exterior. Uma dessas medidas está relacionada com a redução dos juros cobrados nos financiamentos para a taxa Libor (1,75% ao ano mais 1%), com o objetivo de expandir a oferta de crédito a custos menores. Somente o segmento de máquinas e equipamentos vem sendo contemplado com encargos reduzidos. Atualmente, as melhores condições são ofertadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que utiliza recursos do Tesouro cobrando apenas a Libor, porém, beneficiando apenas um número restrito de exportadores.

Ademais, o governo avalia a possibilidade de abreviar de 12 para 6 ou 3 meses o ressarcimento de créditos de tributos federais (PIS/Cofins) aos exportadores. Novas desonerações estão sendo estudadas, assim como uma ofensiva junto aos estados para que repassem aos empresários o ICMS da produção de bens exportados previsto na Lei Kandir (IEA/FUNCEX, 2009c).

O governo estuda também medidas para conter a apreciação do câmbio. Além dos 2% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrados sobre os investimentos estrangeiros em bolsa e em renda fixa, o governo pretende retomar a emissão, no mercado internacional, de títulos públicos em reais. O estoque atual chega a R\$10,2 bilhões, equivalente a 13% da dívida externa pública. Outra possibilidade seria autorizar o Fundo Soberano do Brasil (FSB) a comprar dólares no mercado, complementando as operações do Banco Central (Bacen).

Vem sendo igualmente cogitada pelo governo uma ampla liberalização da taxa de câmbio, tendo à frente o Bacen. Uma das propostas em

discussão é a autorização para os fundos de investimentos aplicarem até 10% do patrimônio, total em volta de R\$ 1,3 trilhão, em ativos fora do país, assim como a liberdade para os bancos adquirirem ativos financeiros no exterior.

Se, de um lado, a apreciação cambial e a conjuntura internacional ainda de baixo crescimento afetam o desempenho das exportações brasileiras, por outro lado, a expansão da demanda interna vem sendo determinante para a retomada do dinamismo da economia. Essa melhoria da demanda doméstica, em especial do consumo das famílias, resulta, em grande parte, dos bons resultados do mercado de trabalho, com mais de um milhão de empregos formais criados entre janeiro e outubro de 2009. Vale salientar também a contribuição da expansão da oferta de crédito e dos gastos públicos na recuperação do crescimento. Há expectativa de continuidade do dinamismo do consumo das famílias em 2010.

Em contrapartida, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) continua apresentando resultados insatisfatórios. Dois fatores podem retardar o avanço desse indicador: a capacidade ociosa em vários segmentos da indústria brasileira e o câmbio valorizado, prejudicando as inversões nos setores exportadores de manufaturas e em ramos que competem diretamente com os produtos provenientes da Ásia, em particular da China.

Diante do cenário macroeconômico mais favorável, o relatório Focus divulgado em 06.11.2009, pelo Banco Central, indica uma ligeira melhora na projeção de crescimento da economia para 2009 e 2010. A estimativa de expansão do PIB este ano evoluiu de 0,18% para 0,2%. Para 2010, teve um leve acréscimo: de 4,8% para 4,83%. Já a estimativa para a produção industrial em 2009 segue negativa, com projeção de uma baixa de 7,7%. Para 2010, a projeção passou de 6,08% para 6,5%.

## REFERÊNCIAS



*Bureau of Economic Analysis (BEA)*. Disponível em: [www.bea.gov](http://www.bea.gov). Acesso em: 6 nov. 2009

IEA/FUNCEx. **Entre outras medidas, taxa Libor seria usada como compensação à queda do dólar**. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 6 nov. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Governo estuda estímulos a exportador**. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 6 nov. 2009c.

\_\_\_\_\_. **Preço do produto chinês em reais despenca no ano**. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 6 nov. 2009a.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**, out. 2009. Disponível em: <[www.imf.org.br](http://www.imf.org.br)>. Acesso em: 5 ago. 2009.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Disponível em: [www.stats.gov.cn/english](http://www.stats.gov.cn/english).

**Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Economicos Julho-Setembro/2009**

Indicador	Período	Unidade	Nordeste	Variação (%) igual período 2008	Brasil	Variação (%) igual período 2008
Estimativa Produção Grãos (a)	2008/09	Mil t	11.725,60	-6,7	134.345,10	-6,8
Estimativa Área Plantada Grãos (a)	2008/09	Mil ha	8.195,20	0,1	47.688,70	0,6
Estimativa Produtividade Grãos (a)	2008/09	Kg/ha	1.431,00	-6,8	2.817,00	-7,3
Produção Industrial	Jul-Set	Nº Índice	94,22	-8,30	91,68	-14,14
Pessoal Ocupado na Indústria	Jul-Set	Nº Índice	95,64	-4,98	93,26	-8,97
Horas Pagas na Indústria	Jul-Set	Nº Índice	95,02	-5,46	92,98	-9,26
Folha de Pagamento Real na Indústria	Jul-Set	Nº Índice	95,95	-9,64	94,99	-11,14
Comércio Varejista Volume de Vendas	Jul-Set	Nº Índice	-	-	149,36	4,71
Comércio Varejista Ampliado Volume de Vendas	Jul-Set	Nº Índice	-	-	172,87	4,35
Exportações	Jul-Set	US\$ milhão	3.145	-29,16	41.846	-30,51
Importações	Jul-Set	US\$ milhão	3.236	-27,03	34.519	-33,39
Corrente de Comércio (Exportação + Importação)	Jul-Set	US\$ milhão	6.381	-28,09	76.365	-31,84
Saldo da Balança Comercial (Exportação - Importação)	Jul-Set	US\$ milhão	-91	-1.832,04	7.327	-12,67
Saldo das Operações de Crédito (f)	Agosto	R\$ milhão	75.541	29,75	1.117.173	8,15
Saldo dos Depósitos Bancários (f)	Agosto	R\$ milhão	112.361	32,22	2.027.878	12,59
BNB - Saldo Operações de Crédito (com FNE)	Setembro	R\$ milhão	34.442	28,95	-	-
BNB - Contratações do FNE (b)	Jul-Set	R\$ milhão	1.601	5,61	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Jul-Set	R\$ milhão	195	45,25	-	-
Arrecadação de Receitas Federais (c)	Jul-Set	R\$ milhão	7.336	5,11	115.192	-9,09
Arrecadação de ICMS (d)	Jul-Set	R\$ milhão	6.902	-15,40	53.889	-6,36
Saldo Emprego Formal na Indústria	Jul-Set	Emprego	101.294	5,14	210.092	-1,77
Saldo Emprego Formal na Construção Civil	Jul-Set	Emprego	28.672	20,21	104.799	1,03
Saldo Emprego Formal no Comércio	Jul-Set	Emprego	22.174	17,77	134.450	1,31
Saldo Emprego Formal nos Serviços	Jul-Set	Emprego	31.110	-10,67	182.634	-29,82
Saldo Emprego Formal Agrop.Extra.Veg.Caça Pesca	Jul-Set	Emprego	22.234	-17,93	1.170	-92,00
Saldo Emprego Formal Total	Jul-Set	Emprego	205.484	2,26	633.145	-12,69
Taxa Média de Desocupação Recife (e)	Setembro	%	5,7(g)	5,6(h)	-	-
Taxa Média de Desocupação Salvador (e)	Setembro	%	5,3(g)	4,9(h)	-	-
Taxa Média de Desocupação Brasil (e)	Setembro	%	-	-	5,07(g)	4,9(h)

**Fontes:** IBGE, BACEN, MDIC, MTE-Caged, CONAB, MF, CONFAZ e BNB.

**Elaboração:** Equipes de Conjuntura Econômica e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos carvão de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale;

(b) Valores de 2008 a preços médios do 3º trimestre de 2009. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores a preços constantes de Junho/2009;

(d) Valores a preços constantes de setembro/2009;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;

(f) Valores de 2008 a preços de agosto/2009, indexados pelo IGP-DI;

(g) Em setembro de 2009;

(h) Em setembro de 2008.

**Notas:**

Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;

Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;

O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos;

Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos -referencia: setembro/2009.

## 3 - Nível de Atividade

### 3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira cresceu 1,9% no segundo trimestre de 2009 comparativamente ao primeiro trimestre, interrompendo uma sequência de dois trimestres consecutivos de crescimento negativo. Esse comportamento positivo representa o fim da recessão técnica, caracterizada pela contração do Produto Interno Bruto (PIB) em dois trimestres consecutivos nessa base de comparação. Entretanto, no que tange às comparações interanuais, os resultados permanecem negativos – recuo de 1,2% no indicador mensal e de 1,5% no acumulado do ano.

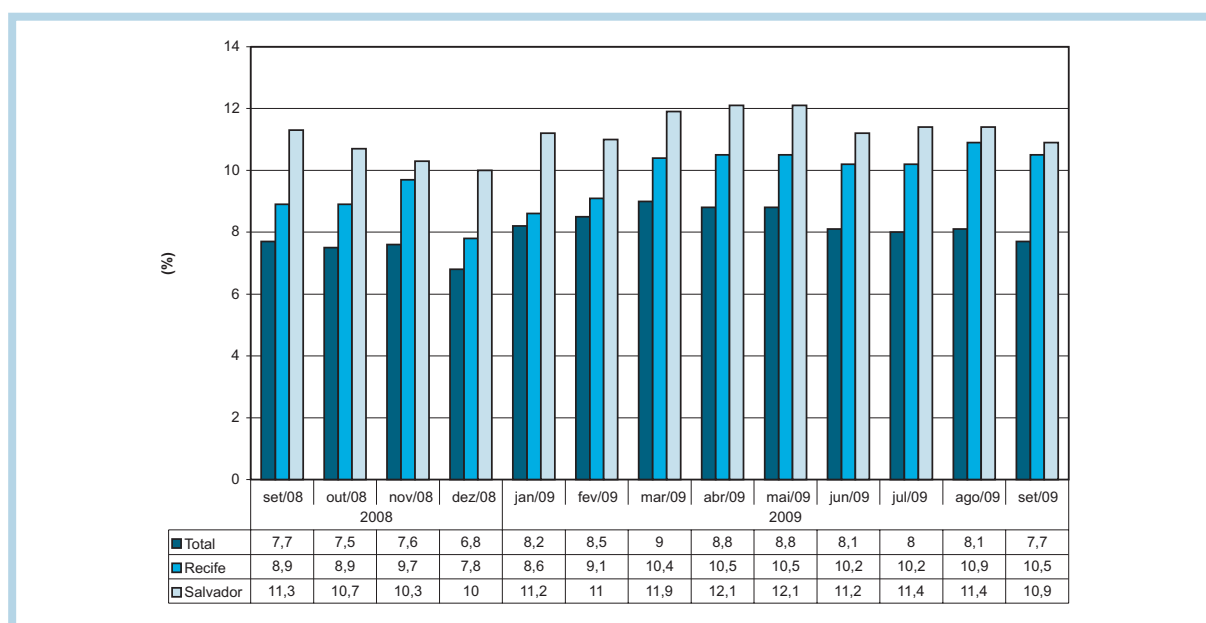
Dentre os diversos fatores que contribuíram para esse avanço do PIB, foi determinante o comportamento do consumo das famílias, com aumento de 2,1% no segundo trimestre no indicador mês/mês imediatamente anterior. Vale destacar que esse componente da demanda já observara alta no primeiro trimestre nessa mesma base de comparação. No indicador mensal, o consumo das famílias foi 3,2% maior, sendo o vigésimo terceiro acréscimo consecutivo. No acumulado do primeiro semestre, o crescimento do consumo familiar atingiu 2,3%.

Contribuíram decisivamente para esse crescimento as condições favoráveis de expansão do crédito. A recuperação gradual do crédito em agosto decorreu principalmente da elevação das operações destinadas às famílias. Segundo o Banco Central (Bacen), o saldo de financiamento às pessoas físicas atingiu R\$ 444,1 bilhões, 1,5% a

mais na comparação com o mês anterior, influenciado, principalmente, pela *performance* do crédito consignado. O custo médio dos empréstimos às pessoas físicas manteve a trajetória de queda iniciada em fevereiro de 2009, alcançando 26,4% em agosto, com queda mensal de 0,3 ponto percentual (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009a).

O favorável desempenho do consumo das famílias deve-se, também, ao crescimento da massa salarial, decorrente da ampliação tanto do emprego quanto dos rendimentos. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Porto Alegre), o desemprego caiu 7,7% em setembro, sendo a menor taxa desde os 6,8% observados em dezembro de 2008. O contingente de desempregados alcançou 1,8 milhão de pessoas, com recuo de 4,8% na comparação com o mês anterior. No recorte regional, Salvador (10,9%) e Recife (10,5%) diminuíram suas taxas de desemprego no indicador mês/mês anterior. Vale mencionar que em setembro de 2009, Salvador apresentou a menor taxa de desemprego em 2009 (Gráfico 1).

Enquanto isso, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registra a criação de 252.126 empregos com carteira assinada em setembro. No acumulado do ano, a geração foi de 932.651 postos, superando o fechamento de 797.515 vagas no auge da crise econômica entre novembro e janeiro últimos. Como consequência



**Gráfico 1 – Taxa de Desocupação – Recife, Salvador e Total das Áreas - Setembro de 2008 a Setembro de 2009**

Fonte: IBGE, 2009a.

da retomada do dinamismo do mercado de trabalho no segundo semestre, projeta-se a criação de mais de um milhão de empregos formais em 2009 (CAGED, 2009a).

De acordo com o Caged, no Nordeste apenas Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte apresentaram variação negativa no acumulado janeiro-setembro. Em contrapartida, o Ceará (4,9%) e a Bahia (4%) registraram avanços bem acima da média nacional (2,9%) nessa base de comparação. O bom desempenho desses dois estados deve-se, sobretudo, ao dinamismo do setor da construção civil.

O rendimento médio real auferido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas investigadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi estimado em R\$ 1.346,70 – alta de 0,6% em relação ao mês anterior e de 1,9% comparativamente a setembro de 2008. No acumulado do ano, o acréscimo foi de 3,6%, superior aos 3,2% observados no mesmo período do ano passado.

O aumento da renda está relacionado com os ganhos salariais conquistados no primeiro semes-

tre. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o conjunto das negociações que resultaram em reajustes iguais ou acima da inflação alcançou 93% do total no primeiro semestre de 2009, superando os 87% verificados na primeira metade de 2008 (DIEESE, 2009a).

Em consequência da crise, os ajustes nas empresas estiveram relacionados com a demissão de trabalhadores, sem afetar significativamente os reajustes salariais respectivos. Ademais, a desaceleração dos preços ocorrida nesse período facilitou as negociações dos reajustes salariais.

Vale destacar também a política de valorização do salário mínimo – com significativo impacto nos salários de trabalhadores de menor renda – e dos programas de transferência de renda executados pelo governo. Essas ações beneficiam particularmente o consumo das famílias no Nordeste.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) permaneceu estável em relação ao trimestre anterior. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2008, houve recuo de 17%, o pior resultado da série histórica iniciada em 1996. Esse resultado

refletiu a interrupção da trajetória de crescimento da economia brasileira desde o último trimestre de 2008 (Gráfico 2).

O declínio da FBCF resultou, principalmente, da menor produção interna de máquinas e equipamentos. Todos os subsetores da indústria de bens de capital tiveram retração no indicador acumulado do ano, com ênfase para bens de capital para construção (-62,5%), bens de capital peças agrícolas (-42,5%) e bens de capital para fins industriais seriados (-33,4%).

Evidentemente, a crise financeira internacional foi determinante para o substancial recuo da FBCF. Entretanto, de acordo com recém estudo sobre os padrões de financiamento das empresas brasileiras, baseado na análise dos balanços de 172 grupos de capital aberto, verificou-se uma rigidez estrutural da sua capacidade de investimento.

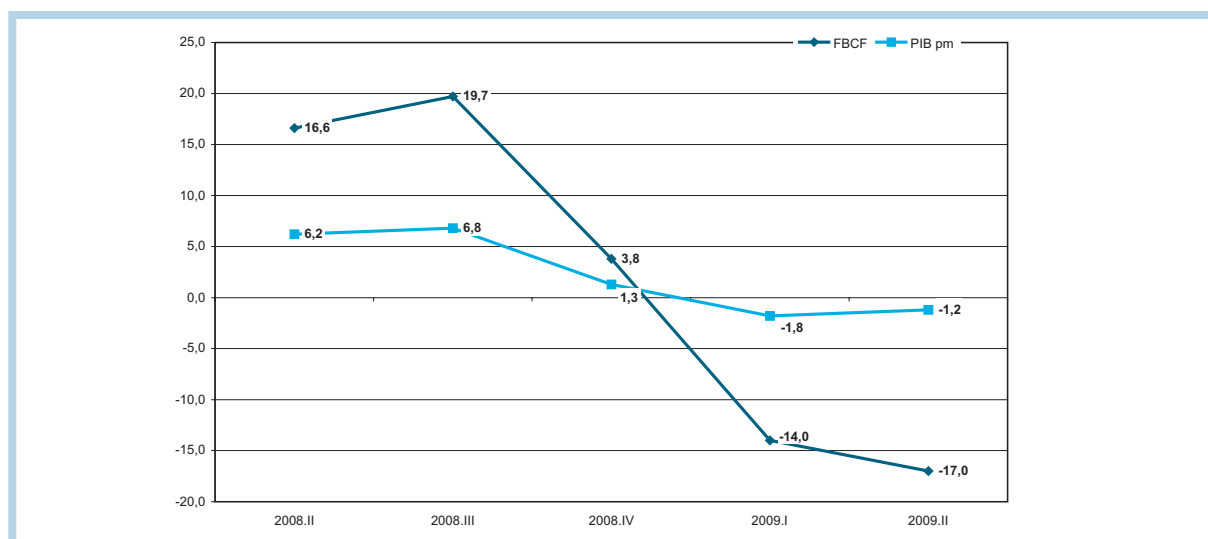
Mesmo em situação de estabilidade monetária, as grandes empresas brasileiras optam por estratégias que priorizam as decisões de investimento em operações de reestruturação produtiva que aumentam a eficiência do capital já imobilizado,

em detrimento de inversões na ampliação da capacidade produtiva (*greenfield*)<sup>1</sup>.

A queda da produção interna foi acompanhada por uma diminuição menos acentuada do valor das importações de máquinas e equipamentos, que recuou 9% no acumulado janeiro-julho (FUNCEX, 2009).

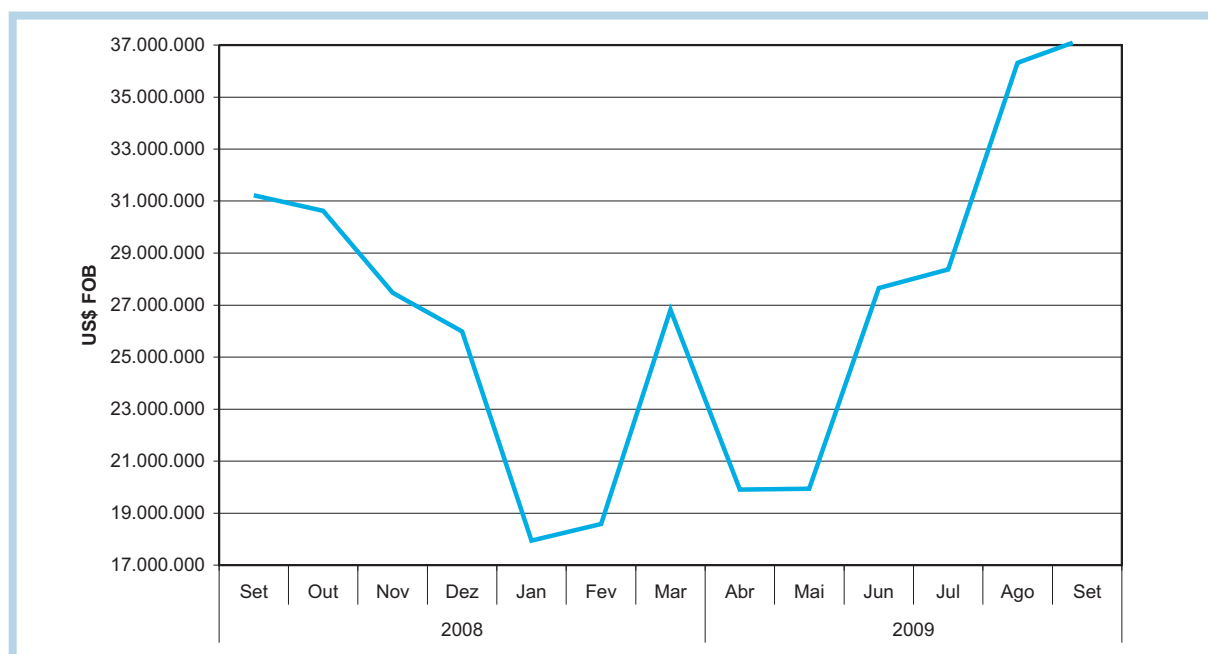
Em contrapartida, a retomada das importações de bens de investimento no Nordeste é particularmente relevante nos estados com setores exportadores (mineração, siderurgia, celulose) que lideravam o ciclo de modernização de suas estruturas produtivas. A recuperação dos preços das *commodities* reativou os programas de investimentos na indústria extrativa e de bens intermediários, representativos da estrutura industrial nordestina.

Na Bahia, por exemplo, as importações do capítulo máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, etc. já registram uma trajetória ascendente desde maio de 2009, embora ainda estejam abaixo dos níveis anteriores à intensificação da crise financeira em setembro de 2008 (Gráfico 3).



**Gráfico 2 – Brasil. Produto Interno Bruto e Investimento – 2º Trimestre/2008 a 2º Trimestre/2009**  
Fonte: IBGE, 2009b.

1 Esse estudo foi concluído na Unicamp sob a coordenação do prof. Júlio Sérgio de Almeida. Ver o artigo *Crescer sem investir: até quando?*, de David Kupfer.



**Gráfico 3 – Bahia. Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico e suas Partes, etc. – Setembro de 2008 a Setembro de 2009**

Fonte: BRASIL, 2009.

Alguns fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos. Em primeiro lugar, o câmbio valorizado, que afeta as inversões não somente dos setores direcionados para exportação, mas também da produção voltada para o mercado interno, que perde mercado para os produtos importados. Ademais, a significativa redução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), em função da crise e dos investimentos realizados na fase de crescimento, restringe as inversões em ampliação da capacidade produtiva. Em contrapartida, a recuperação do consumo global e a boa *performance* da demanda doméstica constituem fatores que favorecem as decisões de investimento dos empresários.

As exportações aumentaram 14,1% entre abril e junho, na comparação com o trimestre anterior, após três trimestres consecutivos de crescimento negativo. Nas importações o avanço foi mais modesto, de apenas 1,5%, interrompendo a trajetória de dois trimestres seguidos de queda.

Informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) dão conta de

que a balança comercial apresentou superávit de US\$ 21,3 bilhões nos nove primeiros meses do ano, alta de 9,2% em relação ao período equivalente de 2008. Nesse intervalo, a corrente de comércio somou US\$ 202,03 bilhões, menos 27,5% em relação à média diária observada no mesmo período de 2008 (BRASIL, 2009b).

Em setembro, o saldo da balança comercial chegou a US\$ 1,3 bilhão, com US\$ 13,8 bilhões de vendas para o exterior e US\$ 12,5 bilhões de compras internacionais. Vale destacar que esse saldo é nitidamente inferior aos observados em agosto (US\$ 3,1 bilhões) e julho (US\$ 2,9 bilhões), já refletindo o processo de apreciação cambial e o bom desempenho da demanda interna. A adoção de medidas protecionistas, como o recente projeto aprovado pelo Senado argentino, que aumenta os impostos de importação de produtos eletrônicos (aparelhos de telefonia celular, monitores de LCD para computadores, câmeras digitais), deve restringir as exportações brasileiras desse segmento. Apenas os produtos fabricados na Terra do Fogo, província ao sul da Argentina,

que detêm *status* de zona franca, receberão benefícios tributários.

Os produtos básicos continuam contribuindo substancialmente para o aumento das vendas internacionais. De janeiro a setembro, as exportações desse segmento totalizaram US\$ 47,3 bilhões – apenas US\$ 400 milhões a menos que os US\$ 47,7 bilhões de exportações de manufaturas. Com esse desempenho, a participação das *commodities* nas vendas internacionais alcançou 42,3%, proporção apenas um pouco inferior aos 42,7% dos manufaturados. Vale mencionar que no acumulado janeiro-agosto, pela primeira vez em 31 anos, a exportação de produtos básicos superou a de manufaturados.

A significativa demanda chinesa por *commodities* agrícolas e metálicas explica, em grande parte, essa expansão dos produtos básicos. Por outro lado, o impacto da crise financeira em tradicionais compradores das manufaturas brasileiras, como os Estados Unidos e as principais economias da América Latina, foi decisiva para a queda da participação das manufaturas. Esse processo de primarização da pauta exportadora brasileira causa preocupação, na medida em que a torna vulnerável às oscilações dos preços das *commodities*.

Em resumo, a *performance* favorável da economia brasileira no segundo trimestre de 2009 resulta, sobretudo, do bom desempenho do consumo das famílias, que continuou apresentando resultados positivos, apesar da crise econômica mundial. Dentre os fatores responsáveis pelo maior dinamismo do consumo das famílias, destacam-se (a) a continuidade do crescimento da massa salarial, como reflexo da geração de emprego e do aumento dos rendimentos, e (b) a recuperação do mercado de crédito, principalmente das operações destinadas às pessoas físicas. Vale destacar também o papel central das políticas contracíclicas implementadas pelo governo, que se revelaram decisivas para o país sair da recessão técnica.

Em contrapartida, o destaque negativo fica por conta da FBCF, que sofreu um significativo ajuste durante a recessão. A recuperação da taxa de investimento esbarra no processo de apreciação cambial, que prejudica as exportações, especialmente de bens manufaturados, além do viés pró-importação, em detrimento da produção interna. Nesse sentido, a alíquota de 2% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o capital estrangeiro em aplicações de renda fixa e ações, apesar de exigir medidas adicionais, contribui para reduzir a volatilidade da taxa de câmbio no país.

## 3.2 - Produção Industrial do Brasil

A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) de agosto registrou ampliação de 1,2% da produção industrial, em comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada – a oitava alta consecutiva nessa base de comparação. Esse aumento alcançou 15 dos 27 segmentos pesquisados, com destaque para os de material eletrônico e equipamentos de telecomunicações (9,1%), refino de petróleo e produção de álcool (3,5%) e veículos automotores (3,2%).

Constata-se que a retomada do crescimento industrial vem sendo liderada pelo setor de bens de consumo duráveis, com acréscimo de 3,1% entre julho e agosto. Já são oito meses seguidos de avanços nessa base de comparação, acumulando alta de 82,9%. Vale mencionar a importância da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a *performance* dos bens de consumo duráveis. Já o segmento de bens de capital apresenta uma recuperação modesta, de

apenas 0,4% na produção de agosto, comparada com a de julho (Gráfico 4).

No acumulado do ano, a indústria brasileira continua apresentando resultado negativo, com recuo de 12,1% na comparação com similar intervalo do ano anterior, o pior resultado nessa base de comparação em toda a série histórica iniciada em 1990. O desempenho recorde da indústria no primeiro semestre de 2008 contribuiu para essa taxa negativa tão significativa.

Analisando-se por categoria de uso, observa-se que todos os ramos tiveram quedas, com ênfase para bens de capital (-23%) e bens de consumo duráveis (-15,2%) que assinalaram decréscimos acima da média da indústria. Esse setores destacavam-se na liderança do ciclo de expansão industrial anterior à crise.

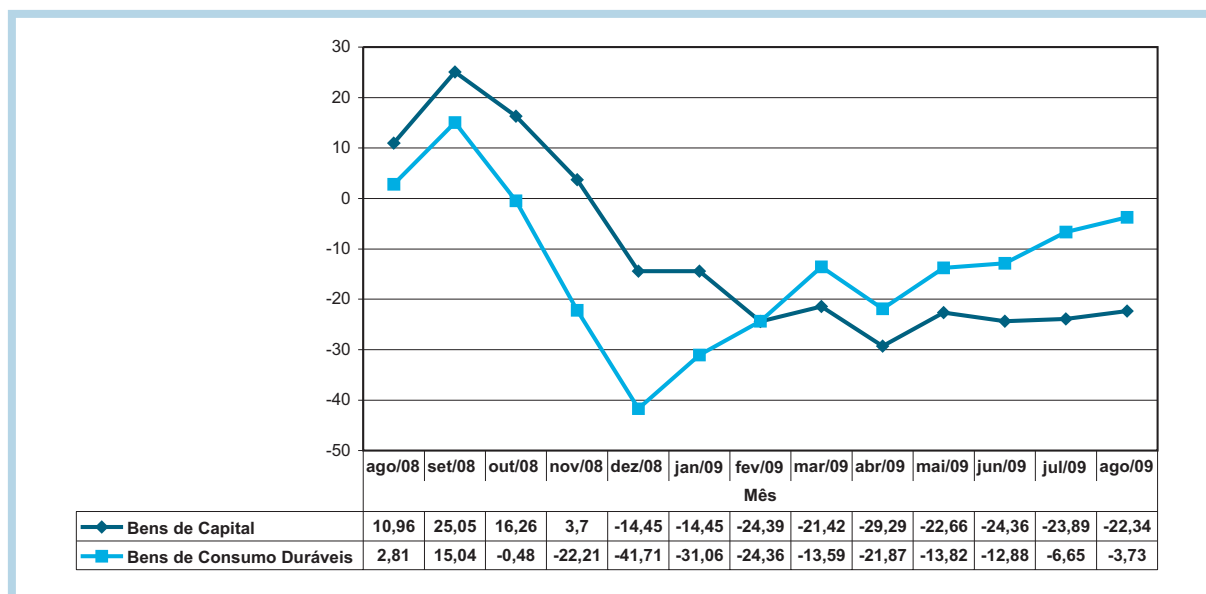
A recuperação da atividade industrial traz reflexos importantes no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o Nuci atingiu 82,8% em setembro, 6,1 pontos percentuais a mais em relação a janeiro de 2009 (76,7%) – o menor nível da série histórica desde janeiro de 2003. Entretanto, esse patamar

ainda é inferior ao de setembro de 2008 (86,3%). O aumento do Nuci só não está sendo mais significativo em função da maturação de investimentos na modernização e ampliação da capacidade produtiva realizados na fase recente de crescimento econômico, entre 2004-2008 (Gráfico 5).

O avanço do Nuci resulta, sobretudo, da redução do nível de ociosidade dos segmentos de bens duráveis (85,2%) e material de construção (90,8%), fortemente beneficiados pelo dinamismo do mercado interno e pela desoneração tributária.

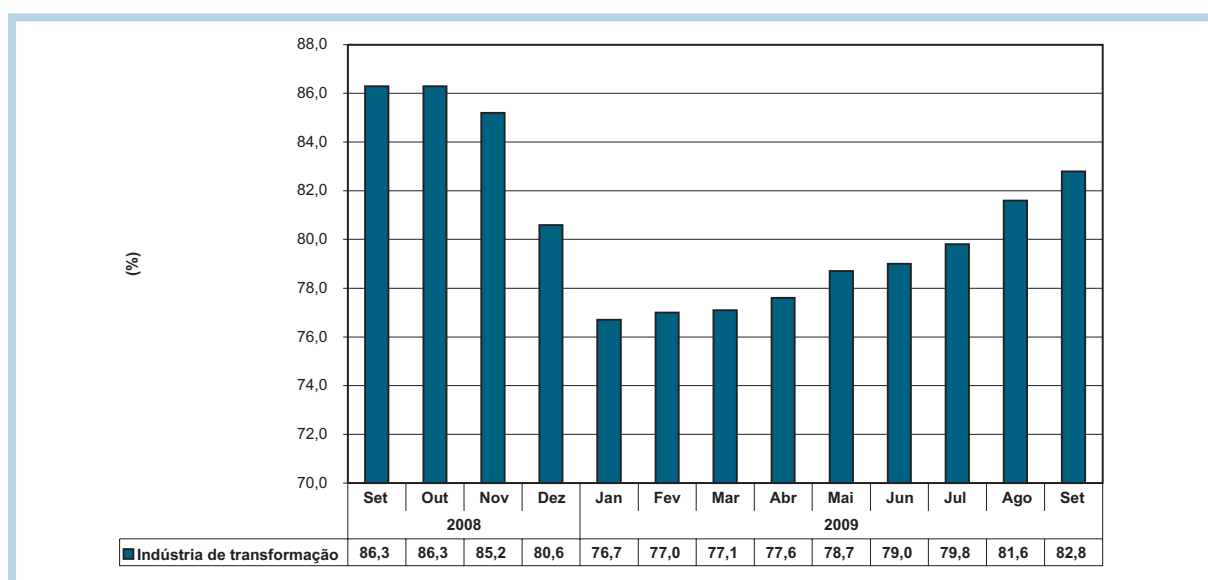
A ocupação da capacidade instalada desses dois ramos já se aproxima do patamar observado em setembro de 2008, período que marca a intensificação da crise econômica mundial. Os estímulos fiscais e monetários do governo estão sendo decisivos para o aumento do Nuci nesses dois segmentos.

Nesse sentido, o governo deve prorrogar a desoneração tributária para o setor de eletrodomésticos, no segmento de linha branca. A novidade é que o incentivo fiscal ficará vinculado ao menor consumo de energia dos aparelhos.



**Gráfico 4 – Brasil. Produção Física Industrial de Bens de Capital e de Consumo Duráveis. Índice Mensal: Igual Mês do Ano Anterior – Agosto/2008 a Agosto/2009**

Fonte: IBGE, 2009c.



**Gráfico 5 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) com Ajuste Sazonal – Setembro/ 2008 a Setembro/2009**

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b.

Convém observar também o crescimento do Nuci de bens intermediários, que subiu de 77% em janeiro para 83,3% em setembro de 2008. Essa progressão está associada, principalmente, aos segmentos beneficiados pela retomada da indústria de duráveis, em particular a indústria automobilística, e de material de construção. Vale destacar a recuperação dos preços no mercado internacional de alguns segmentos exportadores vinculados ao setor, como a indústria siderúrgica.

A aceleração da atividade industrial possibilitará uma recuperação dos níveis de produtividade da indústria, fortemente afetados pela recessão no primeiro semestre. De acordo com estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a produtividade industrial recuou 8% no primeiro semestre, em decorrência da diminuição de 13,4% na produção física e de 5,8% nas horas pagas (IEDI, 2009). Mais detalhes na Tabela 1.

Entretanto, a produtividade avançou no indicador mês/mês imediatamente anterior em todos os meses da primeira metade do ano, como reflexo dos incrementos positivos da produção física e negativos do pessoal ocupado e das horas pagas. Esse fato está relacionado com o processo de re-

estruturação executado pelas grandes empresas, para a redução da ociosidade e de estoques. Além da diminuição do efetivo, outras medidas foram adotadas visando ao recuo do custo de mão de obra e à melhoria da eficiência, com destaque para a redução da jornada com redução de salários, férias coletivas e licença remunerada. Vale mencionar que os estímulos fiscais concedidos pelo governo não foram suficientes para reverter esses ajustes no primeiro semestre.

A julgar pelo índice de confiança divulgado em outubro pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o otimismo empresarial voltou aos níveis pré-crise. O Índice de Confiança do Empresário da Indústria (ICEI) alcançou 65,9 pontos, aumento de 7,7 pontos percentuais comparativamente a julho, e de 18,5 pontos percentuais em relação a janeiro de 2008. Essa melhoria do ambiente empresarial foi mais significativa nas grandes empresas (68,1 pontos) do que entre as médias (65,9 pontos) e as pequenas (63,1 pontos).

O componente que avalia as condições atuais da economia brasileira e da empresa, na comparação com os seis meses anteriores, contribuiu

**Tabela 1 – Brasil – Produção Física, Horas Pagas, Pessoal Ocupado e Produtividade**

Indicadores	Variações										
	Mês/Mês Anterior com Ajuste Sazonal - 2009						Acumulado				Mensal
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	1º Sem/ 2008	Jan. Dez/ 2008	1º Trim./ 2009	1º Sem./ 2009	jun/2009
<b>Produção Física - PF</b>	3,0	2,2	1,1	1,3	1,3	0,4	6,3	3,1	-14,6	-13,4	-10,9
<b>Horas Pagas - HP</b>	-1,4	-1,3	-0,7	-0,6	-0,6	-0,1	2,8	1,9	-5,1	-5,8	-6,9
<b>Pessoal Ocupado - PO</b>	-1,4	-1,3	-0,7	-0,6	-0,6	-0,1	2,8	2,1	-4,0	-5,1	-6,6
<b>Produtividade - PF/ HP</b>	4,4	3,6	1,8	1,9	1,9	0,5	3,5	1,2	-10,0	-8,0	-4,2

Fonte: IEDI, 2009.

de forma mais significativa para a progressão do ICEI. Esse componente alcançou 60,5 pontos em outubro, superando pela primeira vez em 2009 o patamar dos 50 pontos<sup>2</sup>. O levantamento também indica a melhora da percepção dos empresários com relação ao cenário econômico nos próximos seis meses, subindo de 63,6 pontos em julho para 68,7 em outubro.

Em suma, os resultados da produção industrial de junho mostram crescimento em todas as categorias de uso no indicador acumulado do ano. As po-

líticas anticíclicas do governo federal, em especial os estímulos fiscais, vêm contribuindo significativamente para garantir essa situação. Vale ressaltar o papel das instituições públicas de financiamento na reativação da atividade industrial. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, totalizaram R\$ 96,9 bilhões entre janeiro e setembro de 2009, evolução de 58% sobre o mesmo período do ano anterior. Desse total, a indústria foi beneficiada com R\$ 50,2 bilhões e a infraestrutura com R\$ 33 bilhões.

## 3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

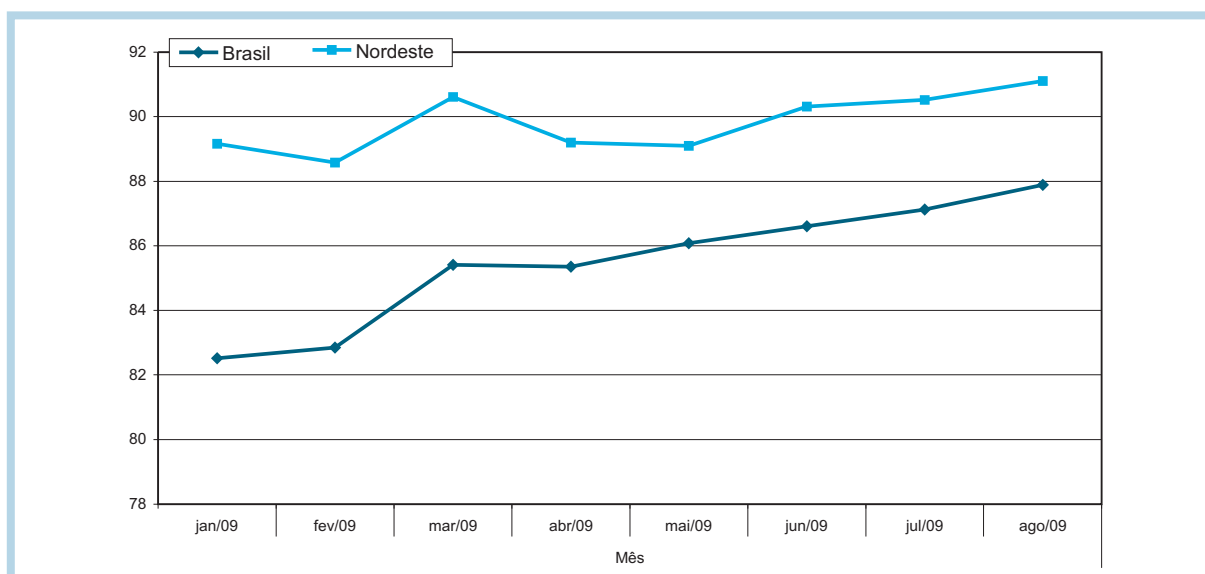
A produção industrial do Nordeste assinalou expansão de 3,8% em agosto em relação a julho, quando havia registrado queda de 2,5% comparativamente a junho. Nesse indicador, a indústria apresenta comportamento superior à média nacional. Entretanto, diferentemente da atividade industrial no plano nacional, cuja trajetória é ascendente em 2009, a indústria nordestina alterna acréscimos e decréscimos nessa base de comparação.

O resultado positivo na margem deveu-se, principalmente, à ampliação de alguns segmentos do

setor de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, beneficiados pelo dinamismo da demanda interna. Nas comparações com iguais períodos de 2008, a atividade industrial da região decresceu 4,8% no indicador mensal e 8,9% no acumulado do ano. Nessas comparações interanuais, os recuos foram menos expressivos do que aqueles observados na média nacional (Gráfico 6).

No acumulado do ano, todos os segmentos tiveram recuo, com ênfase para os de refino de petróleo e produção de álcool (-19,9%), produtos químicos (-8,3%) e metalurgia básica (-16,3%).

2 De acordo com a metodologia da CNI, valores abaixo de 50 pontos revelam pessimismo.

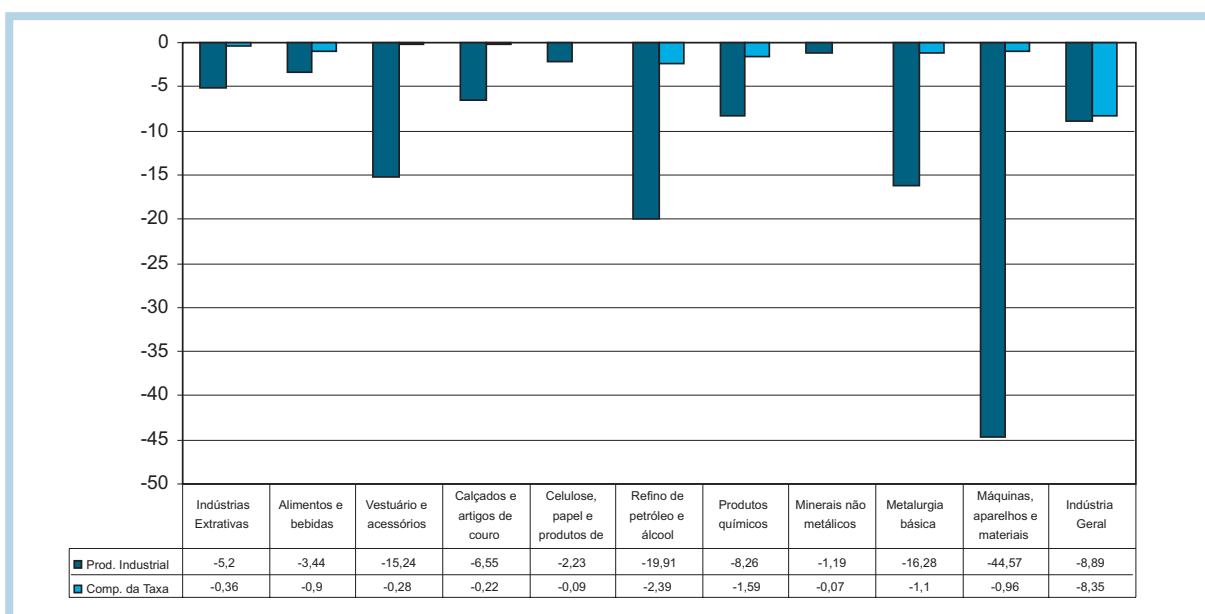


**Gráfico 6 – Nordeste e Brasil. Produção Física Industrial – Acumulado do Ano – Janeiro a Agosto de 2009**

Fonte: IBGE, 2009d e IBGE, 2009e.

Vale salientar que o ramo de refino de petróleo e produção de álcool foi também o que mais contribuiu para a queda da produção industrial, com 2,6 pontos percentuais dos 8,9 do total da indústria. Na sequência, aparece o de produtos químicos, com decréscimo de 1,6 ponto percentual (Gráfico 7).

Com expressiva participação na matriz industrial nordestina, essas duas atividades foram prejudicadas pela retração da demanda mundial. As exportações do país de refino de petróleo e combustíveis caíram 49,7% no período janeiro-julho de 2009 em relação ao mesmo período do ano



**Gráfico 7 – Nordeste. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano e Composição da Taxa – Agosto/2009**

Fonte: IBGE, 2009e.

anterior. Essa diminuição foi mais afetada pela queda de 38,5% nos preços, enquanto a quantidade caiu 18,2%. Já no segmento de produtos químicos, o decréscimo das exportações brasileiras atingiu 19% nessa mesma base de comparação, com recuo de 13,7% no preço e de 5,9% na quantidade vendida.

O baixo desempenho da produção industrial nos indicadores interanuais do Nordeste contrasta com a elevada *performance* do seu comércio varejista, com crescimento acima da média nacional no acumulado janeiro-agosto de 2009.

Nos estados nordestinos investigados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF) houve recuo da atividade industrial no indicador mensal (9,1%) e no acumulado do ano (7,1%). A diminuição da produção industrial cearense entre janeiro e agosto de 2009 resultou do decréscimo de sete das dez principais atividades industriais, com ênfase para alimentos e bebidas (-16%), máquinas, equipamentos e material elétrico (-19,7%), metalurgia básica (-37,9%) e calçados e artigos de couro (-2,6%) (Gráfico 8).

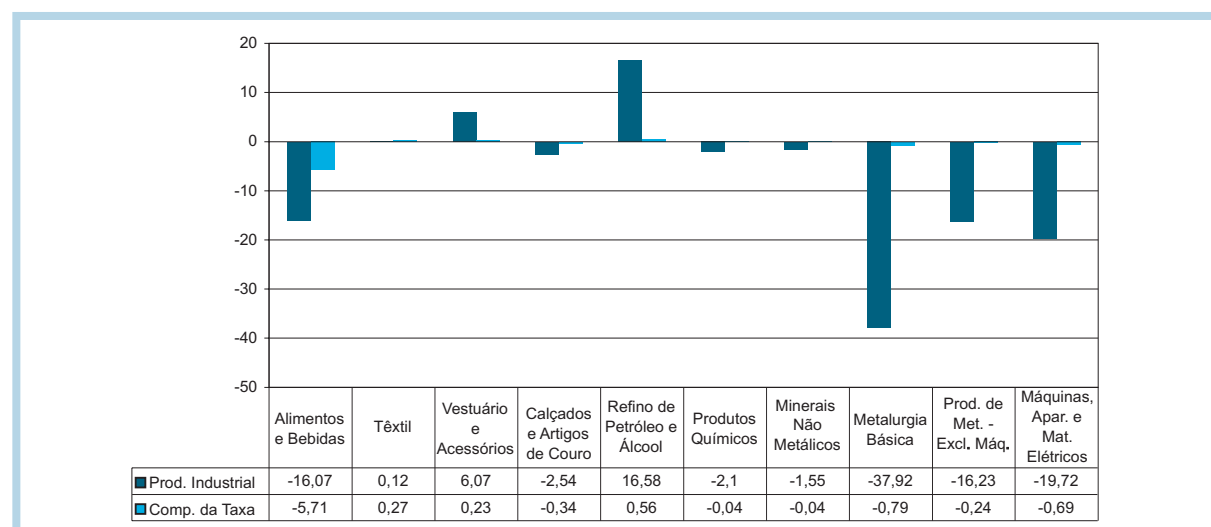
Além de apresentar a terceira maior queda, o segmento de alimentos e bebidas foi também

o maior responsável pela retração da produção industrial cearense, com 5,6 pontos percentuais dos 7,1 do total da indústria. O desempenho negativo da produção de castanha de caju torrada foi decisivo para esse resultado.

Já os números negativos do setor de calçados nessa fase de crise seguem a trajetória nacional, refletindo, principalmente, a forte concorrência asiática, a apreciação da moeda nacional e a adoção de medidas protecionistas (Gráfico 9).

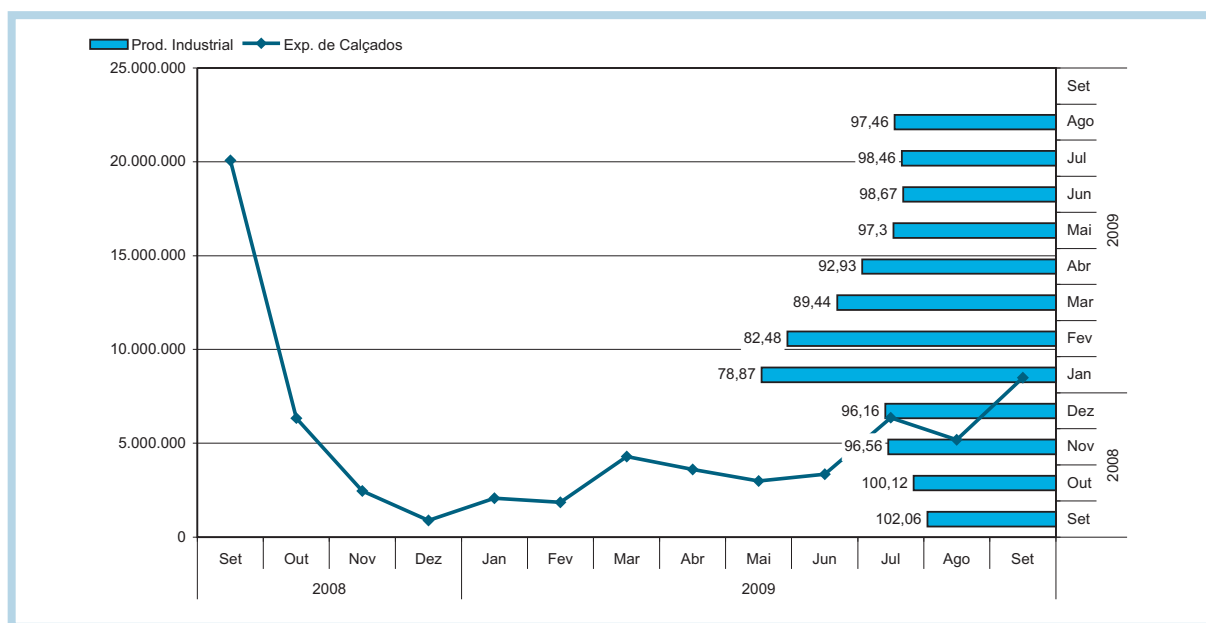
Um exemplo nesse sentido são as fortes restrições impostas pela Argentina ao calçado brasileiro. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), as licenças não automáticas impostas pela Argentina às exportações desse produto oriundas do Brasil vêm sistematicamente superando o prazo de 60 dias definido pela OMC – Organização Mundial do Comércio (BRASIL, 2009e).

Como decorrência disso, os produtores asiáticos aumentaram sua participação nas importações realizadas pela Argentina. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, os produtores da Ásia, sobretudo a China, foram responsáveis por 51,2% (em volume) das compras internacio-



**Gráfico 8 – Ceará. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano e Composição da Taxa – Agosto/2009**

Fonte: IBGE, 2009e.



**Gráfico 9 – Ceará. Exportações de Calçados para Argentina – US\$ FOB. Produção Industrial Mensal de Calçados e Artigos de Couro – Índice Acumulado, Base igual período do Ano Anterior = 100. Setembro/2008 – Setembro/2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009c e IBGE, 2009g.

nais de calçados efetuadas pela Argentina, colocando os fabricantes brasileiros na segunda posição, com 44,5%. Vale destacar que a participação brasileira chegou a assinalar 56% em 2007 e 49% em 2008.

O valor das importações argentinas de calçados recuou 18% no período janeiro-agosto de 2009 na comparação com igual período de 2008. Enquanto as compras originadas do Brasil decresceram 26%, as oriundas da China recuaram apenas 12%. Por outro lado, as vendas internacionais do Vietnã e da Índia para a Argentina aumentaram, respectivamente, 9% e 86%. Constatase, portanto, um desvio de comércio em prejuízo do Brasil e, em particular, do Ceará, segundo maior produtor de calçados do país.

No caso específico das exportações cearenses, constatou-se uma pequena recuperação das vendas direcionadas para a Argentina. Contudo,

o volume exportado está abaixo do observado no período anterior à crise.

Com o objetivo de minimizar os efeitos negativos da queda nas exportações e da substituição da produção local pelo calçado chinês, o governo brasileiro adotou, provisoriamente, uma tarifa *antidumping*, no valor de US\$ 12,47 por par adquirido na China<sup>3</sup>. Essa medida já produziu efeitos positivos na geração de empregos no país, com saldo de 8,9 mil empregos em setembro de 2009, aumento de 2,8% em relação ao mês anterior.

A Bahia registrou aumento de 5,7% na atividade industrial em agosto de 2009 em relação ao mês anterior, após assinalar uma diminuição de 5,5% em julho em relação a junho. Por outro lado, nos confrontos com iguais períodos de 2008, a produção industrial da Bahia recuou 6,1% em agosto, na comparação mês/mesmo mês do ano anterior, e 9,5% no acumulado anual.

3 Conforme o portal Global 21, o governo pretende estabelecer um valor definitivo para a tarifa apenas em dezembro de 2009.

No acumulado janeiro-agosto, sete dos nove ramos analisados tiveram taxas de crescimento negativas. As maiores baixas relativas se verificaram nos segmentos de refino de petróleo e produção de álcool (-22,2%), metalurgia básica (-21%) e produtos químicos (-6,1%).

No que tange à composição da taxa, a maior contribuição para o recuo de 9,5% coube ao refino de petróleo e álcool (-5,2 pontos percentuais), seguido de metalurgia básica (-1,9 ponto percentual) e produtos químicos (-1,9 ponto percentual). Embora as contribuições dos dois últimos sejam idênticas, os decréscimos respectivos foram bem diferentes, devido à significativa diferença nos pesos relativos dos dois segmentos no valor total da indústria do estado: 4% e 20,6%, respectivamente (Gráfico 10).

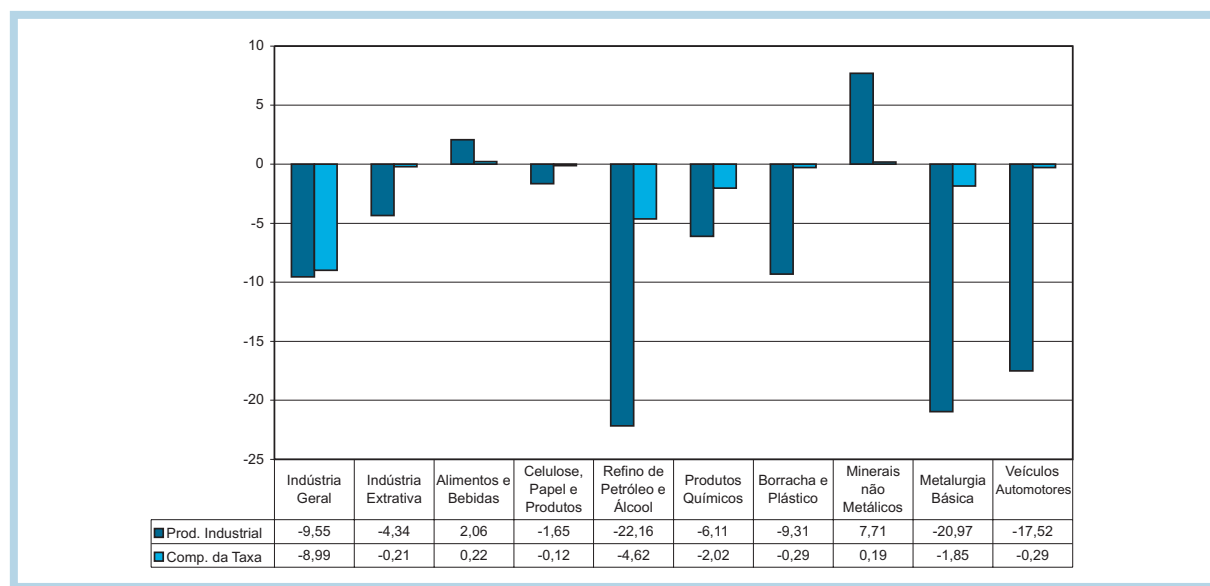
No segmento de produtos químicos, alguns fatores poderão ser decisivos para a recuperação do setor. O primeiro está relacionado com o anúncio feito pelo governador Jacques Wagner, de que o ICMS retido do setor petroquímico, estimado em R\$1,2 bilhão, seria saldado. Ademais, o governo anunciou a redução da alíquota do

ICMS para a nafta nacional, de 17% para 11,7%; para a nafta importada, de 6,8% para 5,8%; e para os demais produtos da cadeia petroquímica, de 17% para 12%.

Outro fator está vinculado aos projetos de investimentos nesse segmento para os próximos quatro anos no estado. De acordo com o presidente do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), Marcelo Lyra Amaral, dos US\$ 4,2 bilhões que deverão ser investidos na Grande Salvador, US\$ 2,3 bilhões estão vinculados à cadeia química e petroquímica (PÓLO..., 2009). Finalmente, a possibilidade de um acordo entre Braskem, Quattor e Petrobras para a criação de uma única empresa petroquímica será decisiva para a maior competitividade do setor (FIEB, 2009).

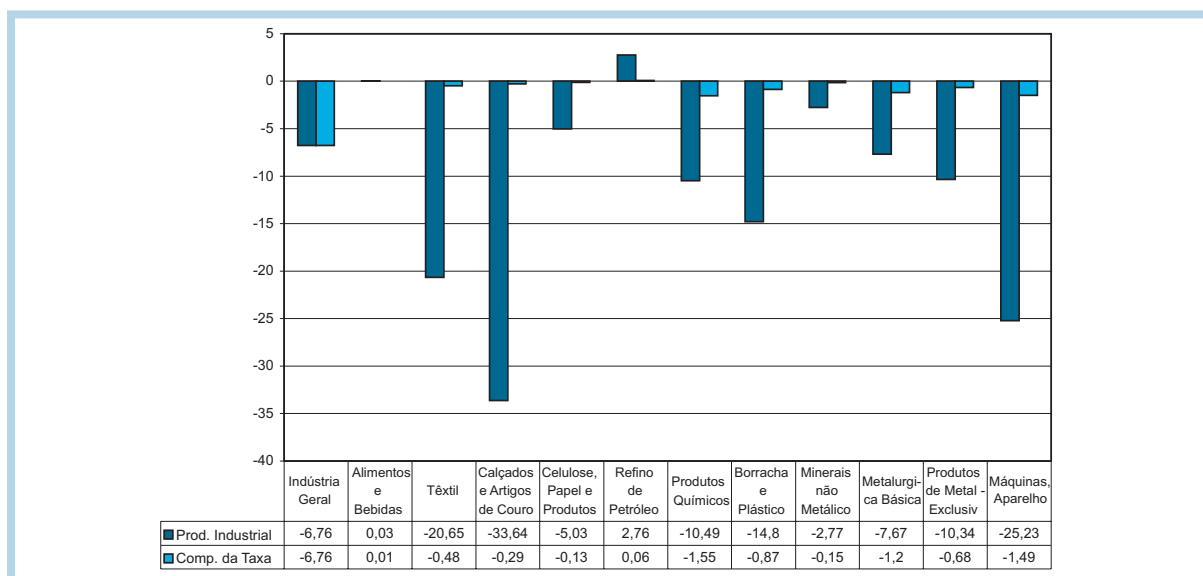
Em agosto de 2009, a indústria pernambucana cresceu 7,4% em comparação com o mês imediatamente anterior. Já nas comparações interanuais, os indicadores mensal e acumulado do ano assinalaram diminuições de 1,3% e 7,5%, respectivamente.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o recuo se concentrou em cinco dos onze



**Gráfico 10 – Bahia. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano e Composição da Taxa – Agosto/2009**

Fonte: IBGE, 2009e.



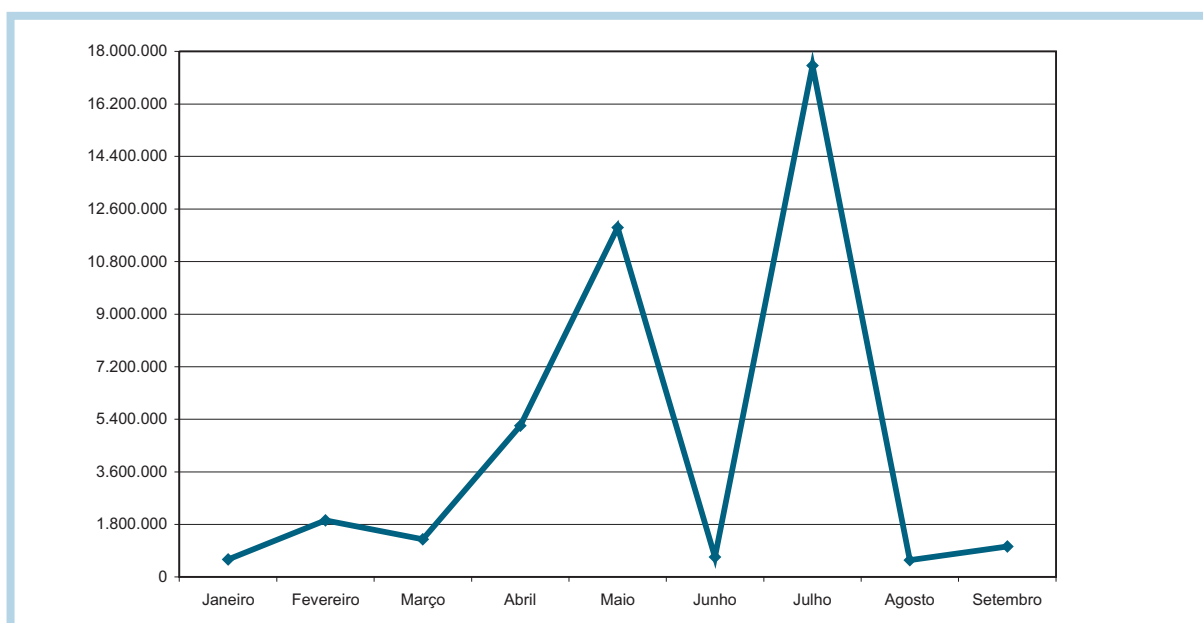
**Gráfico 11 – Pernambuco. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano e Composição da Taxa**

Fonte: IBGE, 2009e.

ramos pesquisados. As três atividades que mais recuaram foram produtos químicos (-11,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-26,5%) e metalurgia básica (-9,7%) (Gráfico 11).

A queda na produção de máquinas, aparelhos e materiais elétricos contrasta com a tendência pre-

dominantemente crescente das importações pernambucanas de máquinas, sobretudo oriundas da China. A apreciação cambial, associada às vantagens dos produtores chineses em termos de escala de produção, explica esse aumento (Gráfico 12).



**Gráfico 12 – Pernambuco. Importações de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos Oriundas da China – Janeiro a Setembro de 2009 - US\$ FOB**

Fonte: IBGE, 2009d.

## 3.3 - Comércio

### 3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) referente a agosto de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista no Brasil cresceu 0,7% no volume de vendas e 0,8% na receita nominal, comparativamente ao mês anterior, descontados os efeitos sazonais (Tabela 2).

Nas comparações sem ajuste sazonal, em agosto de 2009 o volume de vendas do comércio varejista registrou incremento de 4,7% relativamente a agosto de 2008. No acumulado do ano o volume de vendas também cresceu 4,7%, o mes-

mo ocorrendo no acumulado dos últimos 12 meses (+5,4%). Nesses mesmos períodos, a receita nominal do comércio varejista evoluiu 8%, 9,6% e 10,7%, respectivamente.

Considerando-se o comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas e a receita nominal em agosto último cresceram 5,5% e 5,2%, respectivamente, em relação a agosto de 2008. No acumulado do ano, o volume de vendas subiu 3,7% e a receita nominal, 5,1%. No acumulado dos últimos 12 meses,

**Tabela 2 – Brasil. Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – Agosto/2009**

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Agosto	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Agosto	Acumulado	
			Jan.-Ago. /2009	12 Meses			Jan.-Ago. /2009	12 Meses
<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	0,8	8,0	9,6	10,7	0,7	4,7	4,7	5,4
1. Combustíveis e Lubrificantes	-0,6	-4,6	1,3	4,5	-0,7	-5,1	0,4	3,2
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,1	11,4	13,6	14,3	1,4	8,5	7,4	6,4
2.1. Super e Hipermercados	1,0	11,3	13,4	14,0	1,6	8,4	7,2	6,2
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-1,7	0,5	0,8	2,0	-2,0	-5,8	-6,2	-4,9
4. Móveis e Eletrodomésticos	0,4	-0,2	-1,8	1,7	0,6	0,6	-1,6	2,6
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	0,8	22,5	19,1	18,9	0,8	14,9	12,5	13,3
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-3,5	-1,3	7,4	12,0	-4,9	0,1	13,3	21,0
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-0,7	16,8	13,3	13,5	-0,8	11,1	9,2	10,1
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	0,1	16,3	18,6	17,4	-0,7	7,3	9,0	8,7
<b>COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO</b>	2,1	5,2	5,1	6,4	3,3	5,5	3,7	3,7
9. Veículos e Motos, partes e peças	6,8	1,0	-1,9	-1,4	2,5	9,4	4,4	2,4
10. Material de Construção	0,1	0,7	1,1	5,9	1,1	-6,9	-9,8	-5,8

**Fonte:** IBGE, 2009h. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Série "com ajuste" sazonal.

o volume de vendas e receita nominal avançaram 3,7% e 6,4%, respectivamente. Os resultados sinalizam que o setor varejista já mostra recuperação dos efeitos da crise internacional.

Em agosto, dos dez segmentos que compõem o comércio varejista ampliado, em cinco houve crescimento no volume de vendas em patamares superiores à taxa média da região, comparativamente a agosto de 2008: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos e de perfumaria; livros, jornais, revistas e papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico; e veículos e motos, partes e peças. Vale ressaltar, no entanto, que o desempenho das atividades veículos e motos, partes e peças; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foram os principais responsáveis pela formação da taxa de crescimento do varejo ampliado na região, em agosto de 2009 (Tabela 3).

No segmento artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria a variação positiva foi de 14,9% no volume de vendas de agosto de 2009

sobre a mesma data de 2008. Nos oito primeiros meses do ano alcançou 12,5% e no acumulado dos últimos 12 meses, 13,3%. O relatório da PMC (IBGE, 2009h) aponta como responsáveis por esse desempenho os três seguintes fatores: o comportamento da massa salarial, a retomada gradual do crédito e a essencialidade dos produtos do segmento.

O aumento da renda também contribuiu para que o item livros, jornais, revistas e papelaria tivesse crescimento real de 11,1% no volume comercializado em agosto de 2009, comparativamente a agosto de 2008. No acumulado do ano, a variação do segmento também foi significativa, atingindo 9,2%. Nos últimos 12 meses foi de 10,1%.

No segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foi de 8,5% o crescimento real do volume de vendas em agosto de 2009, em relação a agosto de 2008. Segundo o relatório da PMC (IBGE, 2009h), a melhoria do poder de compra da população, decorrente do aumento da massa de rendimento real dos ocupados (3% sobre agosto de 2008), e o comportamento dos preços do setor, que cresceram abaixo da infla-

**Tabela 3 – Brasil. Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Agosto/2009)\***

Atividades	Comércio Varejista			Comércio Varejista Ampliado		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
<b>Taxa Global</b>	4,7	4,7	100,0	5,5	5,5	100,0
1. Combustíveis e lubrificantes	-5,1	-0,5	-11,5	-5,1	-0,3	-6,0
2. Hiper, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	8,5	4	85,9	8,5	2,5	44,5
3. Tecidos, vestuários e calçados	-5,8	-0,5	-9,6	-5,8	-0,3	-4,9
4. Móveis e eletrodomésticos	0,6	0,1	1,9	0,6	0,1	0,9
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	14,9	0,8	17,9	14,9	0,5	9,3
6. Equip. e mat. para escritório, informática e comunicação	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	11,1	0,1	1,9	11,1	0,1	0,9
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,3	0,6	13,4	7,3	0,4	6,9
9. Veículos e motos, partes e peças	-	-	-	9,4	3,1	56,2
10. Material de construção	-	-	-	-6,9	-0,4	-7,8

**Fonte:** IBGE, 2009h. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(\*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

ção (1,8% contra IPCA de 4,4% no acumulado dos últimos 12 meses), justificaram esse desempenho.

O volume de vendas do segmento veículos e motos, partes e peças teve evolução real de 9,4% em agosto deste ano, comparativamente a agosto do ano passado. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 4,4% e 2,4%, respectivamente. Esse desempenho positivo é reflexo da política de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), iniciada em

dezembro de 2008. Segundo anúncio do Governo, em outubro próximo, o IPI para o carro popular (1.000 cilindradas) volta a ser cobrado com alíquota de 1,5%, e de 3% em novembro, 5% em dezembro, retornando à alíquota original de 7% em janeiro de 2010.

Conforme o IPEA (2009), a isenção do IPI contribuiu também para manter, no setor, de 50 mil a 60 mil postos de trabalho diretos e indiretos, somente no primeiro semestre de 2009.

## 3.4 - Comércio no Nordeste

Em agosto, cinco estados nordestinos destacaram-se pelo avanço expressivo do volume de vendas em relação a agosto de 2008, ficando entre os sete melhores desempenhos do País no período. São eles: Piauí (19,5%), Sergipe (17,8%), Alagoas (10%), Ceará (7,6%) e Pernambuco (7,3%). Na região, apenas a Paraíba apresentou redução do volume comercializado, caindo 3,1% em relação a agosto de 2008 (Tabela 4).

A variação da receita nominal em agosto de 2009 também confirma o bom desempenho regional. Sete dos nove estados nordestinos apresentaram *performance* acima da média brasileira de 5,2%: Piauí (20,2%), Sergipe (16,9%), Alagoas (11%), Pernambuco (8,5%), Ceará (7,7%), Maranhão (6,5%) e Bahia (5,5%).

No acumulado de janeiro a agosto deste ano, comparado ao mesmo período de 2008, cinco estados do Nordeste avançaram no volume de vendas a taxas superiores à do país, ficando entre as dez Unidades da Federação com os índices mais expressivos. São eles: Piauí (14,1%), Sergipe (12,9%), Ceará (8,1%), Alagoas (7,2%) e Maranhão (6,5%).

Ainda no tocante ao acumulado dos oito primeiros meses de 2009 – em sete dos nove estados

nordestinos a expansão da receita nominal superou a taxa observada no país: Piauí (15,7%), Sergipe (13,2%), Ceará (9,6%), Alagoas (9,3%), Maranhão (8,5%), Bahia (6,7%) e Pernambuco (6,4%) –, ficando os quatro primeiros entre os dez estados de melhor desempenho em termos nacionais.

O relatório da PMC não disponibiliza dados desagregados sobre setores comerciais específicos para alguns estados em destaque, casos do Piauí e Alagoas. Nesses estados pode-se notar, no entanto, o crescimento mais acentuado do comércio varejista ampliado, que inclui veículos e motos, partes e peças, e de material de construção.

No Piauí, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 12,7% no acumulado de janeiro a agosto, enquanto no comércio varejista ampliado avançou 14,1%. Em Alagoas, esse desempenho foi de 6,3% e 7,2%, respectivamente. Ainda em Alagoas, houve alta de 16% no total de veículos comercializados no período de janeiro a agosto deste ano, em comparação ao mesmo período de 2008. No Piauí o segmento cresceu 10,7%, o que corrobora a importância da venda de veículos para o bom desempenho do comércio varejista nos dois estados (FENABRAVE, 2009).

**Tabela 4 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste – Agosto/2009 e Janeiro – Agosto de 2009\***

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Agosto/2009	Janeiro - Agosto/2009	Agosto/2009	Janeiro - Agosto/2009
<b>BRASIL</b>	5,5	3,7	5,2	5,1
<b>Maranhão</b>	5,1	6,5	6,5	8,5
<b>Piauí</b>	19,5	14,1	20,2	15,7
<b>Ceará</b>	7,6	8,1	7,7	9,6
<b>Rio Grande do Norte</b>	4,2	1,0	4,5	2,3
<b>Paraíba</b>	-3,1	1,7	-2,6	3,6
<b>Pernambuco</b>	7,3	4,3	8,5	6,4
<b>Alagoas</b>	10,0	7,2	11,0	9,3
<b>Sergipe</b>	17,8	12,9	16,9	13,2
<b>Bahia</b>	4,8	4,7	5,5	6,7

**Fonte:** IBGE, 2009h. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

\*Comparação a mesmo período do ano anterior.

Bahia, Ceará e Pernambuco são contemplados com dados mais detalhados nos relatórios da PMC, compreendendo índices de desempenho, volume de vendas e receita nominal em termos agregados e para dez atividades comerciais específicas.

No acumulado de janeiro a agosto esses três estados exibem comportamentos assemelhados, todos registrando bom desempenho nas atividades conexas à renda, extensível a algumas atividades dependentes do crédito, que responderam positivamente aos estímulos governamentais de redução de impostos.

Ainda na Bahia, no Ceará e em Pernambuco, o segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo obteve índices de crescimento superiores aos comumente apresentados pelo comércio em geral. No Ceará, o volume de vendas desse segmento expandiu-se 12,3% e a sua receita nominal, 17,8%. Em Pernambuco, o desempenho foi de 4,9% e 12,1%, respectivamente, e na Bahia, 8% e 13,4% (Tabela 5).

Dentre os fatores que colaboraram para o bom desempenho na comercialização de alimentos nos oito primeiros meses de 2009, destaca-se o comportamento dos preços no período.

Com efeito, em julho a cidade de Fortaleza, por exemplo, acusou a terceira maior redução no valor da cesta-básica, dentre as 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), situação que se repetiu em agosto. A capital pernambucana, por sua vez, apresentou a quarta cesta-básica mais barata e a sexta maior redução interanual de valor, em agosto. Em Salvador, a cesta-básica no valor de R\$ 191,12, quinto menor em termos nacionais, apresentou a quinta maior redução percentual se comparada às variações observadas nas demais capitais (agosto)<sup>4</sup>.

Destaca-se, também, o desempenho da atividade artigos farmacêuticos, médicos ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que em Pernambuco apresentou crescimento de 4,7% no volume de

4 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) confirma a tendência de controle inflacionário em toda a economia, com índices menores dos que os apresentados em anos anteriores, aliados à relativa estabilidade de preços dos alimentos (acumulado até setembro). Na Região Metropolitana de Fortaleza o subgrupo alimentação em domicílio permaneceu estável, contra um índice geral de 3,3%. Na Região Metropolitana do Recife houve deflação de 0,2% (alimentação em domicílio) e o índice geral foi de 3%. Em Salvador houve crescimento de 0,2%, para alimentação em domicílio, contra 3,3% do índice geral (IBGE. SIDRA: Índice de preços).

**Tabela 5 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade, nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia – Janeiro-Agosto/2009\***

Atividades	Janeiro-Agosto/2009					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
<b>COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO</b>	8,1	9,6	4,3	6,4	4,7	6,7
1. Combustíveis e Lubrificantes	14,5	12,1	10,0	8,1	1,4	2,4
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	12,3	17,8	4,9	12,1	8,0	13,4
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-1,9	7,0	-3,2	2,5	-3,2	1,6
4. Móveis e Eletrodomésticos	9,4	11,4	0,8	0,5	-0,3	1,9
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	4,5	9,5	4,7	9,1	8,5	15,1
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	0,1	2,6	6,4	9,6	16,6	15,6
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	7,8	3,0	-6,3	-10,9	-27,8	-27,8
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	10,2	17,8	2,5	8,6	37,6	41,9
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	10,6	6,3	6,9	2,3	5,2	0,8
10. Material de Construção	-12,7	-3,7	-4,9	8,1	-6,7	4,0

**Fonte:** IBGE, 2009h. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

\*Comparação a mesmo período do ano anterior.

vendas e de 9,1% na receita nominal, acima dos respectivos índices de expansão do comércio varejista ampliado total, de 4,3% e 6,4%, respectivamente. Na Bahia, os avanços foram de, respectivamente, 8,5% e 15,1%, índices superiores aos do comércio varejista ampliado total, de 4,7% e 6,7%, respectivamente. Somente no Ceará, a citada atividade registrou incremento inferior à média do comércio varejista ampliado total.

Se no âmbito nacional o bom desempenho do setor é atribuído, pelo IBGE, a fatores como o comportamento da massa salarial e a retomada do crédito, além da condição específica do setor no tocante à essencialidade dos produtos atinentes, especificamente no Nordeste são notados bons indicadores, que sinalizam a retomada da atividade econômica e a consequente melhoria

do mercado de trabalho, fatores que influenciam positivamente o nível de consumo, conforme se pode observar no capítulo 4 de Conjuntura.

O saldo positivo de 43.975 vagas na Bahia até agosto de 2009 é exemplo desse movimento de recuperação dos postos de trabalho perdidos após o início da crise internacional (CAGED, 2009b). No Ceará, por seu turno, ofertaram-se 28.486 vagas, basicamente provenientes de dois setores: indústria de transformação e serviços.

Em Pernambuco, embora o saldo de empregos formais, no acumulado até agosto, tenha se mostrado negativo, os resultados mensais, já a partir de maio, foram positivos. Em setembro consolida-se a recuperação do mercado de trabalho nesse estado, registrando-se saldo positivo acumulado de 24.448 vagas, devido, principalmente, à evo-

lução na oferta de vagas na construção civil e nos serviços.

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico também se destaca no acumulado do ano. No Ceará, seu volume de vendas cresceu 10,2% e sua receita nominal, 17,8%. Na Bahia, foi mais expressivo: 37,6% e 41,9%, respectivamente. Em Pernambuco, porém, o seu volume de vendas ficou abaixo da média do comércio varejista total (2,5%), muito embora a sua receita nominal (8,6%) tenha superado a média de desempenho de todas as atividades.

Indício de que as atividades relacionadas ao crédito poderão usufruir maior crescimento no último trimestre de 2009 é o comportamento do saldo das operações de crédito para pessoas físicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c). Na Bahia, no Ceará e em Pernambuco, desde 2008, esse saldo tem sido declinante. No segundo semestre de 2009 observa-se trajetória inversa nesses estados, passando o saldo das operações de crédito a crescer em ritmo mais intenso.

No caso de veículos e motos, partes e peças, em resposta aos estímulos governamentais, o volume de vendas da atividade tem crescido acima da média do comércio agregado no Ceará (10,6%), em Pernambuco (6,9%) e na Bahia (5,2%).

O volume de crédito, e por consequência, o comércio de bens de maior valor agregado sofrem influência de algumas variáveis, como o nível de endividamento do consumidor e o comportamento do mercado de trabalho.

Têm sido observados sinais de recuperação do mercado de trabalho regional, comprovados pelo crescimento do número de vagas formais e pelo crescimento da produção física da indústria regional (IBGE, 2009j)<sup>5</sup>, restando, portanto, analisar o endividamento dos consumidores.

Em Fortaleza declinou o número de pessoas que possuíam alguma dívida, ou haviam atrasado o pagamento de alguma delas, se comparado outubro de 2009 a outubro de 2008. A parcela da renda comprometida com pagamento de dívidas também declinou no mesmo período, de 16,7% para 15,1%, confirmando que o consumidor da capital cearense tem conseguido exercer controle efetivo de sua situação financeira (IPDC, 2009)<sup>6</sup>.

Já em Salvador, o índice de pessoas com dívidas ou contas em atraso foi superior (29,3%), embora outros indicadores mostrem melhor situação financeira para os consumidores daquela capital, como, por exemplo, a proporção de endividados (50,3%) e do comprometimento da renda (12,9%) (FCDL, 2009)<sup>7</sup>.

O movimento de cheques devolvidos sem fundos em relação aos efetivamente compensados, outro indicador da situação financeira regional, também apresentou resultado positivo. Desde abril de 2009 esse índice registra declínio mês a mês, passando de 11% em março para 8,7% em agosto (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009d), o que indica a possibilidade de melhor desempenho para o crédito e atividades a ele relacionadas no último trimestre de 2009 (SERASA, 2009)<sup>8</sup>.

5 De julho a agosto, livre dos efeitos sazonais, houve crescimento de 3,8% na produção física da indústria regional, índice superior ao 1,2% registrado pelo Brasil no mesmo período.

6 Percentual de endividados diz respeito à parcela de consumidores que contraíram algum tipo de dívida, cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, empréstimos para compra de imóvel (ou carro), pagamento de seguro. Alguns consumidores, ao atrasarem estas dívidas passam a compor o percentual de pessoas com contas ou dívidas em atraso. O comprometimento da renda diz respeito ao percentual da renda destinada ao pagamento de dívidas.

7 Pesquisa fruto de convênio entre o Banco do Nordeste e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia.

8 Indicador Serasa de qualidade de crédito aponta, no entanto, para possibilidade de retração nas concessões e elevação da inadimplência, fazendo, contudo, referência ainda ao terceiro trimestre do ano e ao âmbito nacional.

## 3.5 - Produção Agropecuária

### 3.5.1 - Agronegócio

#### 3.5.1.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento

Segundo estimativa feita pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio

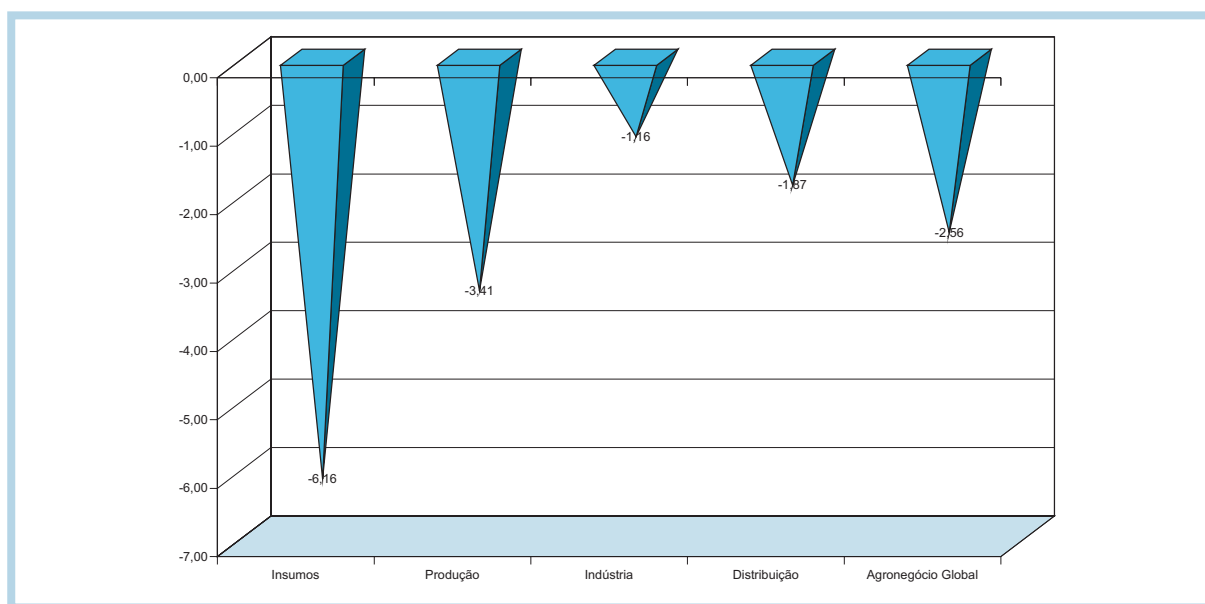
brasileiro fechou o primeiro semestre de 2009 com uma contração de 2,56%, aprofundando a tendência revelada no primeiro trimestre do ano (Tabela 6 e Gráfico 13).

**Tabela 6 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal – 1º Semestre de 2009**

AGROPECUÁRIA					
Mês	Insumos	Somente a atividade primária do setor/segmento (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	-0,38	-0,68	-0,02	-0,25	-0,31
Fevereiro	-0,65	-0,53	-0,16	-0,30	-0,36
Março	-0,63	-0,29	0,00	-0,09	-0,18
Abril	-1,38	-0,69	-0,20	-0,37	-0,52
Maio	-1,56	-0,64	-0,25	-0,36	-0,54
Junho	-1,72	-0,63	-0,53	-0,51	-0,68
<b>Acumulado no Semestre</b>	<b>-6,16</b>	<b>-3,41</b>	<b>-1,16</b>	<b>-1,87</b>	<b>-2,56</b>
AGRICULTURA					
Mês	Insumos	Somente a atividade primária do setor/segmento (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	-0,37	-0,84	0,03	-0,22	-0,28
Fevereiro	-0,75	-0,66	-0,10	-0,26	-0,34
Março	-0,92	-0,67	0,02	-0,18	-0,29
Abril	-1,74	-0,87	-0,16	-0,37	-0,54
Maio	-1,94	-0,64	-0,22	-0,31	-0,51
Junho	-2,26	-0,64	-0,48	-0,42	-0,68
<b>Acumulado no Semestre</b>	<b>-7,73</b>	<b>-4,24</b>	<b>-0,91</b>	<b>-1,75</b>	<b>-2,61</b>
PECUÁRIA					
Mês	Insumos	Somente a atividade primária do setor/segmento (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	-0,39	-0,47	-0,31	-0,32	-0,39
Fevereiro	-0,47	-0,37	-0,53	-0,40	-0,42
Março	-0,13	0,22	-0,13	0,11	0,08
Abril	-0,75	-0,44	-0,47	-0,37	-0,47
Maio	-0,92	-0,63	-0,48	-0,48	-0,60
Junho	-0,82	-0,61	-0,80	-0,71	-0,70
<b>Acumulado no Semestre</b>	<b>-3,43</b>	<b>-2,28</b>	<b>-2,69</b>	<b>-2,15</b>	<b>-2,48</b>

Fonte: CEPEA, 2009.

Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio.



**Gráfico 13 – Brasil. PIB do Agronegócio – Variação (%) Acumulada em 2009**

Fonte: CEPEA, 2009.

Ao contrário do que se verificou no primeiro trimestre de 2009, não houve diferença de comportamento entre as duas subdivisões do agronegócio (agricultura e pecuária), significando um aprofundamento da retração do PIB do agronegócio da agricultura (o acumulado, que até março somava -0,91%, encerrou o semestre com -2,61%) e do PIB do agronegócio da pecuária (de -0,73% em março, para -2,48% em junho).

O elo do agronegócio cujo PIB mais se contraiu foi o de insumos da agropecuária, com uma redução de 6,16%, devido à queda nas vendas resultante da dificuldade de crédito enfrentada pelo agronegócio e à “persistência de problemas gerados durante a crise” (CEPEA, 2009). Nem mesmo a redução dos preços dos insumos (fruto da valorização do real frente ao dólar) foi capaz de ajudar a conter a queda nas vendas.

Nas atividades “dentro da porteira”, ou seja, o elo da produção, o PIB da agropecuária sofreu redução de 3,41% no semestre, com uma queda na produção agrícola (4,24%) correspondente a quase o dobro da retração da produção pecuária (2,28%).

Os elos “depois da porteira” – indústria de beneficiamento e atividades de distribuição – re-

gistraram quedas menores (1,16% e 1,87%, respectivamente). Os piores resultados foram para a agroindústria animal (-2,69%) e sua respectiva distribuição (-2,15%) e a agroindústria vegetal (-0,91%) e sua respectiva distribuição (-1,75%).

O Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, segundo as previsões do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE de setembro/2009, deverá cair 7,5% em relação a 2008 (Tabela 7).

Esse comportamento pode ser explicado pela redução, na média, dos preços e das quantidades transacionados. De acordo com o Cepea (2009), no período de 12 meses entre o final de junho de 2008 e junho de 2009, houve uma redução de 4,65% nas quantidades e 4,37% no preço real das principais lavouras brasileiras, o que teria reduzido o VBP das lavouras em 8,29%. Segundo a mesma fonte, em igual período, o VBP da pecuária retrocedeu 4,51%; menor, portanto do que a estimativa da Tabela 8.

As mais recentes estimativas do VBP da Agropecuária do Nordeste para 2009 alcançaram R\$ 37 bilhões (Tabela 8), sendo 41,9% referentes a lavouras temporárias, 21,9% relativos a lavou-

**Tabela 7 – Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária Brasileira – 2008/2009**

Valores em R\$ Milhões de Setembro/2009

Produtos	2008	2009	Varição 2009/2008 Relativa (%) Absoluta	Varição Absoluta.
<b>Agrícolas</b>	<b>189.139</b>	<b>173.657</b>	<b>-8,2</b>	<b>-15.482</b>
- lavouras temporárias (1)	156.082	139.067	-10,9	-17.015
- lavouras permanentes (2)	33.057	34.590	4,6	1.533
<b>Pecuários</b>	<b>105.507</b>	<b>98.805</b>	<b>-6,4</b>	<b>-6.702</b>
- carnes (3)	79.778	77.834	-2,4	-1.944
- derivados (4)	25.729	20.971	-18,5	-4.758
<b>Total</b>	<b>294.646</b>	<b>272.462</b>	<b>-7,5</b>	<b>-22.184</b>

**Fonte:** IBGE, 2009L, 2009m. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão e fumo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

**Tabela 8 – Nordeste. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2008 e 2009**

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Lavoura temporária (a)							
Brasil						156.081.606	139.066.641
Nordeste						17.516.640	15.504.762
Abacaxi	Mil frutos	789.837	709.067	0,91	1,10	719.863	779.974
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.274.258	1.057.013	0,97	1,10	1.237.109	1.162.714
Alho	Tonelada	4.393	5.132	2,62	2,62	11.510	13.446
Amendoim (em casca)	Tonelada	12.536	11.752	1,00	0,84	12.543	9.872
Arroz (em casca)	Tonelada	1.174.827	1.096.058	0,79	0,78	931.083	854.925
Batata - doce	Tonelada	203.309	203.309	0,50	0,50	101.655	101.655
Batata - inglesa	Tonelada	294.210	293.730	1,11	1,31	326.437	384.786
Cana-de-açúcar	Tonelada	74.075.051	71.795.418	0,04	0,03	2.827.445	2.437.454
Cebola	Tonelada	368.193	317.929	0,83	0,98	306.393	311.570
Fava (em grão)	Tonelada	19.053	19.053	1,89	1,89	36.010	36.010
Feijão (em grão)	Tonelada	1.001.038	850.298	2,24	2,13	2.242.325	1.811.135
Fumo (em folha)	Tonelada	26.368	21.808	3,94	2,96	103.890	64.552
Mamona (baga)	Tonelada	111.417	80.989	0,74	0,79	82.782	63.981
Mandioca	Tonelada	9.869.056	8.847.391	0,18	0,15	1.753.040	1.349.758
Melancia	Tonelada	607.850	607.850	0,38	0,39	228.826	237.062
Melão	Tonelada	316.221	316.221	0,77	0,65	244.349	205.544
Milho (em grão)	Tonelada	4.427.861	4.657.294	0,55	0,46	2.456.442	2.142.355
Soja (em grão)	Tonelada	4.830.658	4.176.404	0,65	0,66	3.158.455	2.756.427
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	142.066	154.974	0,35	0,35	49.278	53.756
Tomate	Tonelada	572.670	586.925	1,20	1,24	687.204	727.787
Lavoura permanente (b)							
Brasil						33.057.387	34.589.683
Nordeste						7.396.058	8.109.550
Abacate	Tonelada	15.403	15.403	1,01	1,23	15.564	20.640
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	180	180	0,91	0,91	178	178
Banana	Tonelada	2.875.530	2.947.134	0,46	0,40	1.368.312	1.280.600
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.649	30.649	1,26	1,26	55.781	55.781
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	139.383	135.422	4,41	5,69	600.371	762.968
Café (beneficiado)	Tonelada	183.820	183.820	3,01	3,27	551.460	628.664
Caqui	Tonelada	196	196	2,81	2,81	31	31

**Tabela 8 – Nordeste. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2008 e 2009**

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Castanha-de-caju	Tonelada	281.247	281.247	0,97	0,97	273.069	273.069
Coco-da-baía	Mil frutos	1.297.305	1.302.161	0,52	0,55	664.102	703.167
Dendê (coco)	Tonelada	194.629	194.629	0,20	0,20	38.926	38.926
Figo	Tonelada	15	15	11,34	11,34	111	111
Goiaba	Tonelada	135.016	135.016	0,64	0,64	94.511	94.511
Guaraná (semente)	Tonelada	2.070	2.054	8,82	8,82	18.671	18.671
Laranja	Tonelada	1.982.625	1.982.625	0,34	0,33	669.587	602.898
Limão	Tonelada	73.141	73.141	0,99	0,81	72.458	59.976
Maçã	Tonelada	608	608	2,07	2,07	784	784
Mamão	Tonelada	1.179.101	1.179.101	0,93	0,90	1.098.003	1.037.609
Manga	Tonelada	816.862	816.862	0,72	0,70	590.740	661.658
Maracujá	Tonelada	465.925	465.925	0,99	1,16	461.573	596.384
Marmelo	Tonelada	175	175	2,30	2,30	439	439
Palmito	Tonelada	21.242	21.242	2,26	2,26	47.912	47.912
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.305	4.305	3,95	3,95	15.885	15.885
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	246.239	247.877	0,98	0,99	243.106	245.398
Tangerina	Tonelada	47.865	47.865	0,85	0,84	40.779	40.207
Urucum (semente)	Tonelada	2.426	2.426	2,66	2,66	5.192	5.192
Uva	Tonelada	254.263	254.263	1,84	2,81	468.512	917.889
<b>Agricultura (c)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>189.138.993</b>	<b>173.656.324</b>
<b>Nordeste</b>						<b>24.912.698</b>	<b>23.614.312</b>
<b>Pecuária (d)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>105.506.517</b>	<b>98.805.594</b>
<b>Nordeste</b>						<b>14.378.338</b>	<b>13.428.658</b>
Carne bovina (tonelada)	Tonelada	1.282.160	1.254.880	5,74	6,07	7.356.179	7.618.795
Frango (tonelada)	Tonelada	738.562	738.562	2,36	2,09	1.739.828	1.543.595
Leite (milhões de litros)	milhões de litros	3.398	3.398	0,79	0,65	2.673.906	2.208.875
Ovos (mil caixas de 30 dúzias)	mil cx. de 30 dúzias	9.992	9.992	2,18	1,70	726.271	566.195
Suínos (tonelada)	Tonelada	605.194	605.194	3,11	2,46	1.882.154	1.491.199
<b>Agropecuária (c + d)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>294.645.510</b>	<b>272.461.918</b>
<b>Nordeste</b>						<b>39.291.036</b>	<b>37.042.970</b>
<b>Relações Nordeste/Brasil</b>							
<b>Lavoura temporária (a)</b>						11,22	11,15
<b>Lavoura permanente (b)</b>						22,37	23,44
<b>Agricultura (c)</b>						13,17	13,60
<b>Pecuária (d)</b>						13,63	13,59
<b>Agropecuária (c + d)</b>						13,34	13,60

**Fontes:** IBGE, 2009b, 2009c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (09/2009); PAM (2008).

(2) Os preços foram obtidos de SIGMAN (2008 e 2009) e PAM (2008), corrigidos para setembro/2009.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. as médias de 2005 a 2008, registradas por IBGE-Pesquisa Trimestral; FNP e IBGE-PPM.

ras permanentes e 36,2% correspondentes à pecuária. Esse resultado significa uma redução de 5,9% em comparação com o valor alcançado em 2008 (R\$ 39,3 bilhões).

Para as lavouras temporárias, fora estimada uma queda do VBP, de R\$ 17,5 bilhões em 2008 para R\$ 15,5 bilhões em 2009, influenciada por redução da safra dos sete produtos de maior VBP (algodão herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e soja). Para as principais lavouras permanentes (banana, mamão e uva) havia sido estimado um crescimento conjunto de 10,3%, contribuindo para que o VBP das seis lavouras permanentes mais relevantes (as já citadas mais cacau, coco e manga) aumentasse de R\$ 7,4 bilhões em 2008 para R\$ 8 bilhões em 2009.

Espera-se que o VBP de carnes e derivados, no Nordeste, alcance R\$ 13,4 bilhões em 2009 (36%

do VBP da agropecuária regional), devendo os VBPs das pecuárias nacional e regional comportarem-se de maneira semelhante, com contração de 6,4% para o Brasil e 6,6% para o Nordeste.

De acordo com estimativa do IBGE (2009), os quatro estados do Nordeste que mais deverão se destacar na agropecuária em 2009 concentrarão mais de três quartos (76,1%) do VBP da região nesse segmento, vindo a Bahia na primeira posição, com 43,5%, seguida de Pernambuco (11,6%), Maranhão (11,4%) e Ceará (9,6%). Com VBP da agropecuária estimado em R\$ 16,1 bilhões, a Bahia ocupa também a primeira colocação no Nordeste em lavouras temporárias, lavouras permanentes, agricultura e pecuária consideradas isoladamente. O Maranhão é detentor do segundo maior VBP da região especificamente na pecuária e nas lavouras temporárias, enquanto Pernambuco também ocupa a segunda posição em lavouras permanentes (Tabela 9).

**Tabela 9 – Nordeste. Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2009**

R\$ Milhões

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	1.821	11,74	89	1,10	1.910	8,09	2.315	17,24	4.225	11,40
Piauí	1.217	7,85	103	1,27	1.320	5,59	1.038	7,73	2.358	6,36
Ceará	1.209	7,80	785	9,68	1.994	8,44	1.556	11,59	3.550	9,58
Rio Grande do Norte	527	3,40	262	3,23	789	3,34	557	4,15	1.346	3,64
Paraíba	823	5,31	248	3,06	1.071	4,54	667	4,97	1.738	4,69
Pernambuco	1.551	10,00	1.120	13,81	2.671	11,31	1.625	12,10	4.296	11,60
Alagoas	1.136	7,33	80	0,99	1.216	5,15	554	4,12	1.770	4,78
Sergipe	655	4,22	419	5,17	1.074	4,55	562	4,18	1.636	4,42
Bahia	6.567	42,35	5.004	61,70	11.571	49,00	4.555	33,92	16.126	43,53
Bahia+Pernambuco+ Maranhão+Ceará	11.147	71,90	6.998	86,29	18.146	75,84	10.051	74,85	28.197	76,11
Demais	4.359	28,10	1.112	13,71	5.470	23,16	3.378	25,15	8.848	23,89
Soma	15.506	100,00	8.110	100,00	23.616	100,00	13.429	100,00	37.045	100,00

**Fontes:** IBGE, 2009k, IBGE, 2009l. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

## 3.5.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

No período de janeiro a agosto de 2009 o saldo comercial do agronegócio nordestino cresceu 8%, comparativamente ao acumulado dos oito primeiros meses de 2008. Na mesma base de comparação, o saldo comercial do agronegócio nacional sofreu redução de 7,6%. O bom desempenho do agronegócio do Nordeste resultou de uma queda de apenas 5,6% nas exportações, juntamente com uma redução de expressivos 34,4% nas importações.

No período de janeiro a agosto de 2009, as exportações do agronegócio nordestino totalizaram US\$ 3,8 bilhões, enquanto as importações limitaram-se a apenas US\$ 836 milhões, o que resultou em um saldo positivo de US\$ 2,93 bilhões. Esse saldo comercial corresponde ainda a quase o quatro vezes o saldo gerado na balança comercial total da região (US\$ 766 milhões) (Tabela 10).

**Tabela 10 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Região/Estado – 2008/2009**

Dados de Janeiro a Agosto de cada Ano

Valores em US\$ Milhões

Região/Estado	2008			2009		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	130.843,0	113.915,1	16.927,9	97.934,3	77.992,8	19.941,5
Brasil – Agronegócio (b)	48.499,2	7.831,7	40.667,5	43.649,0	6.055,1	37.593,8
Nordeste – Total (c)	10.245,9	10.880,2	-634,3	7.168,8	6.402,3	766,5
Nordeste – Agronegócio (d)	3.985,7	1.274,7	2.710,9	3.763,5	836,1	2.927,3
Alagoas	584,0	29,5	554,5	462,2	19,2	443,0
Bahia	1.984,4	401,5	1.582,9	1.998,2	269,6	1.728,6
Ceará	557,7	311,5	246,2	426,8	175,1	251,7
Maranhão	237,1	22,3	214,8	319,7	33,9	285,8
Paraíba	79,7	53,6	26,1	50,8	32,0	18,8
Pernambuco	253,7	377,5	-123,8	251,5	262,9	-11,4
Piauí	73,1	2,2	70,9	104,8	0,6	104,2
Rio Grande do Norte	166,7	42,8	123,9	124,8	20,7	104,1
Sergipe	49,2	33,8	15,4	24,6	22,1	2,5
<b>Variações % 2007/2008</b>						
Brasil – Total				-25,2	-31,5	17,8
Brasil – Agronegócio				-10,0	-22,7	-7,6
Nordeste – Total				-30,0	-41,2	220,8
Nordeste – Agronegócio				-5,6	-34,4	8,0
Alagoas				-20,9	-34,9	-20,1
Bahia				0,7	-32,9	9,2
Ceará				-23,5	-43,8	2,2
Maranhão				34,8	52,0	33,1
Paraíba				-36,3	-40,3	-28,0
Pernambuco				-0,9	-30,4	90,8
Piauí				43,4	-72,7	47,0
Rio Grande do Norte				-25,1	-51,6	-16,0
Sergipe				-50,0	-34,6	-83,8
<b>Relações (%)</b>						
b/a	37,1	6,9	240,2	44,6	7,8	188,5
d/c	38,9	11,7	-427,4	52,5	13,1	381,9
d/b	8,2	16,3	6,7	8,6	13,8	7,8

**Fonte:** BRASIL, 2009e. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Com isso, aumenta a participação relativa das exportações do agronegócio nordestino nas exportações do agronegócio nacional (de 8,2% para 8,6%) e do saldo do agronegócio nordestino no saldo do agronegócio nacional (de 6,7% para 7,8%), enquanto a participação das importações diminui de 16,3% para 13,8%. As exportações do agronegócio nordestino correspondem a mais da metade (52,5%) de todas as exportações da região, enquanto as importações correspondem a apenas 13,1% do total.

Em 2009, oito estados nordestinos (exceção apenas do Maranhão) reduziram suas importações do agronegócio, se comparados os oito primeiros meses de cada ano. Os índices variaram de 30,4% em Pernambuco a 72,7% no Piauí. Em valores absolutos, três estados se destacaram com os maiores volumes de redução das importações do agronegócio: Ceará, com US\$ 136,4 milhões, Bahia (US\$ 131,9 milhões) e Pernambuco (US\$ 114,6 milhões).

Dentre os componentes da pauta de importação do agronegócio regional, o item cereais foi o que anotou a maior redução no período janeiro-agosto de 2009 comparativamente aos oito primeiros meses de 2008, alcançando US\$ 198,1 milhões. Ocupou a segunda posição o item algodão e produtos têxteis de algodão, com redução de US\$ 54,2 milhões. No mesmo período, o item produtos do cacau foi aquele que assinalou o maior incremento de importação, com US\$ 8,4 milhões a mais em relação aos oito primeiros meses de 2008, seguido dos itens madeira, com US\$ 3,8 milhões a mais, e 'outros produtos alimentícios', com aumento de US\$ 3,1 milhões.

O aumento de US\$ 12 milhões nas importações do agronegócio do Maranhão no período deveu-se principalmente aos itens cereais (aumento de US\$ 19,2 milhões para US\$ 26,3 milhões) e madeira (de US\$ 0,2 milhão para US\$ 4 milhões).

No tocante às exportações do agronegócio regional, somente a Bahia, o Maranhão e o Piauí cresceram no período, contribuindo, conjuntamente, para elevação de US\$ 128,1 milhões no total exportado pelo agronegócio da região. Dentre os componentes da pauta de exportação do agronegócio regional, três itens se destacaram pelo maior crescimento no período janeiro-agosto de 2009 comparativamente aos oito primeiros meses de 2008, todos da pauta Bahia. O de soja em grãos teve a maior expansão, da ordem de US\$ 217,9 milhões. Nas duas posições seguintes: farelo de soja, com aumento de US\$ 89,8 milhões, e carne de frango, com US\$ 11,2 milhões. Os demais estados sofreram redução nas exportações do agronegócio, perfazendo o montante de US\$ 350,3 milhões.

No Ceará observou-se a maior queda (US\$ 130,9 milhões), seguindo-se Alagoas (US\$ 121,8 milhões), Rio Grande do Norte (US\$ 41,9 milhões), Paraíba (US\$ 28,9 milhões), Sergipe (US\$ 24,6 milhões) e Pernambuco (US\$ 2,2 milhões).

Dentre os componentes da pauta de exportação do agronegócio regional, seis itens se destacaram por haver sofrido redução dos respectivos valores exportados no período janeiro-agosto de 2009 comparativamente aos oito primeiros meses de 2008, totalizando perdas de US\$ 383,4 milhões, assim distribuídas: celulose (US\$ 110,5 milhões); couro e pele de bovino (US\$ 88,7 milhões); açúcar (US\$ 72,8 milhões); crustáceos e moluscos (US\$ 40,8 milhões); álcool (US\$ 40,4 milhões) e frutas frescas (US\$ 30,2 milhões).

A pauta de exportação do agronegócio nordestino permanece bastante concentrada. Com efeito, dos seus 14 principais componentes, que no conjunto correspondem a 92,8% do total exportado pelo agronegócio da região, apenas três itens: soja em grãos, celulose e açúcar, totalizando US\$ 2,1 bilhões conjuntamente, equivalem a 55,3% das exportações do agronegócio regional (Tabela 11).

**Tabela 11 – Nordeste. Principais Produtos Exportados do Agronegócio – Janeiro a Agosto/2009**

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1 Soja em grãos	772,3	20,5	20,5	BA, MA
2 Celulose	747,2	19,9	40,4	BA, MA
3 Açúcar	560,9	14,9	55,3	AL, PE
4 Farelo de soja	248,5	6,6	61,9	BA
5 Algodão e produtos têxteis de algodão	204,8	5,4	67,3	BA, PB, CE
6 Nozes e castanhas	153,2	4,1	71,4	CE, RN
7 Produtos do cacau	144,6	3,8	75,2	BA
8 Couro e pele de bovino	122,6	3,3	78,5	CE, BA
9 Álcool	122,1	3,2	81,7	AL, PE
10 Frutas frescas	106,5	2,8	84,6	CE, RN, BA
11 Produtos de couro e peleteria	96,2	2,6	87,1	CE, BA
12 Papel	74,7	2,0	89,1	BA
13 Café verde e café torrado	63,8	1,7	90,8	BA
14 Crustáceos e moluscos	46,3	1,2	92,0	CE, RN
15 Outros	299,7	8,0	100,0	
Total	3.763,5	100,0		

**Fonte:** BRASIL, 2009e. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

A pauta de importação do agronegócio nordestino também permanece bastante concentrada. Com efeito, dos seus 14 principais componentes, representando 94,3% do total importado pelo agronegócio da região, três itens: cereais, cacau

inteiro ou partido e produtos e subprodutos da indústria de moagem respondem por US\$ 544,1 milhões ou 65,1% das importações do agronegócio regional (Tabela 12).

**Tabela 12 – Nordeste. Principais Produtos Importados do Agronegócio – Janeiro a Agosto/2009**

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% acum	Princ. Importadores
1 Cereais	346,2	41,4	41,4	BA, PE
2 Cacau inteiro ou partido	115,6	13,8	55,2	BA
3 Produtos e subprodutos da indústria de moagem	82,3	9,8	65,1	PE
4 Óleos vegetais	41,8	5,0	70,1	BA, CE
5 Papel	39,9	4,8	74,8	PE, CE
6 Algodão e produtos têxteis de algodão	38,5	4,6	79,4	CE, PB
7 Peixes	30,8	3,7	83,1	PE, BA
8 Bebidas alcóolicas	26,9	3,2	86,4	PE
9 Borracha natural e gomas naturais	18,3	2,2	88,5	BA
10 Carne bovina	13,7	1,6	90,2	PE
11 Produtos do cacau	10,6	1,3	91,4	BA
12 Couro e pele de bovino	9,5	1,1	92,6	CE, BA
13 Outros produtos alimentícios	8,2	1,0	93,6	PE, CE
14 Celulose	6,0	0,7	94,3	PE
15 Outros	47,8	5,7	100,0	
Total	836,1	100,0		

**Fonte:** BRASIL, 2009e. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

## 3.5.2 - Agricultura

O primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2009a) sobre a safra brasileira de 2009/2010 indica uma área cultivada de 47.705,2 mil hectares e produção de 140,3 milhões de toneladas de grãos. A produtividade de 2.942 kg/ha superou em 3,8% a observada na safra anterior (2.833 kg/ha) quando a área alcançou 47.708,2 mil hectares e a produção, 135,2 milhões de toneladas de grãos.

Com área cultivada de 8,2 mil hectares e produção de 12.228,7 mil toneladas de grãos, o Nordeste responderá por 17,2% da área plantada em todo o país e por 8,7% da sua colheita. Por conta da metodologia adotada pela Conab, a área nordestina não sofreu alteração, enquanto a produ-

ção deverá evoluir em 4,3%, devido ao aumento de produtividade em igual proporção. A melhora na produtividade é esperada pela recuperação da lavoura, atingida por problemas climáticos na safra 2008/2009 (Tabela 13).

### Algodão

A safra brasileira de algodão 2009/2010 deverá sofrer redução de 7,5% em sua área cultivada, caindo de 842,9 mil para 779,5 mil hectares, devido a fatores como política cambial, baixas cotações do produto nos mercados interno e externo, maior desvantagem comparativa com a soja e, sobretudo, o alto custo de sua produção comparado a outras culturas. A produção de algodão deverá

**Tabela 13 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos<sup>(\*)</sup>. Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%
<b>Norte</b>	<b>1.597,2</b>	<b>1.597,2</b>	<b>0,0</b>	<b>2.378</b>	<b>2.316</b>	<b>(2,6)</b>	<b>3.798,0</b>	<b>3.699,7</b>	<b>(2,6)</b>
<b>Nordeste</b>	<b>8.195,2</b>	<b>8.195,2</b>	<b>0,0</b>	<b>1.431</b>	<b>1.492</b>	<b>4,3</b>	<b>11.725,6</b>	<b>12.228,7</b>	<b>4,3</b>
Maranhão	1.349,0	1.349,0	0,0	1.606	1.758	9,5	2.165,9	2.371,5	9,5
Piauí	1.016,1	1.016,1	0,0	1.572	1.531	(2,6)	1.597,7	1.555,9	(2,6)
Ceará	1.362,5	1.362,5	0,0	686	758	10,5	934,8	1.032,5	10,5
Rio Grande do Norte	153,0	153,0	0,0	615	657	6,8	94,1	100,5	6,8
Paraíba	413,2	413,2	0,0	621	533	(14,2)	256,8	220,4	(14,2)
Pernambuco	675,4	675,4	0,0	612	564	(7,7)	413,1	381,2	(7,7)
Alagoas	164,1	164,1	0,0	628	600	(4,4)	103,0	98,5	(4,4)
Sergipe	231,0	231,0	0,0	2.488	2.480	(0,3)	574,8	572,9	(0,3)
Bahia	2.830,9	2.830,9	0,0	1.973	2.082	5,5	5.585,4	5.895,3	5,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>15.241,3</b>	<b>15.320,9</b>	<b>0,5</b>	<b>3.220</b>	<b>3.217</b>	<b>(0,1)</b>	<b>49.076,9</b>	<b>49.282,9</b>	<b>0,4</b>
<b>Sudeste</b>	<b>4.786,5</b>	<b>4.730,1</b>	<b>(1,2)</b>	<b>3.548</b>	<b>3.521</b>	<b>(0,8)</b>	<b>16.984,7</b>	<b>16.653,8</b>	<b>(1,9)</b>
<b>Sul</b>	<b>17.888,0</b>	<b>17.861,8</b>	<b>(0,1)</b>	<b>2.995</b>	<b>3.274</b>	<b>9,3</b>	<b>53.579,0</b>	<b>58.476,0</b>	<b>9,1</b>
<b>Norte/Nordeste</b>	<b>9.792,4</b>	<b>9.729,4</b>	<b>(0,6)</b>	<b>1.585</b>	<b>1.596</b>	<b>0,6</b>	<b>15.523,6</b>	<b>15.523,6</b>	<b>0,0</b>
<b>Centro-Sul</b>	<b>37.915,8</b>	<b>37.912,8</b>	<b>(0,0)</b>	<b>3.155</b>	<b>3.229</b>	<b>2,3</b>	<b>119.640,6</b>	<b>122.412,7</b>	<b>2,3</b>
<b>Brasil</b>	<b>47.708,2</b>	<b>47.705,2</b>	<b>(0,0)</b>	<b>2.833</b>	<b>2.942</b>	<b>3,8</b>	<b>135.164,1</b>	<b>140.341,2</b>	<b>3,8</b>

**Fonte:** CONAB, 2009a. Modificado pelo autor.

(\*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(\*\*) Valores de estimativa: sujeitos a variações de 5% para mais ou para menos.

ter redução de 2%, de 3.053,6 mil para 2.993,5 mil toneladas. A redução da área plantada foi compensada pelo ganho de produtividade, da ordem de 6%, chegando a atingir 3.840 kg/ha.

Ocupando uma área de 330,8 mil hectares, idêntica à de 2008/2009, a lavoura algodoeira do Nordeste produzirá 1.220,9 mil toneladas em 2009/2010, aumento de 19,3% sobre a safra anterior. A produção nordestina de algodão corresponderá a 40,8% do total nacional. A área, por sua vez, equivale a 42,8% de toda a plantação da oleaginosa no país.

Principal produtor de algodão da região, a Bahia responde por 91,5% da produção e por 85,6% da área utilizada, registrando também o maior índice de produtividade: 3.945 kg/ha (Tabela 14).

O mercado internacional sinaliza para a valorização da pluma do algodão. Essa tendência deve-se a irregularidades climáticas nos principais pa-

íses produtores, o que reduzirá a produção, e à forte queda nos preços em 2008, o que diminuiu a intenção de plantio. Segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em âmbito mundial, a área plantada de algodão em 2009/2010, de 30,3 milhões de hectares, será a menor desde a safra de 1986/1987. Por sua vez, a produção estimada de 22,9 milhões de toneladas também deverá ser a menor desde 2003/2004. Por outro lado, o consumo deverá aumentar em relação à safra anterior, reduzindo os estoques de passagem e pressionando os preços. Os contratos futuros transacionados na Bolsa de Nova York (NYBOT) com vencimentos para dezembro/2009, julho/2010 e dezembro/2010 acumularam, no mês, altas de 5,1%, 4,1% e 2,7%, sendo cotados a 62,65 centavos de dólar por libra de peso (cents/lb), 67,29 cents/lb e 69,09 cents/lb, respectivamente (CMA, 2009)<sup>9</sup>.

**Tabela 14 – Algodão em Carço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10**	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10**	Var%
<b>Norte</b>	<b>2,8</b>	<b>2,8</b>	<b>0,0</b>	<b>3.143</b>	<b>3.714</b>	<b>18,2</b>	<b>8,8</b>	<b>10,4</b>	<b>18,2</b>
<b>Nordeste</b>	<b>330,8</b>	<b>330,8</b>	<b>0,0</b>	<b>3.093</b>	<b>3.691</b>	<b>19,3</b>	<b>1023,1</b>	<b>1.220,9</b>	<b>19,3</b>
Maranhão	12,8	12,8	0,0	3.180	3.750	17,9	40,7	48,0	17,9
Piauí	11,2	11,2	0,0	3.063	3.446	12,5	34,3	38,6	12,5
Ceará	3,8	3,8	0,0	711	737	3,7	2,7	2,8	3,7
Rio Grande do Norte	9	9	0,0	511	778	52,2	4,6	7,0	52,2
Paraíba	5,2	5,2	0,0	692	827	19,4	3,6	4,3	19,4
Pernambuco	2,5	2,5	0,0	760	760	0,0	1,9	1,9	0,0
Alagoas	3,1	3,1	0,0	226	355	57,1	0,7	1,1	57,1
Bahia	283,2	283,2	0,0	3.300	3.945	19,5	934,6	1.117,2	19,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>481,6</b>	<b>422,9</b>	<b>(12,2)</b>	<b>4.000</b>	<b>3.973</b>	<b>(0,7)</b>	<b>1.926,2</b>	<b>1.680,2</b>	<b>(12,8)</b>
<b>Sudeste</b>	<b>22,2</b>	<b>21,4</b>	<b>(3,4)</b>	<b>3.698</b>	<b>3.829</b>	<b>3,5</b>	<b>82,1</b>	<b>82,1</b>	<b>0,0</b>
<b>Sul</b>	<b>5,5</b>	<b>0,45</b>	<b>(91,8)</b>	<b>2.436</b>	<b>2.444</b>	<b>0,3</b>	<b>13,4</b>	<b>1,1</b>	<b>(91,8)</b>
<b>Norte/Nordeste</b>	<b>333,6</b>	<b>333,6</b>	<b>0,0</b>	<b>3.093</b>	<b>3.691</b>	<b>19,3</b>	<b>1031,9</b>	<b>1.231,3</b>	<b>19,3</b>
<b>Centro-Sul</b>	<b>509,3</b>	<b>445,9</b>	<b>(12,4)</b>	<b>3.970</b>	<b>3.952</b>	<b>(0,4)</b>	<b>2021,7</b>	<b>1.762,2</b>	<b>(12,8)</b>
<b>Brasil</b>	<b>842,9</b>	<b>779,5</b>	<b>(7,5)</b>	<b>3.623</b>	<b>3.840</b>	<b>6,0</b>	<b>3053,6</b>	<b>2.993,5</b>	<b>(2,0)</b>

Fonte: CONAB, 2009a.

\*\*Valores de estimativa: sujeitos a variações de 5% para mais ou para menos.

9 Valores referentes a 30/09/2009.

No mercado interno, os preços do algodão apresentaram declínio em setembro de 2009. A arroba da pluma foi cotada a R\$ 38,36 em São Paulo, baixa de 1,7% no mês. No acumulado janeiro-setembro, houve alta de 4,4% nos preços. Em Barreiras, na Bahia, a arroba chegou a R\$ 35,71, com baixa de 2,7% no mês e alta de 3,8% no acumulado do ano<sup>10</sup>. Em Fortaleza alcançou R\$ 39,02 – baixa de 3,3% no mês e alta de 4,4% no acumulado do ano. Esse cenário está atrelado à desvalorização do dólar frente ao real e às baixas nas cotações internacionais no início de setembro (Gráfico 14).

## Feijão

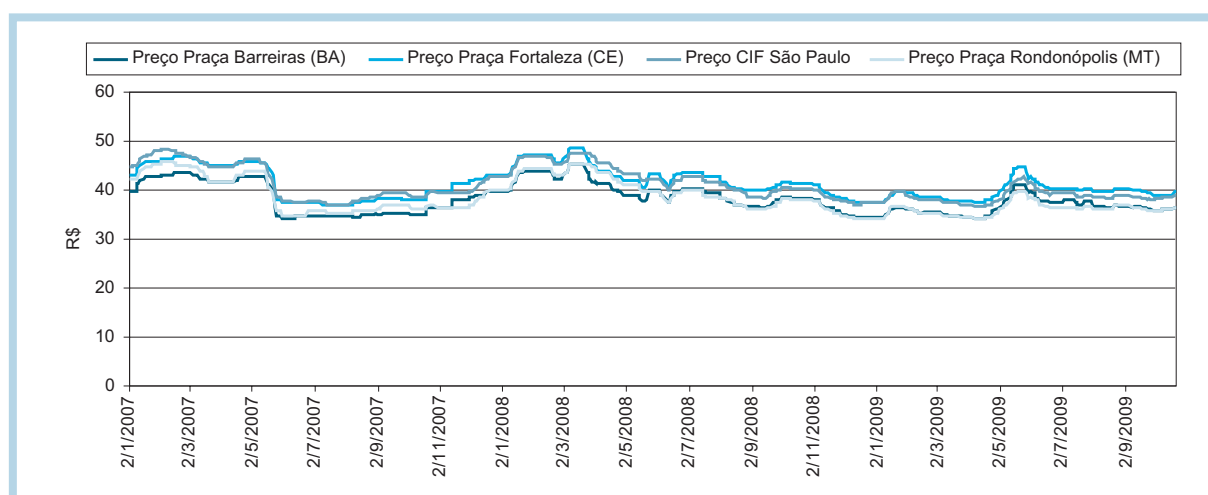
O primeiro levantamento da Conab acerca da safra brasileira do feijão 2009/2010 projeta para a primeira safra<sup>11</sup> uma área de plantio de 1,4 milhão de hectares, com redução de 2,2% em relação à safra anterior. Essa queda se deve, principalmente, aos preços baixos na comercialização da safra anterior e aos riscos climáticos. A produção deverá alcançar 1,4 milhão de toneladas, registrando alta de 7% sobre a safra 2008/2009, dada a expectativa de melhores condições climá-

ticas e recuperação da produtividade, que deverá situar-se em 1.027 kg/ha, uma alta de 9,4%.

Nessa primeira safra de feijão, o Nordeste deverá participar com 37,2% da área cultivada (523,8 mil ha) e 12,3% da produção (178,1 mil toneladas), haja vista alcançar apenas um terço da produtividade nacional. A Bahia é o principal produtor de feijão primeira safra no Nordeste, respondendo por 58,8% da produção em 2009/2010 (Tabela 15).

O Nordeste é a região mais representativa na produção de feijão nas primeira, segunda e terceira safras, sendo que no primeiro levantamento da Conab a produção foi calculada com base na produtividade média dos últimos cinco anos e na área da safra anterior, não sendo um dado representativo para o momento.

Os preços internos do feijão continuam apresentando declínio em 2009. No acumulado do ano, o preço do carioca tipo 1 declinou 38,3% em São Paulo, sendo a saca de 60 kg cotada a R\$ 79,00. Em Barreiras (BA), a R\$ 65,00 com queda de 41,2%, enquanto em Irecê (BA) ficou em R\$ 69,00, 37,7% a menos. O feijão preto apresen-



**Gráfico 14 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2007 a Setembro/2009**

**Fonte:** CMA (2009). **Elaboração:** Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

<sup>10</sup> Valores referentes a 30/09/2009.

<sup>11</sup> A chamada primeira safra do feijão no Brasil consiste naquela cujo plantio é realizado no período de out/nov no Centro-Sul e nov/dez no Norte-Nordeste.

**Tabela 15 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%
<b>Norte</b>	167,2	167,2	0,0	844	786	(6,9)	141,1	131,4	(6,9)
<b>Nordeste</b>	2.228,1	2.228,1	0,0	419	401	(4,2)	932,7	893,3	(4,2)
Maranhão	96,8	96,8	0,0	458	448	(2,0)	44,3	43,4	(2,0)
Piauí	246,5	246,5	0,0	256	267	4,4	63	65,8	4,4
Ceará	589,1	589,1	0,0	270	269	(0,6)	159,3	158,3	(0,6)
Rio Grande do Norte	59,2	59,2	0,0	390	410	5,2	23,1	24,3	5,2
Paraíba	205,5	205,5	0,0	390	390	0,0	80,1	80,1	0,0
Pernambuco	343,2	343,2	0,0	465	420	(9,5)	159,5	144,3	(9,5)
Alagoas	86,3	86,3	0,0	462	445	(3,8)	39,9	38,4	(3,8)
Sergipe	35,8	35,8	0,0	559	615	10,0	20	22,0	10,0
Bahia	565,7	565,7	0,0	607	560	(7,8)	343,5	316,7	(7,8)
<b>Centro-Oeste</b>	271,5	265,7	(2,1)	1.662	1.653	(0,5)	451,1	439,3	(2,6)
<b>Sudeste</b>	624,9	638,4	2,2	1.482	1.458	(1,6)	926,4	931,1	0,5
<b>Sul</b>	876,5	836,7	(4,5)	1.172	1.410	20,3	1.027,1	1.179,7	14,9
<b>Norte/Nordeste</b>	2.395,3	2.395,3	0,0	448	428	(4,6)	1.073,8	1.024,7	(4,6)
<b>Centro-Sul</b>	1.772,9	1.741,7	(1,8)	1.356	1.464	8,0	2.404,6	2.550,1	6,1
<b>Brasil</b>	4.168,2	4.136,0	(0,8)	835	864	3,6	3.478,4	3.574,8	2,8

Fonte: CONAB, 2009a.

\*\*Valores de estimativa sujeitos a variações de 5% para mais ou para menos.

tou a maior desvalorização no mesmo período, de 51,3%, com a saca de 60 kg cotada a R\$ 84,00 em São Paulo<sup>12</sup>. Em Barreiras e Irecê, observa-se uma certa estabilidade dos preços da saca de 60 kg entre agosto e setembro (ligeira alta de 1,5% em Irecê (Gráfico 15).

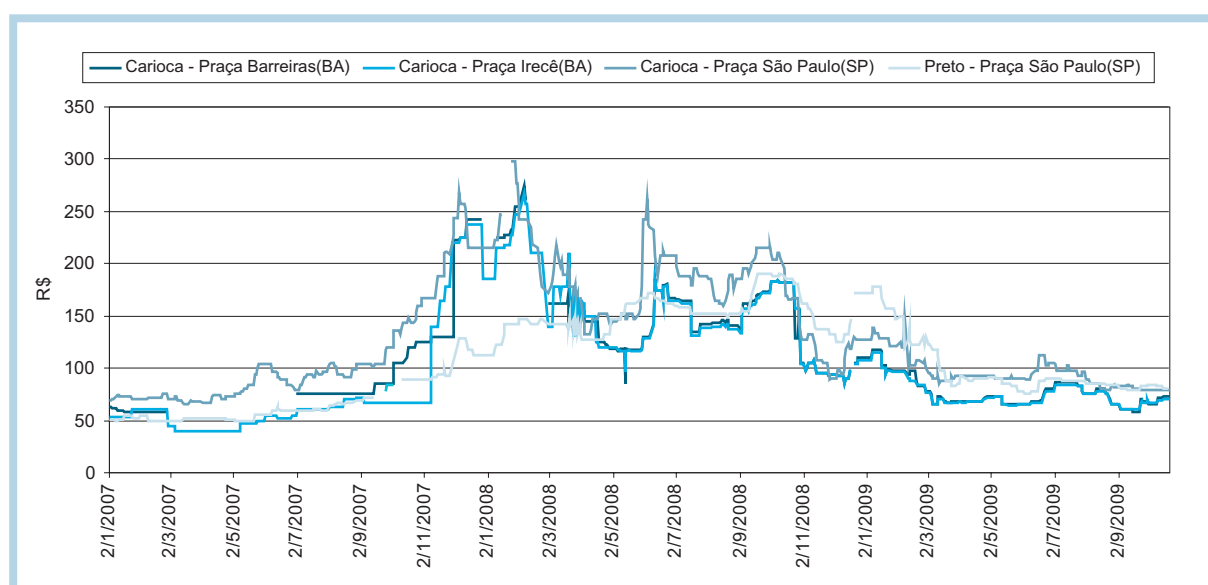
## Milho

Para a safra 2009/2010, estima-se que a área plantada com milho no país sofra redução de 4,6%, caindo para 13,5 milhões de hectares. Essa diminuição está relacionada com o volume de oferta do produto e a prática de preços abaixo do esperado pelos produtores. A previsão, no entanto, é de que as condições climáticas da segunda safra sejam favoráveis ao bom desempenho da lavoura, com acréscimo de 5,9% na produtividade média, alcançando 3.818 kg/ha. Portanto, apesar da redução de área, estima-se que a produção alcançará o volume de 51,5 milhões de toneladas, ou 1,1% superior ao da safra 2008/2009.

O Nordeste deverá produzir 4,5 milhões de toneladas de milho na safra 2009/2010, com redução de 2,5% em relação à safra anterior, devido à menor produtividade registrada para essa safra, de 1.496 kg/ha. O destaque nessa safra é o Ceará, que deverá expandir sua produção em 13,3%, resultado da recuperação da produtividade da sua lavoura, que fora bastante prejudicada na safra anterior. O Nordeste responderá por 8,8% da produção nacional e por 22,4% da área total cultivada em 2009/2010 (Tabela 16).

Fatores como a restrição de alguns vendedores na perspectiva de melhores preços, a volta das intervenções governamentais, o maior interesse de algumas unidades industriais das cadeias de aves e suínos e a lenta retomada das exportações contribuíram para frear a redução nos preços internos do milho. A saca de 60 kg chegou a valorizar, 4,3% em São Paulo (preço CIF), 6,3% em Cascavel (PR) e 3,1% em Barreiras (BA), onde

12 Valores referentes a 30/09/2009.



**Gráfico 15 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2007 a Setembro/2009**

**Fonte:** CMA (2009). Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

foi cotada a R\$ 19,50, R\$ 17,00 e R\$ 16,50, respectivamente<sup>13</sup>. Em Fortaleza, manteve-se estável cotada a R\$ 26,50. No entanto, esses preços continuam bem abaixo dos observados em safras

anteriores. No acumulado do ano (jan.-set./2009), o preço do milho sofreu perdas de 8,3% em Barreiras (BA), 5,4% em Fortaleza, 11,9% em Cascavel (PR) e 13,3% em São Paulo (Gráfico 16).

**Tabela 16 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%
<b>Norte</b>	511,1	511,1	0,0	2.399	2.324	(3,1)	1226,2	1.187,8	(3,1)
<b>Nordeste</b>	3.017,8	3.017,8	0,0	1.535	1.496	(2,5)	4.633,3	4.515,3	(2,5)
Maranhão	373,4	373,4	0,0	1.350	1.319	(2,3)	504,1	492,5	(2,3)
Piauí	329,6	329,6	0,0	1.503	1.307	(13,0)	495,4	430,8	(13,0)
Ceará	689,3	689,3	0,0	936	1.060	13,3	645,2	730,7	13,3
Rio Grande do Norte	71,2	71,2	0,0	604	635	5,1	43	45,2	5,1
Paraíba	194,0	194,0	0,0	857	652	(23,9)	166,3	126,5	(23,9)
Pernambuco	309,7	309,7	0,0	685	623	(9,1)	212,1	192,9	(9,1)
Alagoas	71,3	71,3	0,0	654	630	(3,6)	46,6	44,9	(3,6)
Sergipe	185,8	185,8	0,0	2.774	2.770	(0,1)	515,4	514,7	(0,1)
Bahia	793,5	793,5	0,0	2.527	2.441	(3,4)	2.005,2	1.937,1	(3,4)
<b>Centro-Oeste</b>	3.528,1	3.419,9	(3,1)	4.411	4.373	(0,9)	15.564,1	14.955,2	(3,9)
<b>Sudeste</b>	2.246,9	2.116,8	(5,8)	4.826	4.836	0,2	10.842,5	10.236,2	(5,6)
<b>Sul</b>	4.838,6	4.431,2	(8,4)	3.866	4.657	20,5	18.704,4	20.636,6	10,3
<b>Norte/Nordeste</b>	3.528,9	3.528,9	0,0	1.660	1.616	(2,7)	5.859,5	5.703,1	(2,7)
<b>Centro-Sul</b>	10.613,6	9.967,8	(6,1)	4.250	4.598	8,2	45.111,0	45.827,9	1,6
<b>Brasil</b>	14.142,5	13.496,7	(4,6)	3.604	3.818	5,9	50.970,5	51.529,5	1,1

**Fonte:** CONAB, 2009a.

\*\*Valores de estimativa sujeitos a variações de 5% para mais ou para menos.

<sup>13</sup> Valores referentes a 30/09/2009.

Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos com vencimento em dezembro de 2009 obtiveram alta de 4,3% no mês, sendo o milho cotado a US\$ 3,44/*bushel*<sup>14</sup>. No entanto, ainda não foi possível recuperar as perdas acumuladas desde o segundo semestre de 2008, quando se deu o auge da crise norte-americana. Em um ano, as perdas chegaram a 36,4%. Os contratos com vencimentos para maio, julho e setembro de 2010 seguiram o mesmo comportamento, com altas de 4,1%, 4% e 3,9%, sendo o *bushel* cotado a US\$ 3,66, US\$ 3,74 e US\$ 3,82, respectivamente<sup>15</sup>. A alta observada nos preços dos contratos futuros na CBOT em setembro é reflexo da previsão de condições climáticas adversas nas principais áreas produtoras de milho nos Estados Unidos.

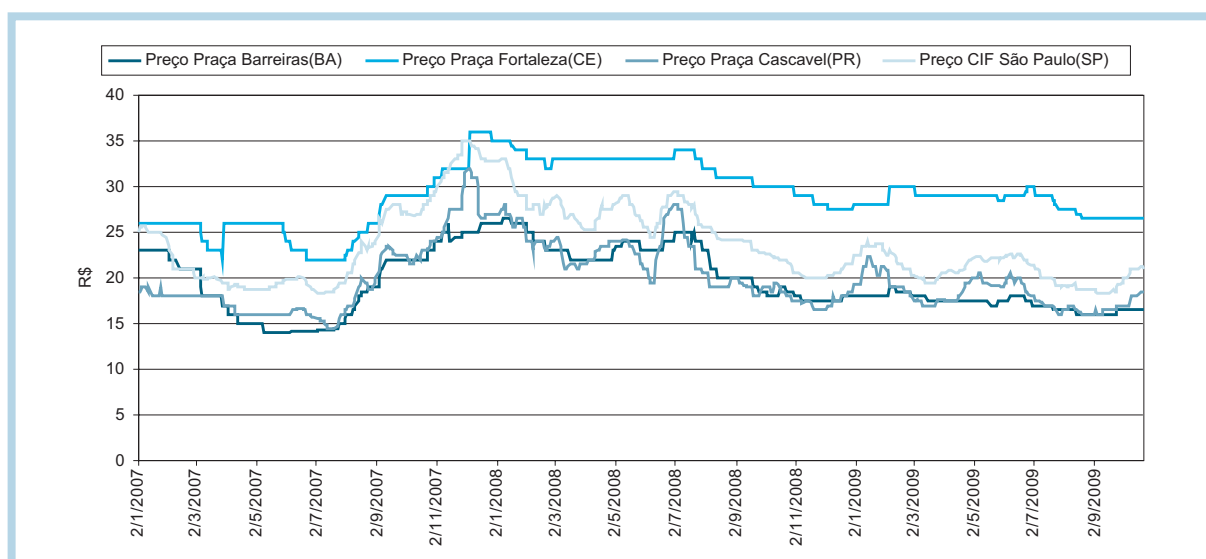
## Soja

Apesar de a cotação da soja não ser atraente, a área de plantio da oleaginosa deverá expandir-se na safra 2009/2010, isso porque outras opções de lavoura, como o milho e o algodão, apresentaram indicadores ainda menos favoráveis. Com efeito, enquanto o milho vem enfrentando pro-

blemas como baixa liquidez, preço deprimido e grandes estoques em poder dos produtores, contra o algodão pesam fatores conjunturais como a baixa cotação e o elevado custo de produção.

Na safra 2009/2010 o país deverá produzir 62,8 milhões de toneladas de soja, assinalando incremento de 9,9% em relação à safra anterior. Medindo 22,5 milhões de hectares, a área a ser cultivada será 3,4% maior que aquela destinada à safra anterior. Devido principalmente à previsão de melhores condições climáticas na safra 2009/2010, estima-se para o plantio da soja uma produtividade correspondente a 2.794 kg/ha, significando 6,3% a mais, em relação à da safra anterior (Tabela 17).

A produção de soja no Nordeste deverá ter crescimento relativo igual ao do país, 10,2% em relação à safra 2008/2009. A estimativa de produção nordestina é de 4,6 milhões de toneladas, como resultante de uma produtividade média de 2.852 kg/ha, superior à média nacional e, na comparação com as demais regiões, inferior apenas à do Centro-Oeste. Os três únicos estados nordestinos produtores de soja (Bahia, Maranhão



**Gráfico 16 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo – Janeiro/2007 a Setembro/2009**

Fonte: CMA (2009). Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

14 1 bushel = 25,4kg.

15 Valores referentes a 30/09/2009.

**Tabela 17 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010	Var%	Safra 2008/2009	Safra 2009/2010**	Var%
Norte	497,6	497,6	0,0	2.841,6	2.846,1	0,2	1.414,0	1.416,2	0,2
Nordeste	1.608,0	1.608,0	0,0	2.588,2	2.851,5	10,2	4.161,9	4.585,2	10,2
Maranhão	387,4	387,4	0,0	2.517,0	2.908,1	15,5	975,1	1.126,6	15,5
Piauí	273,1	273,1	0,0	2.815,1	2.949,8	4,8	768,8	805,6	4,8
Bahia	947,5	947,5	0,0	2.552,0	2.800,0	9,7	2.418,0	2.653,0	9,7
Centro-Oeste	9.900,1	10.149,3	2,5	2.942,9	2.966,2	0,8	29.134,9	30.104,5	3,3
Sudeste	1.445,7	1.530,6	5,9	2.753,1	2.844,2	3,3	3.980,2	4.353,4	9,4
Sul	8.277,0	8.680,2	4,9	2.222,7	2.570,2	15,6	18.397,1	22.309,9	21,3
Norte/Nordeste	2.105,6	2.105,6	0,0	2.648,1	2.850,2	7,6	5.575,9	6.001,4	7,6
Centro-Sul	19.622,8	20.360,0	3,8	2.625,1	2.788,2	6,2	51.512,2	56.767,8	10,2
Brasil	21.728,4	22.465,6	3,4	2.627,3	2.793,9	6,3	57.088,1	62.767,2	9,9

Fonte: CONAB, 2009a.

\*\*Valores de estimativa sujeitos a variações de 5% para mais ou para menos.

e Piauí) apresentam prognósticos positivos devido, principalmente, à recuperação da produtividade beneficiada pela melhoria das condições climáticas em relação à safra anterior.

Os preços internos da soja sofreram declínio em setembro de 2009, devido à valorização do real frente ao dólar, ao aumento da produção norte-americana e à queda na Bolsa de Chicago (CBOT). O índice Cepea/Esalq declinou 7,5% no mês, com a saca de 60 kg comercializada a R\$ 44,62. Nas praças do Nordeste, a saca recuou 4,9% para R\$ 39,00, em Balsas (MA) e se manteve estável em Barreiras (BA), cotada a R\$ 48,00<sup>16</sup>. Em um ano, no entanto, o preço da soja acumulou ganhos apenas na praça de Barreiras, de 5%. Nas outras praças, houve declínio de 1,2% pelo índice Cepea/Esalq, 2,5% em Sorriso (MT) e 4,9% em Barreiras (Gráfico 17).

No mercado internacional, os preços dos contratos futuros da soja na CBOT, continuaram declinantes em setembro de 2009, com recuo de 5,4%, para os papéis com vencimento em novembro de 2009, 4,7% para vencimento em julho de 2010 e 2,4% para vencimento em novembro de 2010,

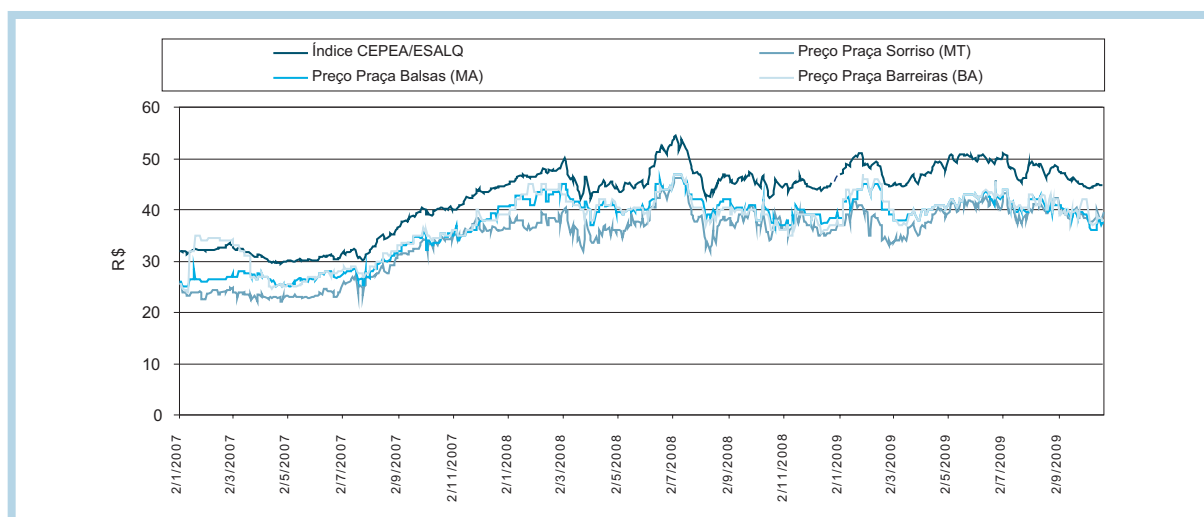
sendo cotados a US\$ 9,27, US\$ 9,29 e a US\$ 9,04 o *bushel*<sup>17</sup>, respectivamente. Este comportamento baseia-se nas informações sobre a expectativa de boa safra de soja norte-americana, o que tem precionado os preços para baixo.

## Café

Conforme o terceiro levantamento da Conab para o café, a safra de 2009 encontra-se quase integralmente colhida, restando apenas 6%. A área de plantio deverá sofrer redução de 3,1% em relação à safra anterior, totalizando 2,1 milhões de hectares. A produção para 2009 foi estimada em 39 milhões de sacas beneficiadas, queda de 15,2% em relação à safra 2008. Além da redução da área plantada, outros fatores contribuíram para o retrocesso na produção, destacando-se: bienalidade negativa na maioria das áreas de café arábica; regime de chuvas bastante irregular, temperaturas elevadas e a intensificação de práticas de cultivo com podas (esqueletamento e recepas). Apesar dessa redução, o volume colhido supera em 15,6% o da safra 2007 (33.740 mil sacas), também marcada pela bienalidade negativa (Tabela 18).

<sup>16</sup> Valores referentes a 30/09/2009.

<sup>17</sup> 1 bushel de soja = 27,22kg.



**Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ – Janeiro/2007 a Setembro/2009**

**Fonte:** CMA (2009). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Da produção total de café, estima-se uma colheita de 28,4 milhões de sacas do tipo arábica e 10,6 milhões do robusta (conillon). Principal produtor regional, a Bahia deverá contribuir com 1.834 mil sacas de café beneficiado, compreendendo os tipos arábica (1.313 mil sacas) e robusta.

Os contratos futuros de café arábica na Bolsa de Nova York (ICE Futures) tiveram significativa volatilidade em 2009. Para setembro, os contratos alcançaram alta em um mês de 4,5%, 4,4% e 4,3% para papéis com vencimento em dezembro de 2009, março de 2010 e julho de 2010, sendo cotados a 128 centavos de dólar por libra de peso (cents/libra), 131 cents/libra e 134 cents/libra, respectivamente<sup>18</sup>. No acumulado do ano (jan.-set./2009), esses contratos valorizaram 6,1%, 1,8% e 1,7%, respectivamente.

No mercado interno, a expectativa de melhores preços em outubro e novembro tem levado a poucas negociações. O índice Cepea/Esalq para o café arábica valorizou 0,2% em um mês, sendo a saca de 60 kg cotada a R\$ 252,89. No acumulado do ano, a valorização chegou apenas a 1,8%.

Diferente comportamento é observado no índice Cepea/Esalq para o café conillon, que desvalorizou 0,8% no mês e 15,5% no acumulado do ano, sendo a saca de 60 kg cotada a R\$ 186,89. Em Vitória da Conquista (BA), os preços em setembro chegaram a R\$ 190,00 para o café Bica Rio T.6/7 (estável no mês e alta de 8,6% sobre janeiro de 2009), R\$ 225,00 para o café Bica Dura T.6/7 (baixa de 2,2% no mês e estável em relação a janeiro) e R\$ 260,00 para o café despulpado (estável no mês e alta de 10,6% sobre janeiro de 2009)<sup>19</sup> (Gráfico 18).

### **Cana-de-açúcar**

A safra 2009 de cana-de-açúcar caracterizou-se pelo excesso de chuvas no período a partir de julho, afetando o andamento da moagem e reduzindo o teor médio de ATR (Açúcar Total Recuperável). Essas ocorrências inviabilizaram a mensuração do volume de cana a ser processada até o final da safra. Assim, no segundo levantamento para a safra 2009 de cana-de-açúcar, a Conab tem uma postura cautelosa na aferição dos dados. Para a Conab (2009c), a produção de cana-de-açúcar atingirá 629 milhões de toneladas, 10% superior à

<sup>18</sup> Valores referentes a 30/09/2009.

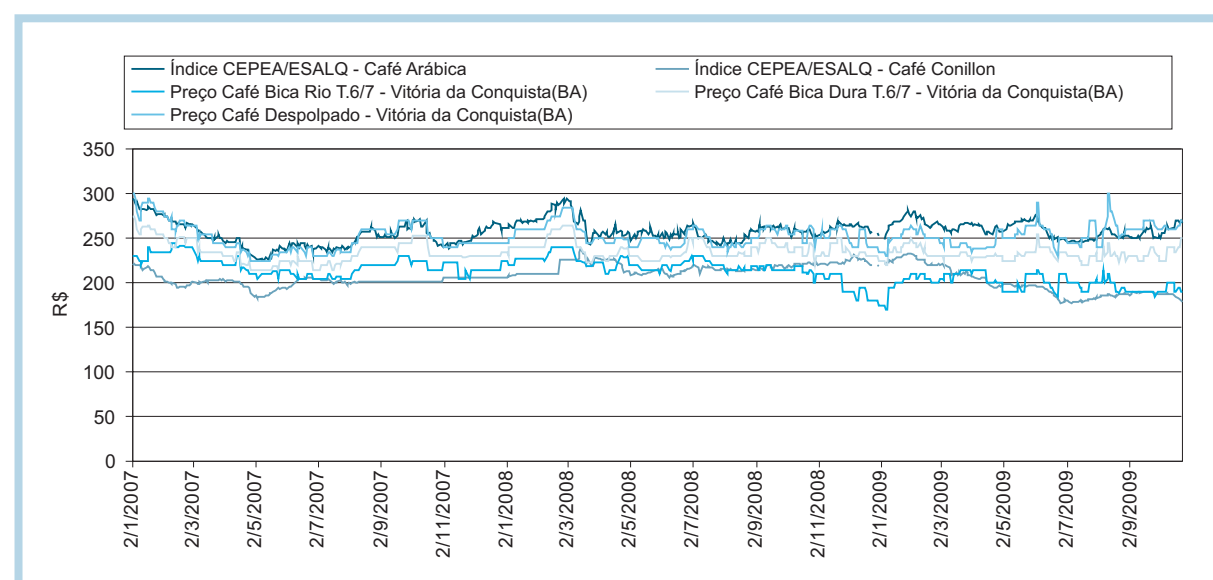
<sup>19</sup> Valores referentes a 30/09/2009.

**Tabela 18 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2008 e 2009(\*)**

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2008			Safr 2009			Var. %
	Safr 2008	Safr 2009	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
<b>Minas Gerais</b>	<b>1.048.172,0</b>	<b>1.000.934,0</b>	<b>(4,5)</b>	<b>23.545,0</b>	<b>36,0</b>	<b>23.581,0</b>	<b>19.336,0</b>	<b>279,0</b>	<b>19.615,0</b>	<b>(16,8)</b>
Sul e Centro-Oeste	551.471,0	505.497,0	(8,3)	12.118,0	-	12.118,0	9.526,0	-	9.526,0	(21,4)
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	158.753,0	159.042,0	0,2	4.534,0	-	4.534,0	3.795,0	-	3.795,0	(16,3)
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	337.948,0	336.395,0	(0,5)	6.893,0	36,0	6.929,0	6.015,0	279,0	6.294,0	(9,2)
<b>Espírito Santo</b>	<b>489.592,0</b>	<b>486.230,0</b>	<b>(0,7)</b>	<b>2.867,0</b>	<b>7.363,0</b>	<b>10.230,0</b>	<b>2.542,0</b>	<b>7.572,0</b>	<b>10.114,0</b>	<b>(1,1)</b>
<b>São Paulo</b>	<b>188.495,0</b>	<b>182.020,0</b>	<b>(3,4)</b>	<b>4.420,0</b>	<b>-</b>	<b>4.420,0</b>	<b>3.278,0</b>	<b>-</b>	<b>3.278,0</b>	<b>(25,8)</b>
<b>Paraná</b>	<b>96.920,0</b>	<b>85.570,0</b>	<b>(11,7)</b>	<b>2.608,0</b>	<b>-</b>	<b>2.608,0</b>	<b>1.470,0</b>	<b>-</b>	<b>1.470,0</b>	<b>(43,6)</b>
<b>Bahia</b>	<b>125.033,0</b>	<b>126.170,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1.566,0</b>	<b>576,0</b>	<b>2.142,0</b>	<b>1.313,0</b>	<b>521,0</b>	<b>1.834,0</b>	<b>(14,4)</b>
Oeste	13.479,0	12.088,0	(10,3)	495,0	-	495,0	494,0	-	494,0	(0,2)
Planalto	89.861,0	91.373,0	1,7	1.071,0	-	1.071,0	819,0	-	819,0	(23,5)
Atlântico	21.693,0	22.709,0	4,7	-	576,0	576,0	-	521,0	521,0	(9,5)
<b>Rondônia</b>	<b>155.007,0</b>	<b>155.952,0</b>	<b>0,6</b>	<b>-</b>	<b>1.876,0</b>	<b>1.876,0</b>	<b>-</b>	<b>1.591,0</b>	<b>1.591,0</b>	<b>(15,2)</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>15.007,0</b>	<b>15.171,0</b>	<b>1,1</b>	<b>12,0</b>	<b>126,0</b>	<b>138,0</b>	<b>11,0</b>	<b>130,0</b>	<b>141,0</b>	<b>2,2</b>
<b>Pará</b>	<b>12.917,0</b>	<b>12.474,0</b>	<b>(3,4)</b>	<b>-</b>	<b>233,0</b>	<b>233,0</b>	<b>-</b>	<b>213,0</b>	<b>213,0</b>	<b>(8,6)</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>13.562,0</b>	<b>13.923,0</b>	<b>2,7</b>	<b>253,0</b>	<b>13,0</b>	<b>266,0</b>	<b>252,0</b>	<b>13,0</b>	<b>265,0</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Outros</b>	<b>24.125,0</b>	<b>23.662,0</b>	<b>(1,9)</b>	<b>213,0</b>	<b>286,0</b>	<b>499,0</b>	<b>197,0</b>	<b>284,0</b>	<b>481,0</b>	<b>(3,6)</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2.169.795,0</b>	<b>2.102.106,0</b>	<b>(3,1)</b>	<b>35.484,0</b>	<b>10.509,0</b>	<b>45.993,0</b>	<b>28.400,0</b>	<b>10.603,0</b>	<b>39.003,0</b>	<b>(15,2)</b>

Fonte: CONAB, 2009a. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(\*) Os dados para a safra 2009 são previsões.



**Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon – Janeiro/2007 a Setembro/2009**

Fonte: CMA, 2009 e CEPEA/ESALQ, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

**Tabela 19 – Cana-de-açúcar. Estimativa de Produção e Destinação. Safra 2009**

Em Mil Toneladas

Região/UF	Indústria Sucroalcooleira		
	Total	Açúcar	Álcool
<b>Norte</b>	<b>1.555,2</b>	<b>478,9</b>	<b>1.076,3</b>
<b>Nordeste</b>	<b>61.940,4</b>	<b>34.715,1</b>	<b>27.189,3</b>
Maranhão	2.267,2	174,1	2.093,1
Piauí	985,5	591,3	394,2
Ceará	119,5	-	119,5
Rio Grande do Norte	3.535,8	1.996,0	1.539,8
Paraíba	6.269,8	1.809,5	4.460,3
Pernambuco	17.312,2	11.211,4	6.100,8
Alagoas	26.155,2	17.288,6	8.866,6
Sergipe	2.364,1	992,9	1.371,2
Bahia	2.895,1	651,4	2.243,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>88.442,5</b>	<b>25.062,6</b>	<b>63.379,9</b>
<b>Sudeste</b>	<b>423.353,5</b>	<b>194.424,2</b>	<b>228.929,3</b>
<b>Sul</b>	<b>53.768,5</b>	<b>25.781,3</b>	<b>27.987,2</b>
<b>Norte/Nordeste</b>	<b>63.459,6</b>	<b>35.194,0</b>	<b>28.987,2</b>
<b>Centro-Sul</b>	<b>565.564,5</b>	<b>245.268,1</b>	<b>320.296,4</b>
<b>Brasil</b>	<b>629.024,1</b>	<b>280.462,1</b>	<b>348.562,0</b>

Fonte: CONAB, 2009c.

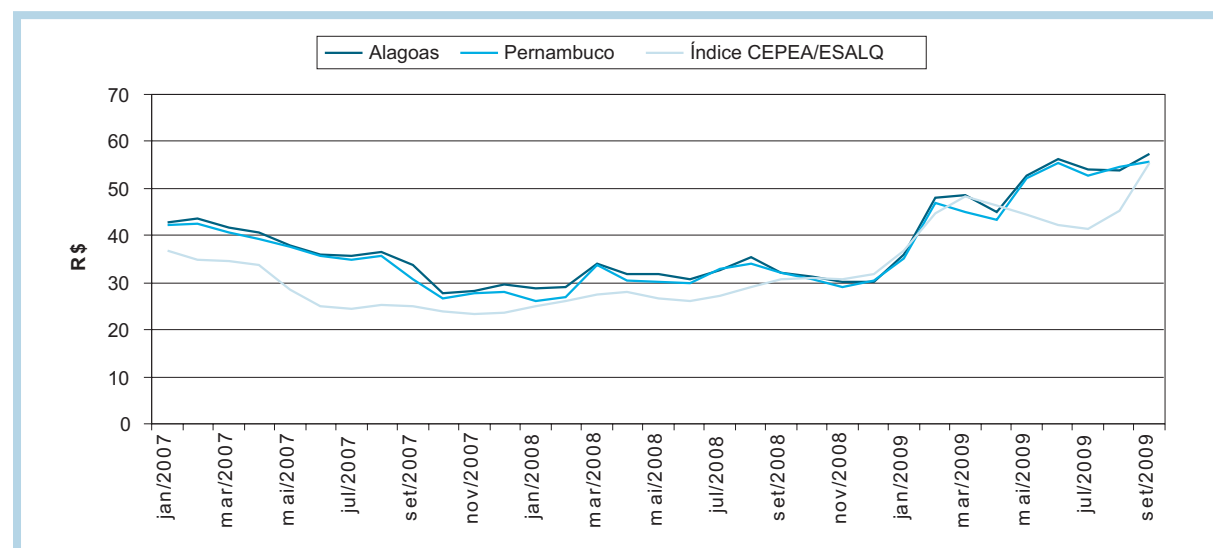
da safra 2008, utilizando 7,7 milhões de hectares, área 9,5% maior que a safra anterior.

Com produção de 61,9 milhões de toneladas, cultivando 1 milhão de hectares, o Nordeste responderá por 9,8% da produção nacional e 13,5% de toda a área plantada no país.

O setor sucroalcooleiro destinará 348,6 milhões de toneladas da cana-de-açúcar (55,4%)

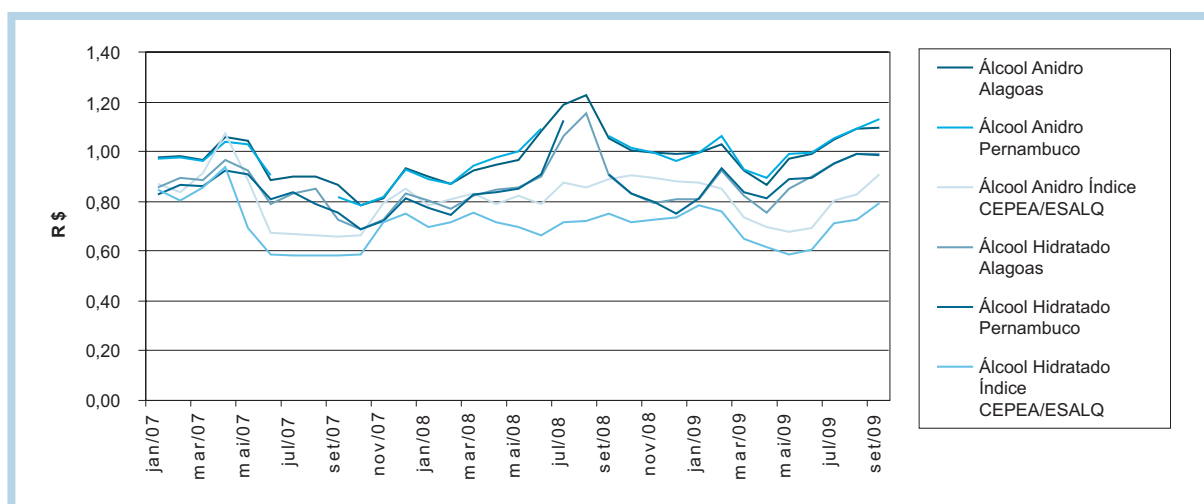
à produção de álcool, sendo os restantes 280,5 milhões de toneladas (44,6%) empregados na produção de açúcar (Tabela 19).

Os preços do açúcar cristal continuam em ascensão, devido à reduzida oferta do produto no mercado mundial, por conta de sucessivas quebras de safras na Índia e diminuição da produção em outros países importantes, como Estados Unidos e México.



**Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2007 a Setembro/2009**

Fonte: CEPEA/ESALQ (2009a). Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.



**Gráfico 20 – Evolução dos Preços do Litro do Alcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2007 a Setembro/2009**

**Fonte:** CEPEA/ESALQ, 2009b. **Elaboração:** Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

A saca de 50 kg fechou setembro/2009 a R\$ 57,45 em Alagoas, R\$ 55,82 em Pernambuco e R\$ 55,50 pelo índice Cepea/Esalq, significando altas de 6,5%, 2,2% e 22,2% em um mês e de 79%, 73,5% e 80,1% em um ano, respectivamente (Gráfico 19).

Relativamente à safra anterior, na atual houve direcionamento menor de cana-de-açúcar para a produção de álcool. Por conta disso, verifica-se o aumento nos preços desse produto. Com efei-

to, em setembro de 2009 o álcool anidro valorizou-se 0,3% em Alagoas, 3,4% em Pernambuco e 9,8% no índice Cepea/Esalq, sendo o litro cotado a R\$ 1,09, R\$ 1,13 e R\$ 0,91, respectivamente. Para o álcool hidratado, somente o índice Cepea/Esalq apresentou alta em um mês, correspondente a 9,1% (R\$ 0,79/litro). Nas outras duas praças registrou-se desvalorização, sendo de 0,3% em Alagoas e 0,4% em Pernambuco, nas quais o litro foi cotado a R\$ 0,99 (Gráfico 20).

### 3.5.3 - Pecuária

A recente divulgação, pelo IBGE, dos dados definitivos do Censo Agropecuário 2006, constitui uma oportunidade para se analisar o posicionamento da região Nordeste nos rebanhos bovinos especializados (de corte e de leite) do país.

O rebanho de corte do Brasil cresceu lentamente (0,8% a.a.) no período de 1985 a 2006, com acréscimo de 17,3 milhões de cabeças. Esse comportamento, no entanto, não foi uniforme entre as regiões, uma vez que a atividade se deslocou para a fronteira agrícola (regiões Centro-Oeste e Norte), acarretando redução nas demais áreas (Tabela 20).

O rebanho de corte do Nordeste foi a que mais caiu entre 1985 e 2006: quase cinco milhões de cabeças ou 29,7%. Com isso, a participação da região no contexto nacional reduziu-se de 16,4% para 9,7%.

No período analisado, o Maranhão foi o único estado nordestino a ampliar o rebanho de corte, com acréscimo de 791 mil cabeças, conferindo-lhe uma taxa de crescimento média anual superior à do país. Dos oito demais estados, a Bahia teve a maior redução quantitativa, cerca de 2 milhões de cabeças (-30%), seguida pelo Ceará,

**Tabela 20 – Brasil. Participação das Regiões e dos Estados do Nordeste na Criação de Rebanho de Corte – 1985/1995/2006**

Mil Cabeças

Regiões	1985		1995		2006		Variação Abs.			Variação (%)			Taxa Cresc. Anual
	Corte	Part (%)	Corte	Part (%)	Corte	Part (%)	1997/ 85	2006/ 97	2006/ 85	1995/ 85	2006/ 95	2006/ 85	
Brasil	94.690	100,0	114.002	100,0	112.031	100,0	19.312	-1.970	17.342	20,4	-1,7	18,3	0,80
Norte	8.136	8,6	14.686	12,9	22.374	20,0	6.550	7.688	14.238	80,5	52,3	175,0	4,94
Nordeste	15.504	16,4	14.725	12,9	10.904	9,7	-779	-3.821	-4.600	-5,0	-25,9	-29,7	-1,66
Sudeste	20.474	21,6	20.115	17,6	17.328	15,5	-360	-2.787	-3.146	-1,8	-13,9	-15,4	-0,79
Sul	18.844	19,9	19.494	17,1	13.343	11,9	650	-6.152	-5.502	3,4	-31,6	-29,2	-1,63
Centro-Oeste	31.731	33,5	44.982	39,5	48.083	42,9	13.251	3.101	16.352	41,8	6,9	51,5	2,00
<b>Estados</b>													
Maranhão	2.845	3,0	3.220	2,8	3.636	3,2	375	416	791	13,2	12,9	27,8	1,17
Piauí	1.246	1,3	1.233	1,1	527	0,5	-13	-706	-719	-1,0	-57,2	-57,7	-4,01
Ceará	1.135	1,2	909	0,8	322	0,3	-226	-587	-813	-19,9	-64,6	-71,6	-5,82
Rio Grande do Norte	445	0,5	415	0,4	211	0,2	-30	-204	-234	-6,7	-49,1	-52,5	-3,48
Paraíba	735	0,8	630	0,6	288	0,3	-105	-342	-447	-14,3	-54,3	-60,8	-4,36
Pernambuco	1.001	1,1	874	0,8	358	0,3	-127	-515	-643	-12,7	-59,0	-64,2	-4,78
Alagoas	484	0,5	565	0,5	336	0,3	81	-230	-148	16,8	-40,6	-30,7	-1,73
Sergipe	620	0,7	572	0,5	329	0,3	-48	-243	-291	-7,7	-42,4	-46,9	-2,97
Bahia	6.992	7,4	6.306	5,5	4.895	4,4	-686	-1.411	-2.097	-9,8	-22,4	-30,0	-1,68

**Fontes:** IBGE, 2009a; IBGE, 2009b.

com 813 mil cabeças (-72%). Esses movimentos ocasionaram o aumento da concentração do rebanho de corte do Nordeste. Com efeito, a Bahia e o Maranhão, que em 1985 já detinham 63,5% do rebanho de corte da região, expandiram sua participação para 78,2%.

De 1985 para 2006, o rebanho leiteiro nacional reduziu-se em 3,4 milhões de cabeças, correspondentes a 13,1%. Isso resultou do comportamento descendente ocorrido nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, parcialmente compensado pela incorporação de 5,6 milhões de cabeças nos rebanhos leiteiros das regiões Norte e Centro-Oeste (Tabela 21).

Das três regiões que sofreram diminuição do rebanho leiteiro entre 1985 e 2006, o Nordeste teve o menor impacto, com 1,8 milhão de cabeças, correspondentes a 34,9%. Apesar disso, a participação nordestina no rebanho leiteiro caiu de 16,4% em 1985 para 9,7% em 2006. Exceto pelo Maranhão, nos demais estados nordestinos o rebanho leiteiro declinou em proporção consideravelmente

superior à média do país no mesmo intervalo. O rebanho leiteiro maranhense aumentou em 197 mil cabeças no período.

Essas reduções nos rebanhos especializados ocorridas no Nordeste entre 1995 e 2006 repetem – com atraso – um ajuste observado no Brasil no período anterior (1985/1995)<sup>20</sup> e também na pecuária bovina de outros países, significando uma troca de quantidade por qualidade.

Por outro lado, há que se reconhecer a ocorrência de dois outros fatos (no período 1985/2006) que certamente contribuíram para aumentar a concorrência nos mercados de carne e leite do Nordeste, provocando a saída de produtores ineficientes. O primeiro deles foi o declínio da produção de algodão, com a desestruturação do sistema de produção algodão-pecuária-lavouras; o segundo fato foi a evolução da cadeia de frios, associada com a consolidação do leite longa-vida, o que viabilizou mais importação de leite e carne de outras regiões<sup>21</sup>.

20 Esse ajuste deve ter-se dado no quinquênio 1991/1995; a não-realização do censo agropecuário em 1990, no entanto, impede a confirmação dessa hipótese.

21 O Banco do Nordeste do Brasil tem se preocupado com essas questões e procurado investigá-las. O estudo Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste (2ª edição) discute as mudanças na produção do leite e seus derivados. Encontra-se em andamento uma pesquisa sobre o mercado regional da carne bovina.

**Tabela 21 – Brasil – Participação das Regiões e dos Estados do Nordeste na Criação de Rebanho de Leite – 1985/1995/2006**

Mil cabeças

Regiões	1985		1995		2006		Variação Abs.			Variação %			Taxa Cresc. Anual
	Leite	Part %	Leite	Part %	Leite	Part %	1997/85	2006/97	2006/85	1995/85	2006/95	2006/85	
Brasil	25.973	100,0	32.884	100,0	22.570	100,0	6.911	-10.314	-3.403	26,6	-31,4	-13,1	-0,67
Norte	570	8,6	2.040	6,2	4.209	20,0	1.470	2.168	3.639	258,0	106,3	638,5	9,99
Nordeste	5.128	16,4	6.453	19,6	3.341	9,7	1.325	-3.112	-1.787	25,8	-48,2	-34,9	-2,02
Sudeste	12.502	21,6	13.990	42,5	8.707	15,5	1.487	-5.283	-3.796	11,9	-37,8	-30,4	-1,71
Sul	4.682	19,9	5.705	17,3	1.286	11,9	1.022	-4.419	-3.396	21,8	-77,5	-72,5	-5,97
Centro-Oeste	3.090	33,5	4.697	14,3	5.028	42,9	1.606	332	1.938	52,0	7,1	62,7	2,35
<b>Estados</b>													
Maranhão	263	3,0	497	2,8	460	3,2	235	-38	197	89,4	-7,6	75,1	2,70
Piauí	250	1,3	359	1,1	86	0,5	108	-272	-164	43,3	-75,9	-65,5	-4,94
Ceará	1.029	1,2	1.243	0,8	537	0,3	215	-706	-491	20,9	-56,8	-47,8	-3,05
Rio Grande do Norte	347	0,5	446	0,4	197	0,2	99	-249	-150	28,7	-55,9	-43,2	-2,66
Paraíba	489	0,8	545	0,6	211	0,3	56	-334	-278	11,5	-61,3	-56,9	-3,92
Pernambuco	637	1,1	852	0,8	286	0,3	215	-565	-351	33,7	-66,4	-55,0	-3,73
Alagoas	199	0,5	323	0,5	140	0,3	124	-184	-59	62,5	-56,8	-29,8	-1,67
Sergipe	179	0,7	298	0,5	116	0,3	119	-182	-63	66,5	-61,1	-35,3	-2,05
Bahia	1.735	7,4	1.889	5,5	1.307	4,4	154	-582	-428	8,9	-30,8	-24,7	-1,34

Fontes: IBGE, 2009a; IBGE, 2009b.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cheques devolvidos sem fundos por região geográfica - quantidade**, set. 2008 a jul. 2009. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pom/spb/Estatistica/Port/com-pe\\_chq\\_reg\\_sfundos.asp?id=spbest](http://www.bcb.gov.br/pom/spb/Estatistica/Port/com-pe_chq_reg_sfundos.asp?id=spbest)>. Acesso em: 20 out. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 29 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Políticas de crédito e operação de crédito do sistema financeiro**. Disponível em: <[www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)>. Acesso em: 15 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Operações de crédito pessoas físicas, jan. 2007 a jul. 2009. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSe->

[ries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries](#)>. Acesso em: 16 out. 2009c.

BNB-ETENE. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários –Sigman**. Fortaleza: BNB, 2009. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2009.

BRASIL perde para a Ásia liderança no mercado argentino de calçados. **Global 21**. Disponível em: <[www.global21.com.br](http://www.global21.com.br)>. Acesso em: 30 out. 2009e.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 16 out. 2009f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial bahiana**.

**Aliceweb.** Disponível em: <www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br> Acesso em: 26 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de Comércio Exterior.** Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Balança Comercial. Aliceweb.** Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. nov. 2009c

\_\_\_\_\_. **Balança Comercial. Aliceweb.** Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. 05 nov. 2009d.

**CAGED. Evolução do emprego do Caged.** Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Evolução do emprego por nível setorial,** jan., fev., abr., mai., jun., jul., ago., set., 2009. Disponível em: <http://estatistica.caged.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2009b.

**CALÇADISTAS comemoram aumento de empregos após medida antidumping. Global 21.** Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 31 out. 2009.

**CEPEA. PIB Agro CEPEA-USP/CNA.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: 28 out. 2009.

**CEPEA/ESALQ. Indicadores de Preços. Açúcar.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>. Acesso em 23 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Açúcar & Alcool.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/09\_setembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em 23 out. 2009g.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Preços. Alcool.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>. Acesso em 23 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Algodão.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromen-

sal/2009/09\_setembro/Algodao.htm>. Acesso em 23 out. 2009c.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Café.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/09\_setembro/Cafe.htm>. Acesso em 23 out. 2009f.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Milho.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/09\_setembro/Milho.htm>. Acesso em 23 out. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Soja.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/09\_setembro/Soja.htm>. Acesso em 23 out. 2009e.

**CMA. Trading Analysis Information.** São Paulo: CMA, 2009.

**CONAB. Intenção de plantio. primeiro levantamento de acompanhamento da safra de grãos,** out. 2009. Brasília: CONAB, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Segundo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar,** set. 2009. Brasília: CONAB, 2009g.

\_\_\_\_\_. **Terceira estimativa de acompanhamento da safra brasileira de café,** set. 2009. Brasília: CONAB, 2009f.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura semanal: algodão,** 05-09 out. 2009. Disponível em: <http://conab.gov.br>. Acesso 22 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura Semanal: cana-de-açúcar,** 13-16 out. 2009. Disponível em: <http://conab.gov.br>. Acesso 22 out. 2009h.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura Semanal: feijão,** 05-09 out. 2009. Disponível em: <http://conab.gov.br>. Acesso em 22 out. 2009c.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura Semanal: milho,** 05-09 out. 2009. Disponível em: <http://conab.gov.br>. Acesso em 22 out. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Conjuntura Semanal:** soja, 05-09 out. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso 22 out. 2009e.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2009.** Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). Acesso em: 14 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Cesta básica está mais barata que há um ano,** ago. 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racago09.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Nove capitais têm queda no preço da cesta,** set. 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racset09.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

FCDL. **Taxas de endividamento do consumidor de Salvador:** out. 2009.

FENABRAVE. **Vendas no varejo,** julho 2009. Disponível em: <[http://www.tela.com.br/dados\\_mercado/vendasvarejo/index.asp?codItem=11&ws=f%20target='\\_blank'](http://www.tela.com.br/dados_mercado/vendasvarejo/index.asp?codItem=11&ws=f%20target='_blank')>. Acesso em: 16 out. 2009.

FIEB. **Acompanhamento Conjuntural.** Disponível em: <[www.fieb.org.br](http://www.fieb.org.br)>. Acesso em: 31 out. 2009.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior,** ago. de 2009. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 15 out. 2009

IBGE. **Contas nacionais trimestrais,** abr./jun. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de comércio,** ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2009h.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego,** set. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego,** ago. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 04 nov. 2009f.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal:** produção física, ago. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 29 out. 2009c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal:** produção física Brasil, ago. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 4 nov. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional, ago. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 04 nov. 2009e.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional,** ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm>>. Acesso em: 21 out. 2009j.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Industrial mensal:** calçados e artigos de couro, ago. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 nov. 2009g.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** índice de preços. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2009i.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** Censo agropecuário de 1995-1996. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm)>. Acesso em: 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** Censo agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em: 16 out. 2009k.

\_\_\_\_\_. **SIDRA:** Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12>>.

=1&u13=26674&u14=1&u15=1>. Acesso em: 19 out. 2009l.

\_\_\_\_\_. **SIDRA: Produção agrícola municipal 2008.** Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 19 out. 2009m.

IEDI. Os efeitos da crise na produtividade da indústria. **Análise Iedi.** Disponível em: <[www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)>. Acesso em: 27 out. 2009.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza:** outubro 2009. Disponível em: <[http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamento/2009\\_10\\_endividamento\\_fortaleza.pdf](http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamento/2009_10_endividamento_fortaleza.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2009.

IPEA. **Impactos da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis.**

NOTA TÉCNICA n. 25. Diretoria de Estudos Macroeconômicos/Dimac. 2009. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas25.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

KUPFER, David. Crescer sem investir: até quando?. **Sistema de informações IEA/Funcex.** Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 15 out. 2009.

PÓLO Camaçari. **Revista Química e Derivados.** Disponível em: <[www.quimica.com.br](http://www.quimica.com.br)>. Acesso em: 2 nov. 2009.

SERASA: inadimplência crescerá e concessão de crédito deve diminuir. **Portal Varejista.** Disponível em: <[http://www.varejista.com.br/novo\\_site/desc\\_materia.asp?id=40350](http://www.varejista.com.br/novo_site/desc_materia.asp?id=40350)>. Acesso em: 21 out. 2009.



## 4 - Emprego e Rendimento

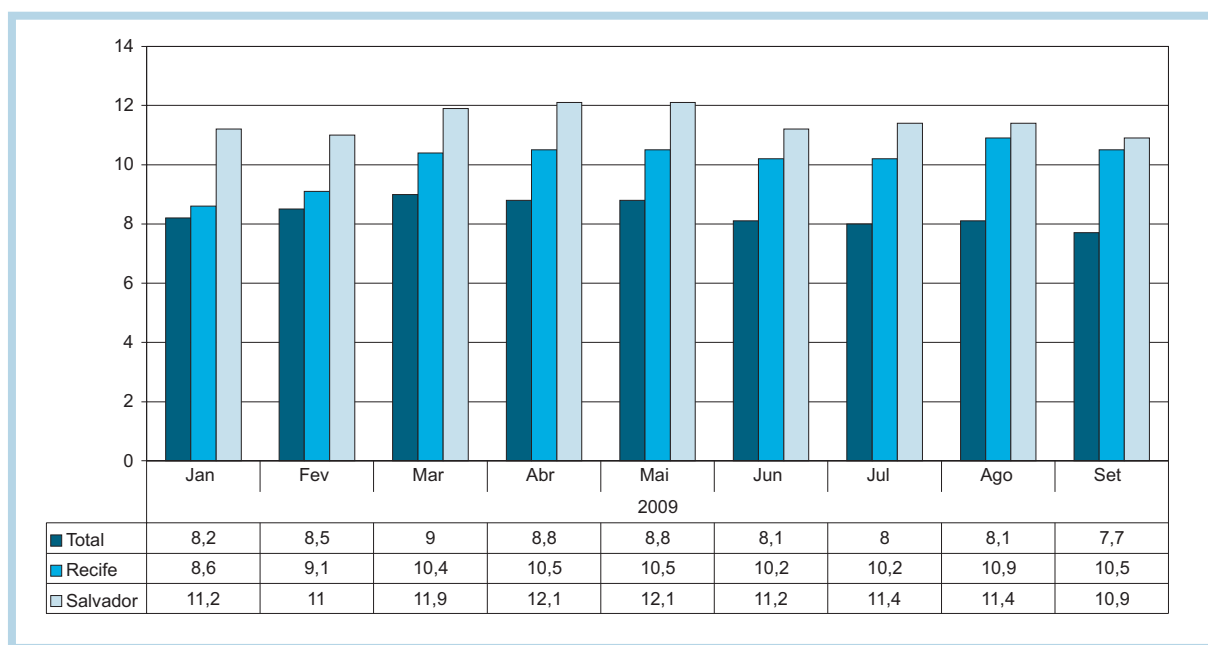
### 4.1 - Brasil

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o agregado das regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, revela diminuição da taxa de desemprego nos dois últimos trimestres, após apresentar trajetória ascendente no primeiro trimestre do ano. A taxa de desemprego de 7,7% em setembro foi a menor de 2009 (Gráfico 1).

Na comparação com o mês anterior, todas as regiões metropolitanas, exceto Porto Alegre, apresentaram queda na taxa de desocupação. As maiores retrações foram observadas em Belo

Horizonte e São Paulo. Nas duas regiões metropolitanas nordestinas, o recuo foi de apenas 0,4 ponto percentual no Recife e de meio ponto em Salvador. Nelas, as taxas de desemprego continuam sendo as maiores entre as regiões investigadas, bem acima da média nacional.

Considerando o pessoal ocupado, a PME estima um total de 21,5 milhões de pessoas exercendo algum trabalho em setembro de 2009 nas regiões pesquisadas. Em relação a agosto, houve a incorporação de 76 mil pessoas no mercado de trabalho.



**Gráfico 1 – Taxa de Desocupação do Agregado das Seis Regiões Metropolitanas Cobertas pela PME e das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador – Janeiro de 2009 a Setembro de 2009)**

Fontes: IBGE, 2009.

## 4.2 - Nordeste

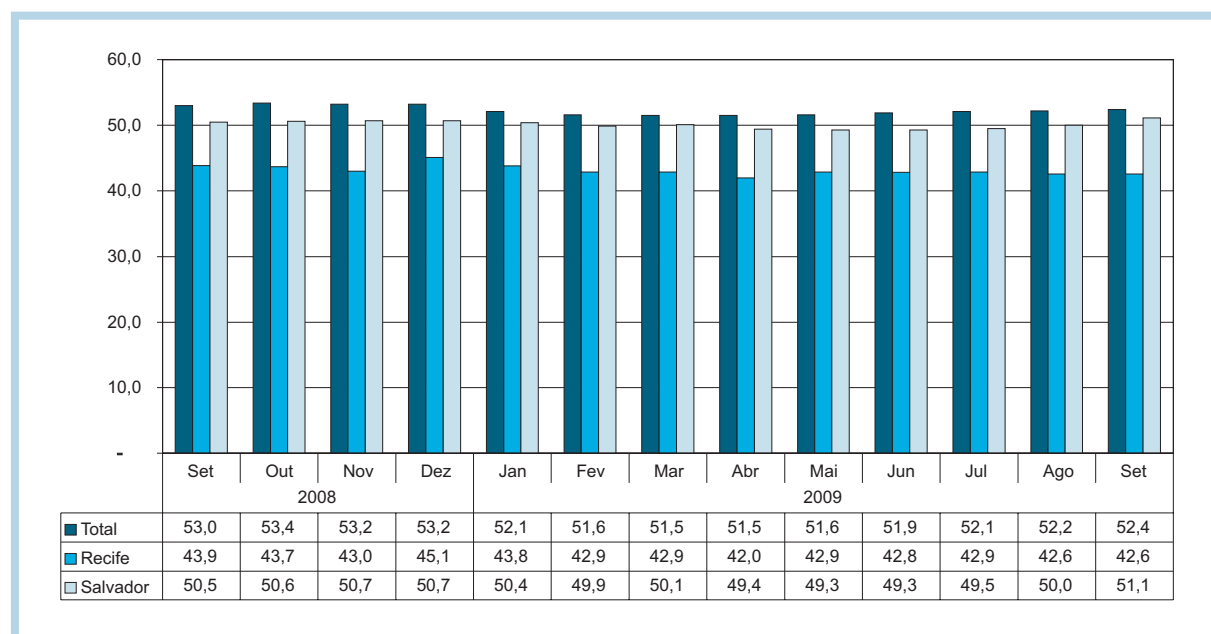
As regiões nordestinas mostraram estabilidade no número de pessoas ocupadas em setembro de 2009 frente a agosto. Já no confronto com setembro/2008, Salvador exhibe taxa de crescimento de 4,4% e Recife apresenta estabilidade.

Com relação especificamente ao emprego industrial, em setembro, a indústria avançou 0,4% ante o mês de agosto, o terceiro aumento mensal consecutivo. Esse cenário difere significativamente do observado no primeiro bimestre do ano, quando o emprego industrial retrocedeu em janeiro (1,4%) e fevereiro (1,3%). Por outro lado, a ocupação na indústria declinou 6,5% frente a setembro de 2008 e 4,2% no acumulado do ano, sinalizando que o ritmo de crescimento do pessoal ocupado na indústria ainda é lento (Gráfico 2).

Em termos espaciais, todas as regiões apresentaram retração no emprego industrial no confronto setembro/2009-setembro/2008. Vale destacar que o Nordeste experimentou a menor queda nessa base de comparação.

Segundo dados do IBGE, o Ceará foi o único estado a apresentar taxa de crescimento no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. Em Pernambuco e Bahia a queda no emprego industrial foi inferior à média nacional.

No acumulado do ano, o total de demissões ultrapassou o de admissões nos três estados nordestinos. Pernambuco foi a principal influência negativa (-5,3%), seguido por Bahia (-2,8%) e Ceará (-1,1%).



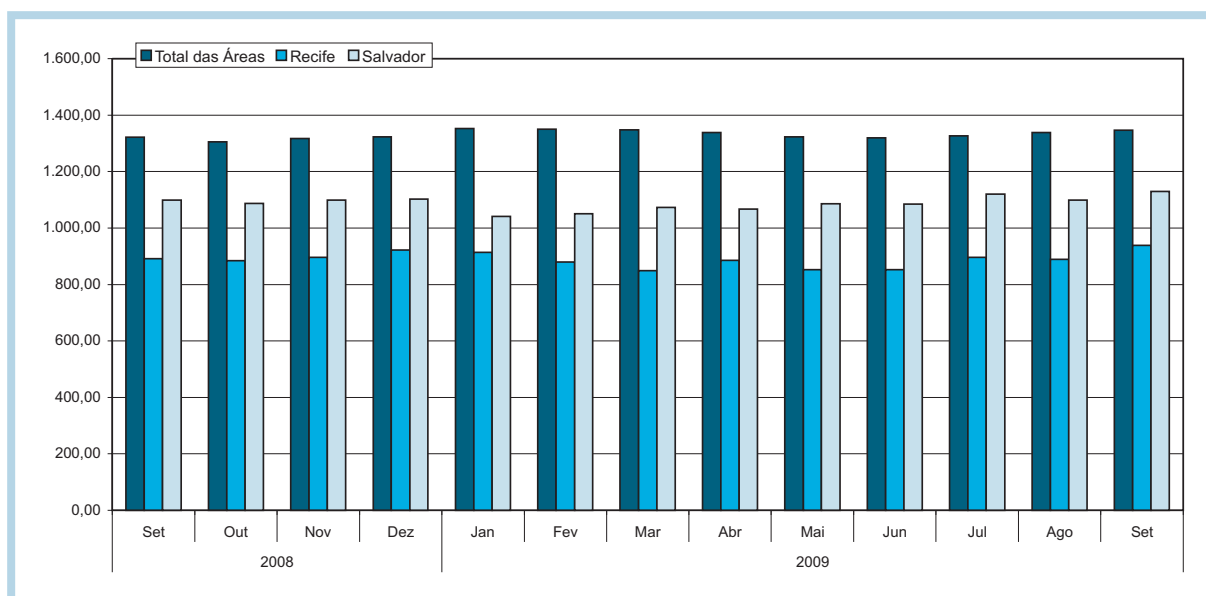
**Gráfico 2 – Brasil e Região Nordeste: Pessoal Ocupado Assalariado. Mês/Mesmo mês ano anterior – Setembro de 2008 a Setembro de 2009**

Fontes: IBGE, 2009.

## 4.3 - Rendimento

Em setembro, o nível de rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME foi 0,6% maior que o valor de agosto, atingindo R\$ 1.346,70. Na comparação com setembro/2008, a expansão foi de 1,9%. São Paulo tem o maior salário (R\$ 1.473,70) e Recife, o menor (R\$ 938,70). No Rio ficou em R\$ 1.372,90, em Porto Alegre, R\$ 1.296,20 e em Belo Horizonte, R\$ 1.229,20 (Gráfico 3).

As regiões metropolitanas de Recife e Salvador apresentaram comportamentos semelhantes em setembro. Recife registra acréscimo de 5,5% do rendimento médio real em relação a agosto e de 5,3% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em Salvador, o rendimento médio real de R\$ 1.130,40 em setembro significou ganho de 2,8% no confronto com agosto de 2009 e ante setembro de 2008.



**Gráfico 3 – Rendimento Médio Real: Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador – Setembro de 2008 a Setembro de 2009**

Fonte: IBGE, 2009.

## 4.4 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

Dados de setembro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostram que no acumulado do

ano (janeiro a setembro) foram gerados 932.651<sup>1</sup> empregos celetistas, ou seja, menos da metade dos 2,1 milhões no mesmo período de 2008. Essa

1 Diferença entre o número de admissões (12.272.201) e o de desligamentos (11.339.550).

queda de 55,3% resulta da grave crise financeira mundial que impactou o mercado de trabalho a partir de novembro de 2008. No caso brasileiro, o Caged apresentou déficits em seu saldo até março último, tendência observada em todas as regiões brasileiras (Tabela 1).

A Tabela 1 apresenta a variação no acumulado do ano nos períodos de janeiro a setembro de 2006, 2007, 2008 e 2009. Nela constata-se forte queda no contingente de emprego formal, interrompendo a trajetória de alta dos dois períodos anteriores.

Na comparação entre os setores econômicos, a indústria de transformação apresentou até setembro de 2009 o pior desempenho, eliminando 461 mil empregos celetistas, o que caracteriza a importância da indústria no contexto da crise, já que esse segmento foi o mais afetado, principalmente nas suas exportações.

Respondendo por 77,8% do total de empregos formais gerados no período, destacaram-se as áreas de serviços com 411.426 (44,1%), construção civil, com 184.204 (19,8%) e agropecuária, com 130.044 (13,9%). Esses três setores figuram como os mais representativos mesmo em períodos de estabilidade. A exceção nesse ranking é a indústria de transformação, cuja trajetória de queda foi bem mais acentuada que os demais. Esse resultado é justificável pela forte influência das exportações na indústria, o que certamente tem relevância na opção por demitir seus funcionários em períodos de crise. Serviços e construção civil têm suas ati-

vidades voltadas para o mercado interno, o que favoreceu o seu desempenho positivo (Tabela 2).

Na comparação entre regiões, Sudeste detém 53,3% do saldo total de empregos celetistas, o que se justifica pelo seu maior dinamismo econômico. O Sul, com 15,8%, e o Nordeste, com 14,8%, apresentam o segundo e terceiro melhores desempenhos. Merece destaque a recuperação nordestina, quase triplicando sua participação na comparação com outubro passado, quando era de apenas 5,6% no cômputo nacional.

Os dados do Caged para o Nordeste mostram que a região segue a tendência de recuperação observada no âmbito nacional quanto à geração de empregos com carteira assinada, já que apresentou situação negativa apenas na atividade extrativa mineral.

Vale destacar a retomada da indústria de transformação, que, pela primeira vez no ano, experimentou saldo global positivo. Isso resulta, principalmente, do desempenho do Ceará e da Bahia que, no acumulado no ano, registraram os maiores saldos para o setor.

O segmento de serviços influenciou de forma expressiva o saldo positivo da região, gerando 55.454 novos empregos, seguido por construção civil e comércio com 38.210 e 19.698 novos postos de trabalho, respectivamente.

A Tabela 4 reflete o nível de recuperação da região confirmando o fim do período de recessão.

**Tabela 1 – Brasil. Variação Absoluta no Acumulado do Ano do Emprego Formal, segundo os Setores de Atividade Econômica**

	Total das Atividades	Extração Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Set/06	1.383.805	11.368	346.644	10.521	131.409	176.360	496.167	26.963	184.373
Jan a Set/07	1.606.992	8.887	480.018	7.095	173.140	211.512	497.725	31.361	197.254
Jan a Set/08	2.086.570	12.883	523.974	10.569	300.882	264.834	689.949	41.816	241.663
Jan a Set/09	932.651	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044

Fonte: BRASIL, 2009.

(\*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Destaque para a indústria de transformação que, em setembro, registrou o melhor desempenho setorial, liderado por Alagoas responsável por mais de 50% do total de novos empregos for-

mais nesse setor no Nordeste. No agregado setorial, Alagoas, Pernambuco e Ceará se destacam com 35.566, 25.045 e 12.966 novos empregos, respectivamente.

**Tabela 2 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Setembro de 2009**

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
<b>Brasil</b>	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044	932.651
<b>Nordeste</b>	-6	16.328	1.088	38.210	19.698	55.454	714	6.954	138.440
<b>Norte</b>	174	-4.590	618	16.387	3.098	13.716	1.633	2.052	33.088
<b>Sudeste</b>	1.113	3.489	2.073	91.718	42.774	232.891	25.514	97.492	497.064
<b>Sul</b>	-1.058	17.472	841	20.537	26.847	76.959	9.544	-3.340	147.802
<b>Centro-Oeste</b>	427	30.060	-344	17.352	9.055	32.406	415	26.886	116.257

Fonte: BRASIL, 2009.

(\*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

**Tabela 3 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Setembro de 2009 (Saldo)**

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
<b>Alagoas</b>	-3	-3.605	-57	2.920	-892	1.581	-65	-882	-1.003
<b>Bahia</b>	22	6.609	666	17.692	6.285	18.215	-162	5.413	54.740
<b>Ceará</b>	116	16.899	54	7.152	3.769	14.672	667	-1.877	41.452
<b>Maranhão</b>	146	459	216	-4.927	1.568	-1.981	212	302	-4.005
<b>Paraíba</b>	-80	-1.182	284	1.505	2.674	3.575	-48	1.431	8.159
<b>Pernambuco</b>	63	-3.102	626	7.548	4.359	10.636	-207	4.525	24.448
<b>Piauí</b>	-27	1.947	132	4.099	645	2.168	50	429	9.443
<b>Rio Gde. do Norte</b>	-229	-2.282	-888	-674	1.089	3.735	280	-1.454	-423
<b>Sergipe</b>	-14	585	55	2.895	201	2.853	-13	-933	5.629
<b>Nordeste</b>	-6	16.328	1.088	38.210	19.698	55.454	714	6.954	138.440

Fonte: BRASIL, 2009.

(\*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

**Tabela 4 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado em Setembro de 2009 (Saldo)**

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
<b>Alagoas</b>	-10	34.749	-37	605	-83	355	-6	-7	35.566
<b>Bahia</b>	270	2.624	79	3.486	2.750	3.524	20	-1.988	10.765
<b>Ceará</b>	109	5.300	-20	1.774	1.983	2.532	63	1.225	12.966
<b>Maranhão</b>	16	74	-99	46	787	-229	-27	349	917
<b>Paraíba</b>	0	2.061	6	298	479	825	-9	983	4.643
<b>Pernambuco</b>	44	18.424	-1.888	2.465	2.147	1.575	-77	2.355	25.045
<b>Piauí</b>	1	509	41	773	594	435	2	76	2.431
<b>Rio Gde. do Norte</b>	19	75	-32	1.102	859	984	5	1.409	4.421
<b>Sergipe</b>	1	1.180	0	210	381	479	-3	1.440	3.688
<b>Nordeste</b>	450	64.996	-1.950	10.759	9.897	10.480	-32	5.842	100.442

Fonte: BRASIL, 2009.

(\*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

# REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**, set. 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 nov. 2009.

## 5 - Setor Externo

Entre janeiro e agosto de 2009, o comércio exterior brasileiro registrou fluxo de US\$ 175,9 bilhões, com declínio de 28,1% comparativamente a igual período de 2008. Foram exportados US\$ 97,9 bilhões e importados US\$ 77,9 bilhões, cifras bastante reduzidas (-25,2% e -31,5%) em relação aos oito meses iniciais do ano anterior. Esse desaquecimento é reflexo da crise financeira internacional que se espalhou pelo lado real da economia, comprometendo tanto o preço das *commodities* agrícolas e minerais como acarretando queda de demanda por bens com maior grau de elaboração.

A análise regional revela que no Nordeste o recuo das vendas externas foi superior ao observado no Brasil como um todo. As exportações totalizaram US\$ 7.168 milhões, 30,1% menos que o obtido entre janeiro e agosto de 2008. O desaquecimento da economia nordestina provocou diminuição de 41,3% das importações. Como o Nordeste importou US\$ 6.385 milhões, o saldo comercial no período janeiro-agosto de 2009 foi de US\$ 783 milhões.

A pauta de exportação regional é bastante concentrada em termos de empresas e estados. Apenas cinco grupos – Braskem (US\$ 473 milhões), Petrobras (US\$ 470 milhões), Bunge Alimentos (US\$ 402 milhões), Bahia Sul Celulose (US\$ 376 milhões) e Caraíba Metais (US\$ 362 milhões) –, exportaram, juntas, US\$ 2.083 milhões, entre janeiro e agosto de 2009, o equivalente a 29,1% de toda a região no período. Também no caso das importações registra-se significativa concentração,

com três empresas respondendo por 28,9% do total. Vale ressaltar que as elevadas importações da Petrobras (US\$ 1.127 milhões), Braskem (US\$ 396 milhões) e Caraíba Metais (US\$ 320 milhões), concomitantes com suas exportações, são indícios da presença do comércio intraindústria no Nordeste.

Assinale-se que o maior declínio das exportações por fator agregado ocorreu no segmento de produtos industrializados (-43%). A desaceleração do crescimento das economias que são destino das vendas externas nordestinas refletiu-se mais fortemente sobre os industrializados, devido à sua maior elasticidade-renda, como foi destacado na última edição da revista BNB Conjuntura Econômica.

Também no caso de importações, a maior queda foi no segmento de industrializados, com US\$ 5.412 milhões. Reduções expressivas foram constatadas na importação de produtos como óleo diesel (-81,5%), sulfetos de minérios de cobre (-53,8%) e naftas para a petroquímica (-27,2%) os quais, juntos, somam 19,8% da pauta total.

A China tem apresentado consistente expansão nas compras de produtos nordestinos. No acumulado janeiro-agosto, elas totalizaram US\$ 945 milhões, com aumento de 21,1% sobre igual período de 2008. O Reino Unido também expandiu a aquisição de produtos oriundos do Nordeste, 7% no mesmo período. De outra parte, oito dos dez principais mercados consumidores de produtos da região registraram retrocesso nas compras: Holanda (-61,7%), Itália (-49,9%), Estados Unidos (-42,1%), Argentina (-40,2%),

Alemanha (-36,5%), Espanha (-24,8%), Rússia (-14,7%) e França (-1,4%).

No que tange às importações nordestinas, os países asiáticos (exclusive Oriente Médio) responderam pela maior parcela: 26,7%. De fato, a China (US\$ 620 milhões) detém 9,7% das importações da região e o Mercosul 14,4%, sendo 12,6% (US\$ 807 milhões) oriundas da Argentina. Já a União Europeia participa com 13,9%, com destaque para a Alemanha (3,1%), a Holanda (1,2%), a Itália (1,1%), a Espanha (1%) e a Bélgica (1%). Os Estados Unidos, segunda maior fonte das importações nordestinas, representam 11,6% do total.

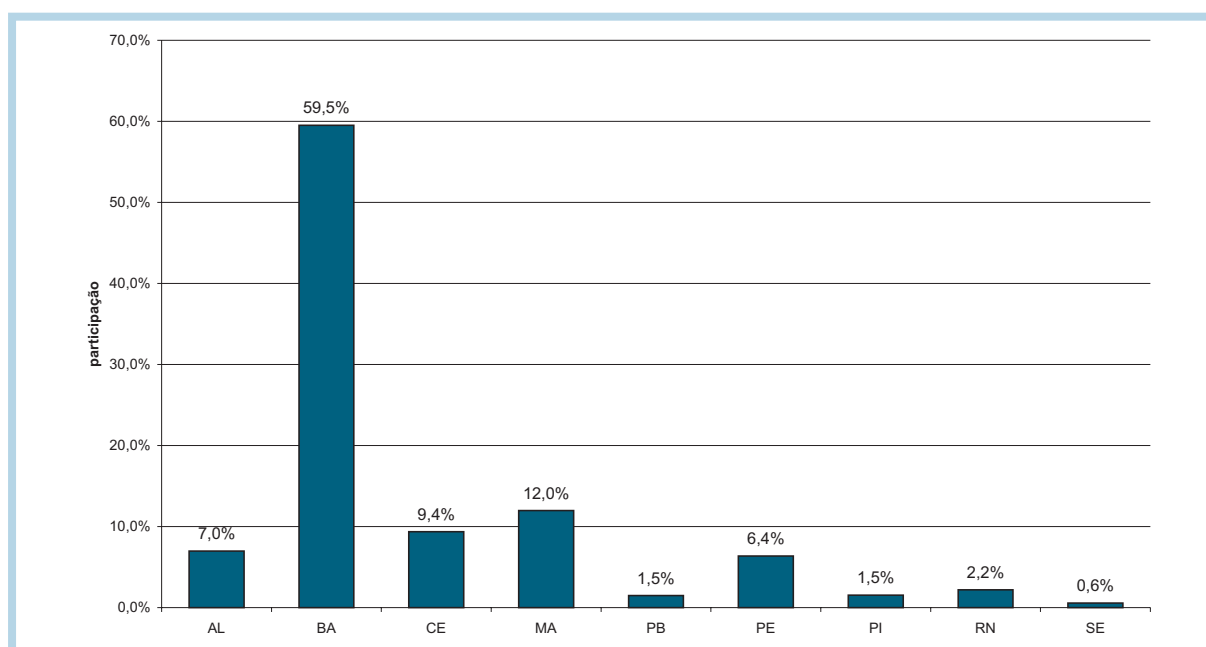
A análise desagregada em nível estadual das exportações nordestinas revela concentração espacial, com a Bahia respondendo por 59,5% do valor (Gráfico 1).

No período compreendido entre janeiro e agosto de 2009, constata-se algumas mudanças de posição dos principais produtos de exportação da região. O capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos etc., por exemplo, sétimo maior destaque na pauta de exportação no acumulado de janeiro a

agosto de 2008, pulou para a primeira posição nos oito primeiros meses deste ano. Foram US\$ 777 milhões de dólares em vendas, a quase totalidade (95,8%) oriunda da Bahia (US\$ 445 milhões) e do Maranhão (US\$ 299 milhões). O principal país de destino desse capítulo foi a China, responsável pela compra de 35% do total exportado.

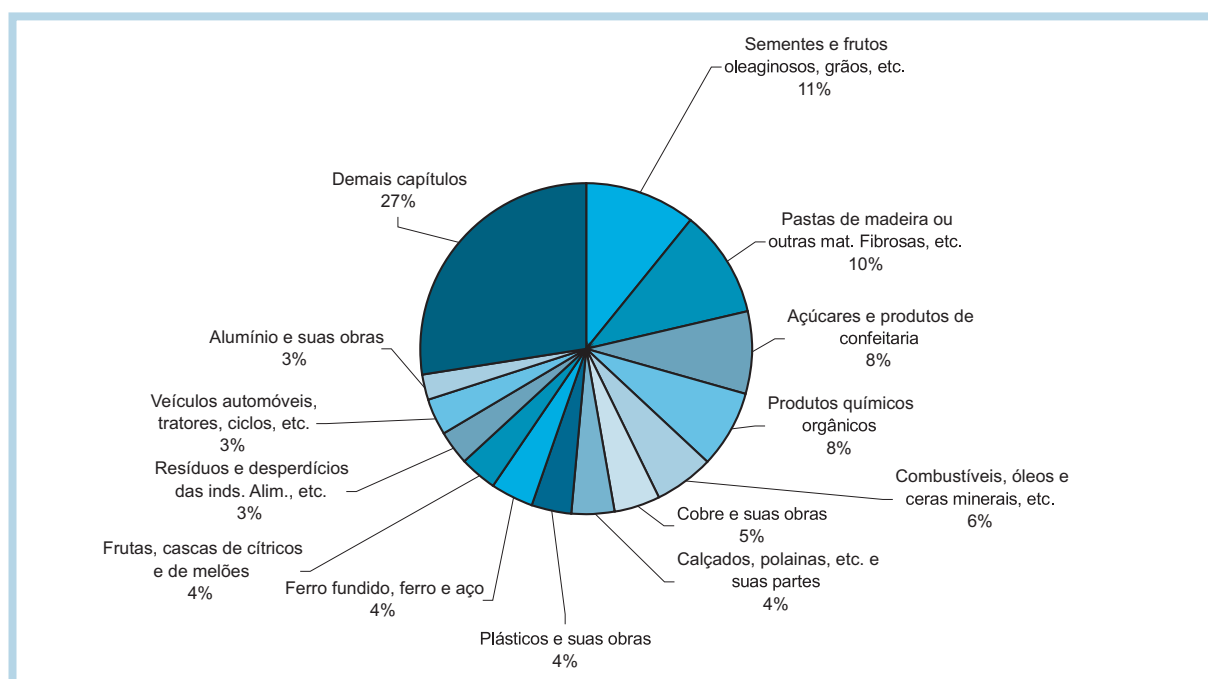
O capítulo veículos, automóveis, tratores, ciclos, etc. (US\$ 243 milhões), por sua vez, cujos principais destinos eram Argentina, México e Venezuela, apresentou expressiva redução de 44,8% dos valores exportados na mesma base de comparação.

No período de janeiro a agosto deste ano, a Bahia exportou US\$ 4.266,9 milhões, resultado 29,7% inferior aos US\$ 6.066 milhões apurados em igual intervalo do ano passado. A Bahia possui a pauta de exportação mais diversificada dentre os estados nordestinos – ainda assim, a maior parte de seus principais produtos exportados apresentou declínio no período em análise. O capítulo pastas de madeira ou outras matérias fibrosas, etc. caiu 12,9% nos valores exportados (US\$ 747 milhões) tendo como destino predomi-



**Gráfico 1 – Participação dos Estados Nordestinos nas Exportações Totais da Região – Janeiro a Agosto 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

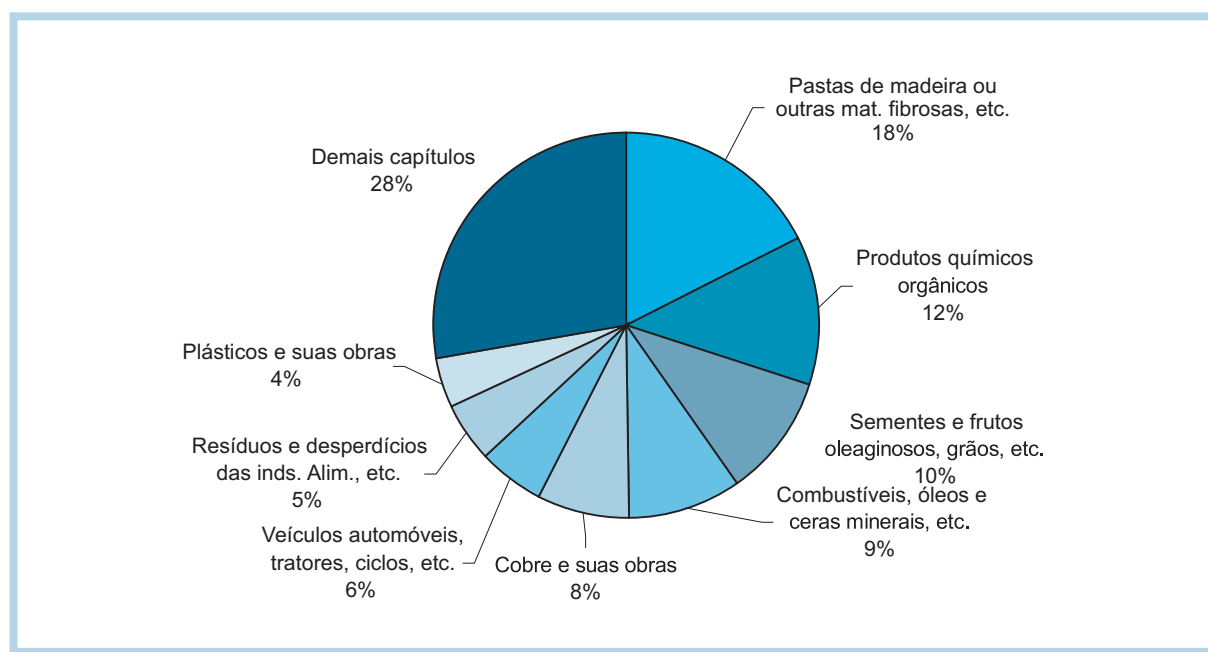


**Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

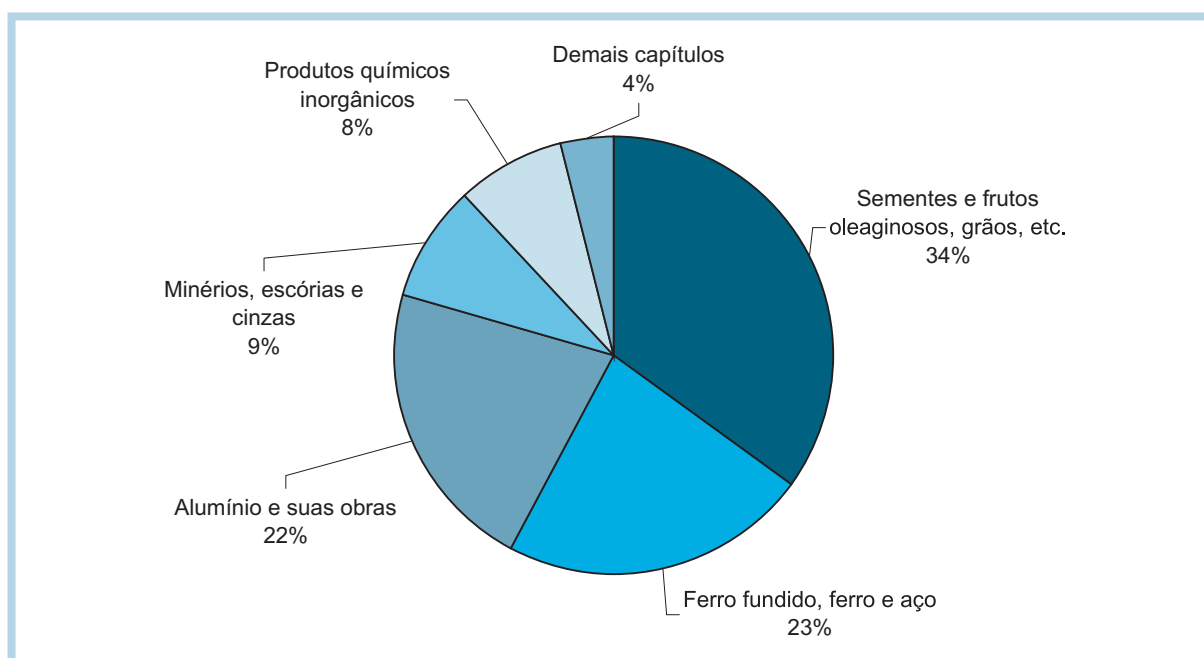
nante a China. O de produtos químicos orgânicos, cujo principal comprador são os Estados Unidos, somou US\$ 529 milhões, ou seja, 26,4% a menos que o valor registrado em 2008.

Segundo maior exportador nordestino, com uma pauta concentrada em minérios e soja, o Maranhão vendeu para o exterior, de janeiro a agosto de 2009, o montante de US\$ 859 milhões,



**Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

48% menos que no mesmo período anterior. As vendas de alumina calcinada (US\$ 69 milhões) e alumínio e suas obras (US\$ 186 milhões) declinaram (-41% e -55%, respectivamente) – reflexo tanto da queda do preço do alumínio quanto da quantidade vendida. Já a exportação de ferro fundido, ferro e aço (US\$ 197 milhões) teve, sobretudo, redução na quantidade vendida, devido ao forte desaquecimento da economia norte-americana – grande consumidora desse produto.

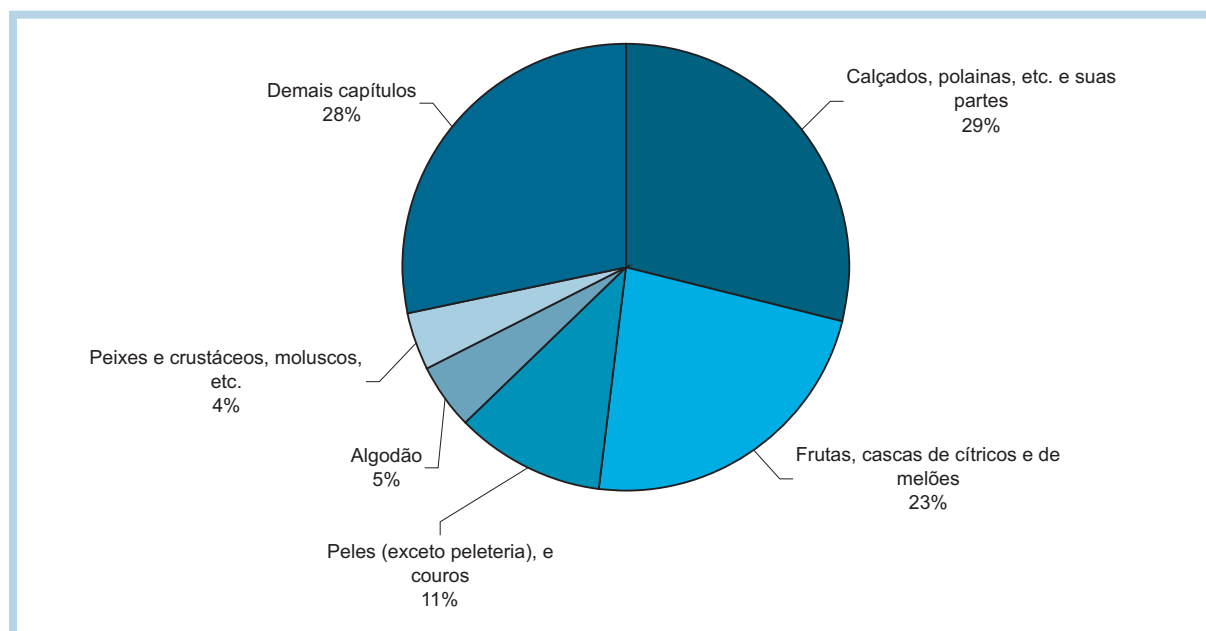
Com vendas totais de US\$ 671 milhões nos oito primeiros meses de 2009, o Ceará é o terceiro maior exportador nordestino, atrás da Bahia e do Maranhão. As exportações cearenses decresceram 19,5% em relação ao mesmo período de 2008. Da pauta estadual, 72% estão concentrados em cinco capítulos, sendo o principal o de calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes, responsável por uma receita de US\$ 193 milhões, 28,8% de todas as exportações do Ceará. Destaque para as vendas do calçado cujo cabedal é feito com material sintético.

Cumprir ressaltar que a expansão das exportações de calçados no Nordeste é um fenômeno re-

cente. Constatase a migração de empresas para a região desde a década de 1990, com concentração das exportações no segmento de sintéticos, em especial, no Ceará. As vendas nordestinas de sintéticos para o exterior, que em 2000 atingiram a marca dos 11 milhões de pares, expandiram quase oito vezes, chegando a 86 milhões de pares, em 2008, correspondendo a 86,2% dos sintéticos exportados pelo país.

A predominância do calçado sintético nordestino pode ser explicada por seu preço de exportação, que gira em torno de US\$ 3,60, enquanto a média nacional atinge US\$ 4,60. O preço mais baixo tem sido possível devido ao diferencial na remuneração da mão de obra, 21% inferior à da região Sul. Também esse tipo de segmento parece se caracterizar, internacionalmente, por uma estratégia de concorrência via preço. Com efeito, nos oito meses iniciais de 2009, houve declínio (-13,4%) nas vendas de calçados pelo Ceará.

Totalizando vendas externas de US\$ 155,6 milhões, o capítulo frutas, cascas de cítricos e melões sofreu redução de 2,6% nos meses analisados, comparativamente a 2008. Item mais

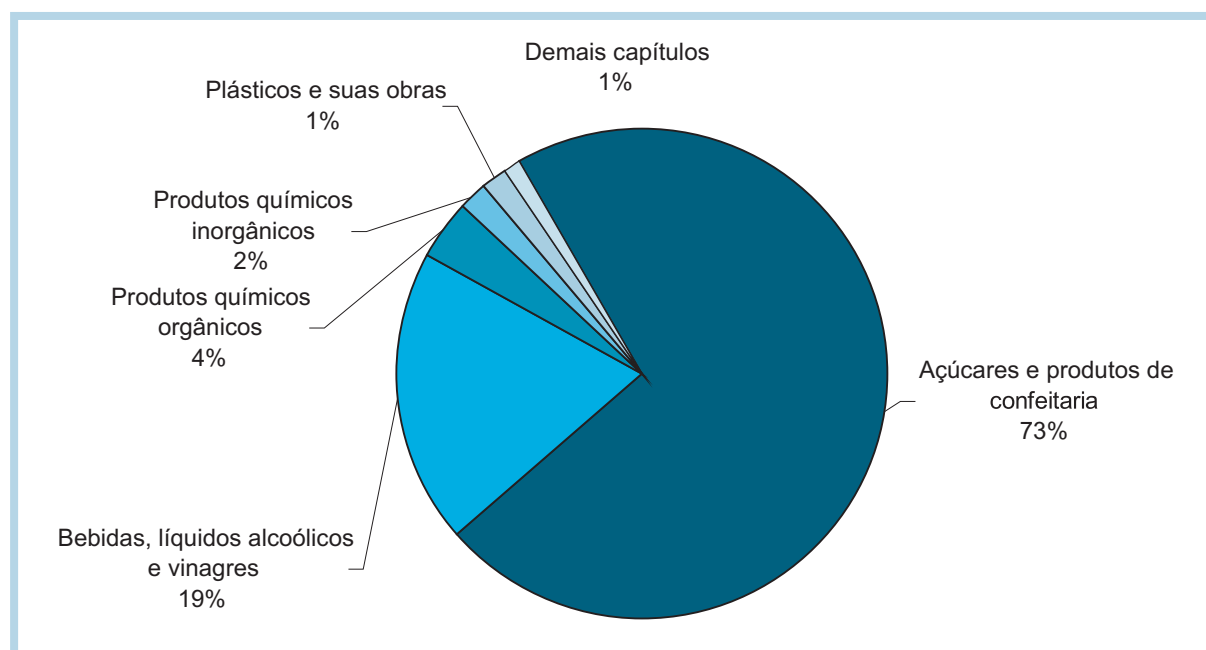


**Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

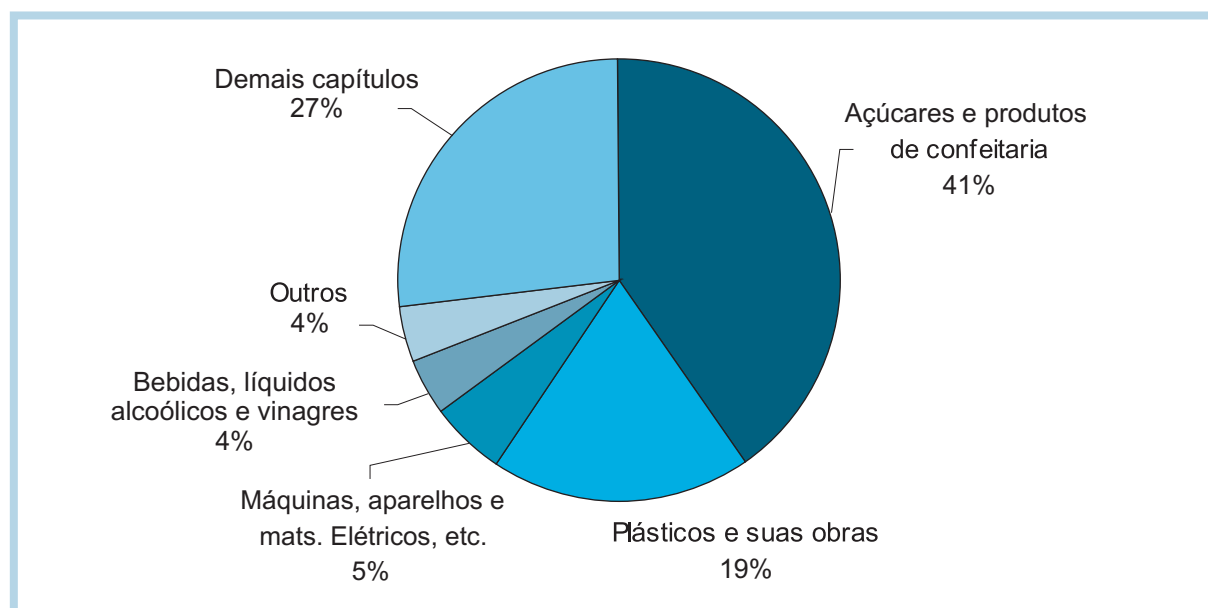
importante desse capítulo, com vendas externas de US\$ 122,5 milhões, correspondente a 78,7% das exportações do capítulo, a castanha de caju avançou 8% nos valores exportados, em relação aos oito primeiros meses de 2008.

O capítulo peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros registrou vendas para o exterior no valor de US\$ 73,8 milhões nos oito primeiros meses de 2009, com declínio de 48,4% comparativamente a igual período de 2008.



**Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



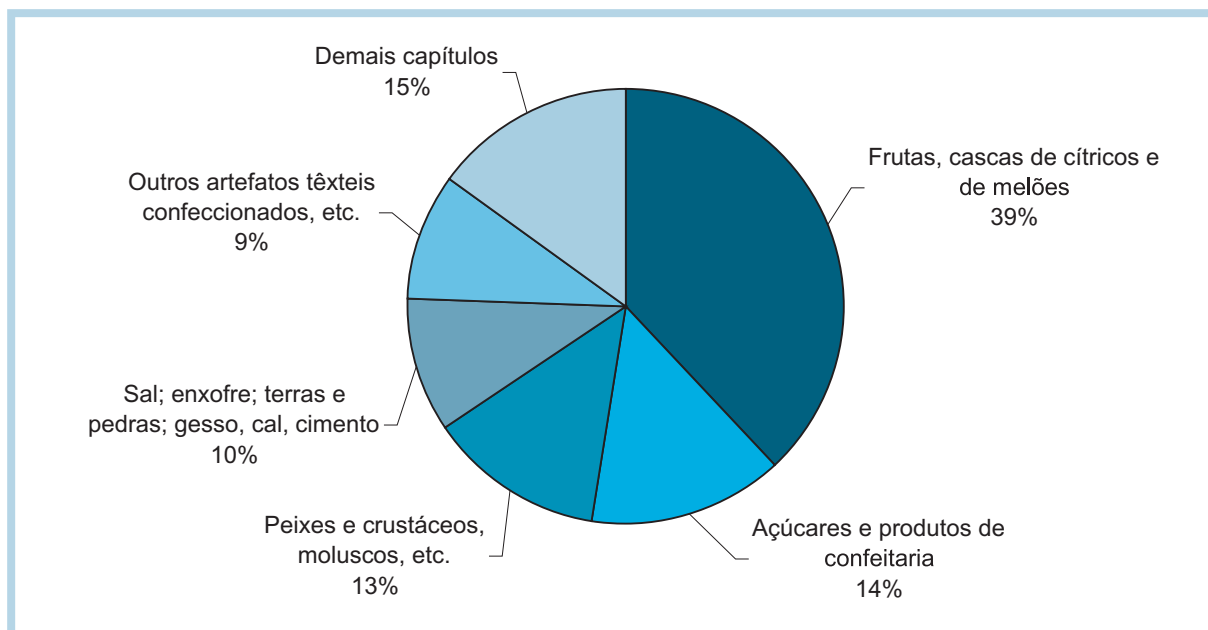
**Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Aliado ao de calçados, o segmento responde por mais de 20% do valor da transformação industrial do estado.

Principal item de exportação de Alagoas, o capítulo açúcares e produtos de confeitaria realizou vendas de US\$ 359,9 milhões, quase três

quartos (71,9%) de toda a pauta do estado. Observou-se declínio de 18,1% nas receitas desse capítulo no período de janeiro a agosto de 2009 sobre igual período de 2008, assim como de 30% na sua quantidade exportada entre os dois períodos analisados. Segundo mais importante da pauta de Alagoas, correspondente a 19,4%



**Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Agosto de 2009**

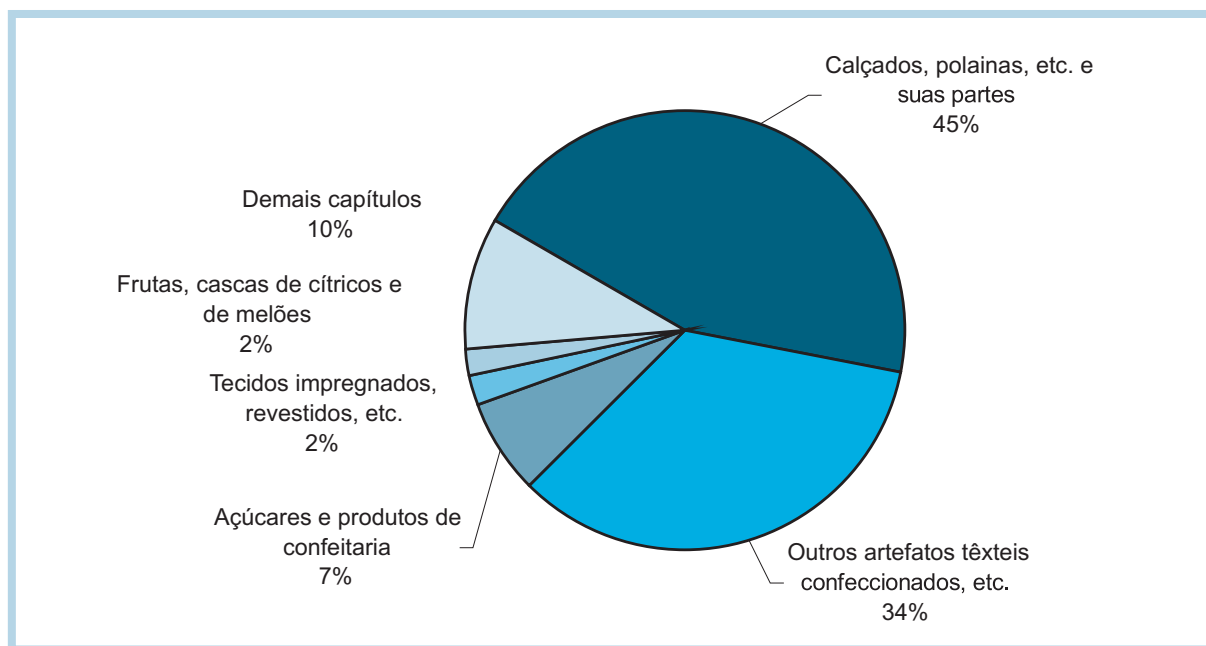
**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

do valor total exportado no período, o capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres apurou vendas no valor de US\$ 97,2 milhões, com redução de 30,3% no valor das exportações entre os dois citados períodos.

Pernambuco registrou US\$ 456,4 milhões em vendas ao exterior nos oito primeiros meses de 2009, 17,8% abaixo do montante obtido entre janeiro e agosto de 2008. Quase metade dessas receitas (45%) decorreu de atividades vinculadas à cana-de-açúcar, quer sob o formato de açúcar quer na modalidade álcool. Destacaram-se, ainda, os capítulos plásticos e suas obras, com significativa participação do tereftalato de polietileno em forma primária (utilizado na produção de garrafas pet), e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, etc., com destaque para o item acumuladores elétricos de chumbo, para arranque de motor a pistão (baterias). Assim como a Bahia, Pernambuco apresenta uma pauta com maior variedade de capítulos, cabendo assinalar que em todos eles as receitas declinaram.

Nos oito meses iniciais de 2009, o Rio Grande do Norte exportou US\$ 157,4 milhões, o que significou redução de 25,1% comparativamente ao mesmo período de 2008. Principal item da pauta de exportação do estado, com receita de US\$ 60,1 milhões, correspondente a 38,2% do total das vendas, o capítulo frutas, cascas de cítricos e melões teve decréscimo de 19% na mesma base de comparação, sendo que as vendas de melões, em particular, experimentaram o maior declínio relativo de receitas, próximo de 40%.

As exportações da Paraíba (US\$ 106 milhões) alicerçaram-se nas indústrias têxtil e de calçados. De fato, a Coteminas e a São Paulo Alpargatas, juntas, responderam por mais de 70% das exportações do estado. Os principais países de destino das vendas paraibanas são Estados Unidos, Argentina, Austrália, Filipinas, Espanha. Os principais produtos exportados são calçados de borracha/plástico, roupas de toucador, açúcar, tecido atalhado de algodão cru, mamões (papaia) frescos, tecido e feltro, granito cortado



**Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

em blocos, ilmenita (minérios de titânio) e outros granitos.

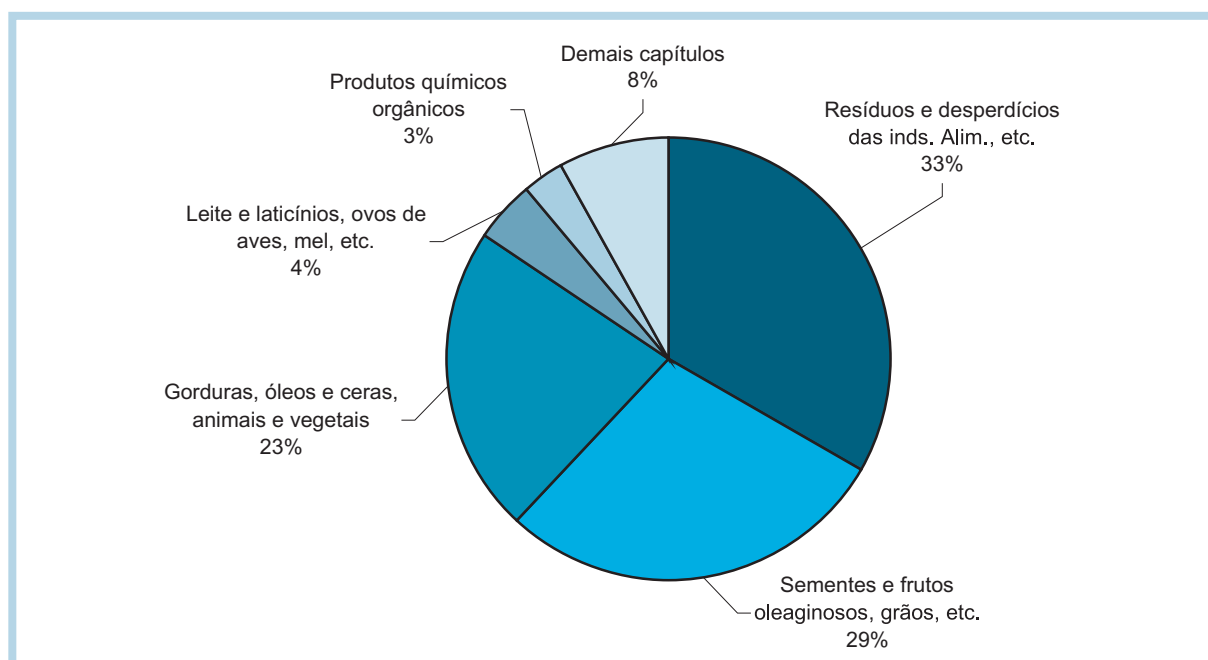
O Piauí foi o único estado nordestino a aumentar (40%) suas exportações no período em análise, em decorrência do comportamento das vendas de bagaço e outros resíduos de soja. Outros itens em destaque foram: ceras vegetais (23%); soja em grãos (29%) e mel natural (4%). Os maiores compradores dos produtos piauienses são: França, China e Estados Unidos.

No período em análise, Sergipe (US\$ 40 milhões) foi o estado que sofreu a maior queda relativa nos valores exportados, com decréscimo de 54,5%. Esse desempenho foi influenciado pelo declínio de 60% nas vendas do capítulo preparações de produtos hortícolas, frutas etc., no qual predomina a exportação de suco de laranja. Os estoques mundiais desse produto encontram-se em níveis elevados, o que reduz o seu preço no mercado internacional. Além disso,

segundo informação de Christian Lohbauer, presidente da recém-criada CitrusBr - Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, desde 2001 o consumo do suco sofreu queda de 17% em âmbito mundial (EXPORTADOR DE SUCO...).

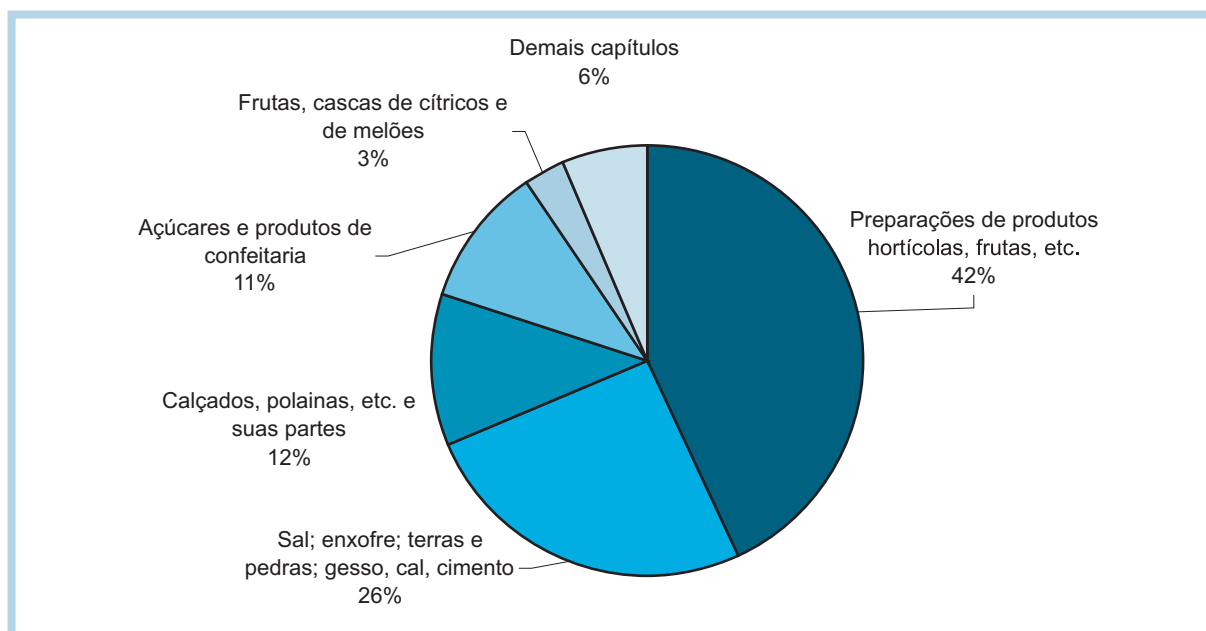
O comportamento da corrente de comércio brasileira e nordestina tem sido também influenciado pela apreciação da taxa cambial. A taxa de câmbio efetiva real brasileira vem sofrendo apreciação desde 2005 (FUNCEX, 2009). Essa apreciação provocou recente reação por parte do governo brasileiro: a cobrança de IOF de 2% na entrada de capital estrangeiro nas bolsas e nas aplicações de renda fixa.

Ainda assim, o avanço das importações vem afetando alguns segmentos industriais, como o de máquinas e equipamentos, cujos representantes já manifestaram receio de perder mercado para os produtores chineses (FUNCEX, 2009).



**Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 11 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe – Janeiro/Agosto de 2009**

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 26 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <[alicesweb.desenvolvimento.gov.br](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 29 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio

Exterior. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 24 out. 2009.

EXPORTADOR de suco de laranja vê queda de 10% nas vendas em 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,exportador-de-suco-de-laranja-ve-queda-de-10-nas-vendas-em-2009,398697,0.html>>. Acesso em: 27 out. 2009.

FUNCEX. Disponível em: <[www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)>. Acesso em: 23 out. 2009.



# 6 - Finanças Públicas

## 6.1 - Governo Federal

### 6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

No período de janeiro a agosto deste ano, o Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou superávit primário de R\$ 23,850 bilhões, correspondente a 1,21% do Produto Interno Bruto (PIB) e inferior a um terço dos R\$ 74,850 bilhões (3,94% do PIB) alcançados nos oito primeiros meses de 2008. Essa redução reflete a flexibilização da política fiscal do Governo Federal, que vem mantendo os gastos públicos em níveis elevados; por outro lado, resulta do fraco desempenho das receitas federais, como se pode constatar pela redução nominal de 0,4% da arrecadação do Governo Central, líquida de transferências aos estados e municípios, bem como pelo aumento de 16,1% dos gastos públicos nos oito primeiros meses de 2009.

Em agosto último, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,7 bilhões ante o R\$ 1,5 bilhão obtido em julho. Esse resultado deveu-se basicamente ao desempenho do Tesouro Nacional, cujo superávit, de R\$ 8,9 bilhões, foi suficiente para neutralizar os efeitos dos déficits da Previdência Social e Banco Central, de R\$ 5,2 bilhões e R\$ 54,2 milhões, respectivamente.

A receita bruta do Tesouro Nacional entre janeiro e agosto de 2009 totalizou R\$ 357,5 bilhões, com queda nominal de R\$ 14,6 bilhões, ou 3,9%,

relativamente ao mesmo período de 2008. Esse valor equivale a 18,2% do PIB, sendo os impostos a fonte mais significativa de arrecadação, com 46% do total, seguindo-se as contribuições, com 37% e as demais receitas, com 17%. A diminuição da arrecadação de impostos e contribuições deveu-se, em grande medida, às desonerações de IPI ocorridas no período; à queda da produção industrial, relativamente ao mesmo período de 2008; e à queda na arrecadação de IRPJ, em função da redução da lucratividade das empresas e compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e Cide-Combustíveis, por pagamento indevido, ou a maior, realizado em período anterior.

Os gastos do Tesouro aumentaram 18,2%, em termos nominais, no período de janeiro a agosto de 2009, quando comparados com os oito primeiros meses do ano anterior. Esse crescimento foi ocasionado pelo pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, aumento dos gastos de pessoal, incremento das despesas discricionárias, especialmente dos gastos em saúde, e, ainda, pelo razoável crescimento dos investimentos federais, em torno de 8,6% relativamente ao mesmo período de 2008.

O déficit da Previdência Social elevou-se em 21,2% (R\$ 5,2 bilhões) no período de janeiro a

**Tabela 1 – BRASIL. Resultado Primário do Governo Central(\*) – Janeiro-Agosto 2008/2009**

Valores em R\$ Milhões

Discriminação	Janeiro-Agosto		
	2008	2009	Variação (%)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	466.244	462.519	-0,80
I.1. Tesouro Nacional	365.258	350.488	-4,04
I.2. Previdência Social	99.926	110.653	10,73
I.3. Banco Central	1.060	1.379	30,09
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	84.585	82.553	-2,40
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I–II)</b>	381.659	379.966	-0,44
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	306.809	356.117	16,07
IV.1. Tesouro Nacional	181.168	214.183	18,22
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais <sup>(1)</sup>	82.142	97.935	19,23
IV.1.2. Custeio e Capital	98.506	115.521	17,27
IV.1.3. Transferências do Tesouro ao Banco Central	520	727	39,81
IV.2. Previdência Social (Benefícios)	124.320	140.214	12,78
IV.3. Banco Central	1.321	1.720	30,20
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) <sup>(2)</sup></b>	0	0	0,00
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (III–IV–V)</b>	74.851	23.850	-68,14
VI.1. Tesouro Nacional	99.505	53.752	-45,98
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>(3)</sup>	-24.394	-29.561	21,18
VI.3. Banco Central <sup>(4)</sup>	-260	-341	31,15
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO / PIB (%)</b>	3,9	1,2	-69,29

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), conforme previsto na Lei nº. 11.887/2008, na MP nº. 452/2008 e no Decreto nº. 6.713/2008.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional)

\* Dados revistos, sujeitos a alterações. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei nº. 110/2001.

agosto de 2009, relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 24,4 bilhões para R\$ 29,6 bilhões, equivalentes a 1,5% do PIB. Com o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento, a arrecadação líquida cresceu R\$ 10,7 bilhões (10,7%), enquanto as despesas com benefícios previdenciários tiveram maior crescimento, de R\$ 15,9 bilhões (12,8%), em decorrência

do aumento de 10,8% no valor médio de benefícios pagos, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, além da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Nesse período, também se observou elevação de R\$ 863,4 milhões no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

## 6.1.2 - Dívida Pública Federal

Nos dois primeiros meses deste semestre, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) sofreu aumento nominal de 3,63%, passando de R\$ 1.457 bilhões, em julho, para R\$ 1.509,95 bilhões, em agosto, correspondendo a 43,96% do PIB. As expectativas até o final do ano são de que a relação DPF/PIB alcance 43,3%, superando, portanto, a projeção inicial de 41,4%. Vários fatores explicam esse acréscimo, destacando-se a redução do superávit primário do Governo Central, cuja meta para este ano é de 2,5% do PIB; o baixo crescimento do PIB, estimado em 0,8%; e, ainda, a manutenção da taxa de juros na faixa de 8,75% ao ano até o final de 2009.

Com relação à composição da DPF, observou-se uma ligeira ampliação (0,14 ponto percentual) da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que passou de 92,64% em julho, para 92,78% em agosto deste ano. O estoque da DPMFi registrou

variação positiva (3,79%), com acréscimo de R\$ 51,09 bilhões entre julho e agosto deste ano. Assim, ao final de agosto, o estoque da DPMFi foi contabilizado em R\$ 1.400,98 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 40,2 bilhões e à apropriação positiva de juros no valor de R\$ 10,89 bilhões.

Quanto ao estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), houve aumento de 1,65% em relação a julho, encerrando-se agosto em R\$ 108,97 bilhões (US\$ 57,77 bilhões), sendo R\$ 84,54 bilhões (US\$ 44,82 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 24,43 bilhões (US\$ 12,95 bilhões) alusivos à dívida contratual. Esse aumento deveu-se à emissão líquida ocorrida no período e à depreciação do real frente às demais moedas que compõem a DPFe.

Apesar do elevado estoque da DPF, observou-se uma melhora no perfil da dívida, pois a parce-

**Tabela 2 – Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público**

Valores em R\$ Bilhões

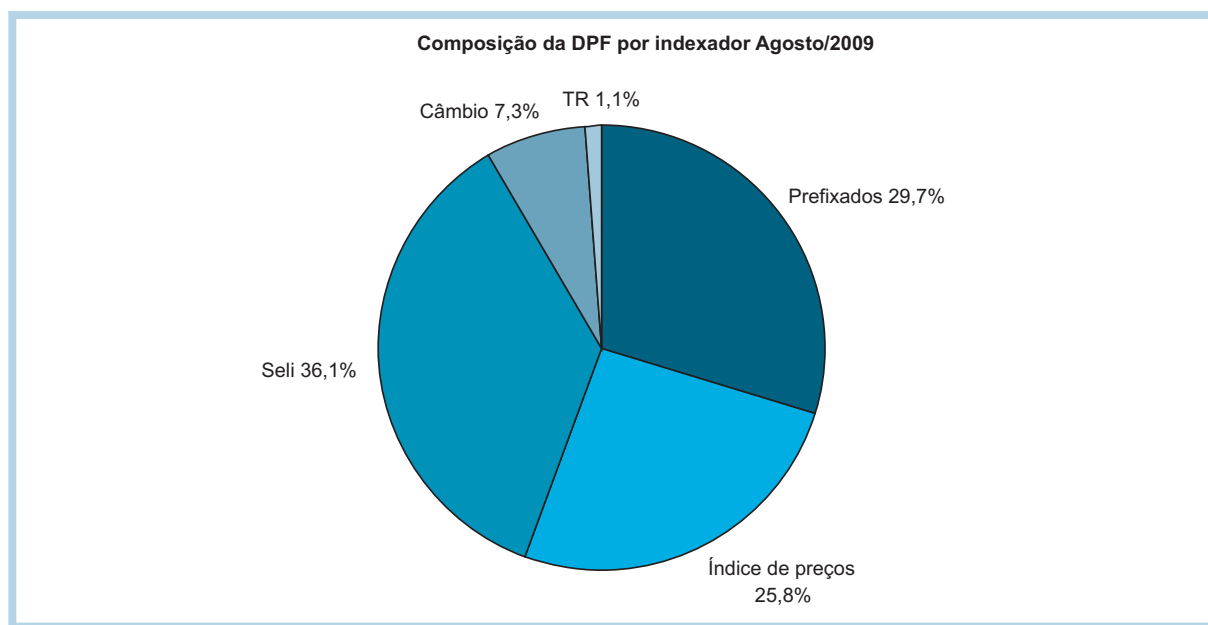
	Julho/2009			Agosto/2009		
	Valor / Proporção (%)			Valor / Proporção (%)		
DPF	1.457		100,0	1.510		100,0
Prefixados	416		28,6	448		29,7
Índice de preços	376		25,8	390		25,8
Selic	538		36,9	545		36,1
Câmbio	108		7,4	110		7,3
TR	19		1,3	17		1,1
DPMFi	1.350	100,0	92,7	1.401	100,0	92,7
Prefixados	406	30,1	27,9	438	31,3	29,0
Índice de preços	376	27,9	25,8	390	27,8	25,8
Selic	538	39,9	36,9	545	38,9	36,1
Câmbio	11	0,8	0,8	11	0,8	0,7
TR	19	1,4	1,3	17	1,2	1,1
DPFe	107	100,0	7,3	109	100,0	7,2

Fonte: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009a.

la correspondente aos títulos com remuneração prefixada – que têm juros predefinidos e garantem maior previsibilidade ao Tesouro para administrar a DPF – aumentou de 28,55% em julho, para 29,69% em agosto, devido, principalmente, à emissão líquida de R\$ 28,15 bilhões desses papéis. A participação dos títulos remunerados pela taxa Selic caiu de 36,92% para 36,11%, entre os dois meses considerados. Já a participação dos títulos remunerados pelos índices de preços manteve-se estável em 25,82%, em agosto.

O custo médio acumulado da DPF nos últimos 12 meses reduziu-se em 0,4 ponto percentual, passando de 13,48% a.a. para 13,08% a.a. entre julho e agosto. Já o custo médio acumulado em 12 meses da DPMFi passou de 12,27% a.a. em

julho, para 12,06% a.a. em agosto, devido à menor variação observada em todos os indexadores utilizados para correção, no período de agosto de 2008 a agosto de 2009. Tem em vista o atual contexto marcado pela crise financeira internacional, observou-se uma ligeira redução no prazo médio de vencimento da DPF, que passou de 3,58 anos, em julho, para 3,54 anos, em agosto. Nesse mês, a dívida mobiliária em mercado apresentava a seguinte estrutura de vencimentos: R\$ 406,76 bilhões (29,03% do total) com vencimentos até agosto de 2010; R\$ 286,36 bilhões (20,44% do total) com vencimentos até 2011; e a parcela restante, de R\$ 707,86 bilhões, com prazos de vencimento a partir de 2011.



**Gráfico 1 – Composição Relativa da DPF por Indexador – Agosto/2009**

Fonte: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009a.

## 6.1.3 – Necessidades de Financiamento do Setor Público

No período de janeiro a agosto de 2009, a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), agregando os governos central, estaduais e municipais, atingiu déficit nominal de R\$ 64,83

bilhões, equivalente a 3,3% do PIB, significando que o superávit primário de R\$ 43,48 bilhões (2,21% do PIB) não foi suficiente para cobrir as obrigações relativas ao pagamento dos juros, que

alcançaram o montante de R\$ 108,31 bilhões, ou 5,51% do PIB. O esforço fiscal mais significativo partiu do Governo Central, que no período de janeiro a agosto gerou uma poupança pública de R\$ 26,5 bilhões, correspondente a 1,35% do PIB. As outras duas esferas de governo também apresentaram resultado fiscal positivo, com superávit

de R\$ 17,2 bilhões (0,88% do PIB) nos oito primeiros meses de 2009. As empresas estatais federais registraram déficit primário de R\$ 2,3 bilhões no período, enquanto nas companhias estaduais e municipais os saldos foram positivos: R\$ 1,8 bilhão e R\$ 236 milhões, respectivamente.

**Tabela 3 – Necessidade de Financiamento do Setor Público – Janeiro/Agosto de 2008 – Janeiro/Agosto de 2009**

Discriminação	Valor em R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan./Ago.07	Jan./Ago.08	Jan./Ago.09	Jan./Ago.07	Jan./Ago.08	Jan./Ago.09
Nominal	26 076	17 640	64 833	1,54	0,93	3,30
Juros nominais	105 022	120 494	108 310	6,19	6,35	5,51
Primário	-78 947	-102 853	-43 476	-4,66	-5,42	-2,21
Governo Central	-52 514	-75 704	-26 538	-3,10	-3,99	-1,35
Governos regionais	-24 199	-24 530	-17 220	-1,43	-1,29	-0,88
Empresas estatais	-2 234	-2 619	282	-0,13	-0,14	0,01

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009.

## 6.2 – Estados e Municípios do Nordeste

A análise da arrecadação de tributos pelos estados e municípios do Nordeste tem a sua base de comparação entre os períodos janeiro-agosto de 2009 e janeiro-agosto de 2008. Com relação às Transferências Constitucionais, a comparação se dá entre os períodos janeiro-setembro de 2009 e janeiro-setembro de 2008.

A mais recente posição disponível das Transferências Voluntárias corresponde a maio de 2009, já comentada na Conjuntura Econômica n. 21. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) no Brasil seguiu a evolução verificada no Nordeste, porém de forma mais moderada. Com efeito, em âmbito nacional a arrecadação do ICMS cresceu 1,2%, ante 3,5% na região, evidenciando o impacto menor da crise financeira internacional ocorrida no segundo semestre de 2008.

A evolução da arrecadação do ICMS foi positiva no período analisado. Apenas a Bahia seguiu o caminho inverso, com queda de 4,5% , correspondente a uma perda de R\$ 276 milhões comparativamente ao valor obtido entre janeiro e agosto de 2008. Trata-se do estado nordestino com maior volume de atividade industrial, maior diversificação da pauta de exportações e, por conseguinte, com o flanco mais aberto à crise internacional.

Consequência da manutenção da demanda doméstica na região, um dos principais elementos de combate aos efeitos da crise internacional, a arrecadação do ICMS do setor terciário experimentou expansão em todos os estados nordestinos. Até mesmo na Bahia, que registrou perdas na arrecadação total desse tributo.

O setor terciário responde por 47% da arrecadação total do tributo e acusou crescimento médio de 7,7%. Os melhores desempenhos foram em Pernambuco (12%) e Ceará (10%). Esse fato também deverá ser constatado na análise do comércio e serviços da região.

No caso das transferências constitucionais, o grande impacto da queda dos tributos federais reflete-se em fundos como o FPE e o FPM que têm como base a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo informa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em sua nota técnica *“O que explica a queda recente da receita tributária federal”?*, o baque ocorrido na receita administrada (somatório dos principais impostos e contribuições recolhidos pela Receita Federal) é um fenômeno gerado essencialmente pela crise econômica ou por fatores legais-institucionais.

É possível atribuir preponderantemente à dinâmica da economia brasileira o papel determinante para o crescimento da arrecadação acima do próprio incremento do PIB, como é absolutamente plausível que, em momentos de crise, como essa enfrentada pela economia brasileira desde o quar-

to trimestre do ano passado, a arrecadação caia mais do que proporcionalmente ao retrocesso do PIB. Como a indústria extrativa e de transformação e o setor financeiro representam 26,3% do Valor Adicionado, mas são responsáveis por 61,2% da receita administrada, é de se esperar que uma desaceleração da indústria e do setor financeiro (como a economia brasileira vivenciou recentemente) implique uma redução da arrecadação proporcionalmente superior ao decréscimo do PIB. As receitas administradas caíram em termos reais R\$ 26,5 bilhões no primeiro semestre de 2009, relativamente ao mesmo período de 2008.

Algumas medidas tributárias adotadas neste ano ajudaram a alavancar a arrecadação, levando R\$ 4,9 bilhões aos cofres federais no período de janeiro a setembro. Ainda assim, as desonerações chegaram a R\$ 19,5 bilhões no mesmo período. Para todo o ano, a Secretaria da Receita Federal projeta uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 25 bilhões, em comparação com o resultado de 2008 (ALGUMAS... 2009).

As seções seguintes trazem comentários acerca da evolução da arrecadação de tributos e transferências para estados e municípios nordestinos.

## 6.2.1 - Arrecadação do ICMS

A análise da arrecadação do ICMS no Nordeste<sup>1</sup> (Tabela 1) mostra um crescimento de 3,5% no período janeiro-agosto de 2009, em relação aos oito primeiros meses de 2008. Contudo, descontada a inflação medida pelo IPCA, houve redução de 1,6%. O ICMS também cresceu no Brasil, 1,2% no período analisado, mas em termos reais a queda foi de 3,8%.

O maior crescimento nominal da arrecadação do ICMS no Nordeste, em comparação com a do país, sinaliza que os canais de contaminação da crise internacional encontraram amortecedores diferenciados na região, os quais, numa conjuntura de curto prazo, representam fatores positivos. É o caso da pouca abertura da economia nordestina em relação ao comércio internacional (6,7% do

1 Existem dados ainda provisórios para alguns estados, como Bahia – maio de 2009 e Rio Grande do Norte – agosto de 2009.

PIB, ante 14% para o Brasil como um todo). Ou do emprego público e benefícios de aposentadorias e pensões que fomentam 35% do rendimento total do país e têm significado especial na região. Ou, ainda, o aumento do salário mínimo e a Bolsa Família, que, por terem um peso maior na região, ajudam na redução do impacto da crise.

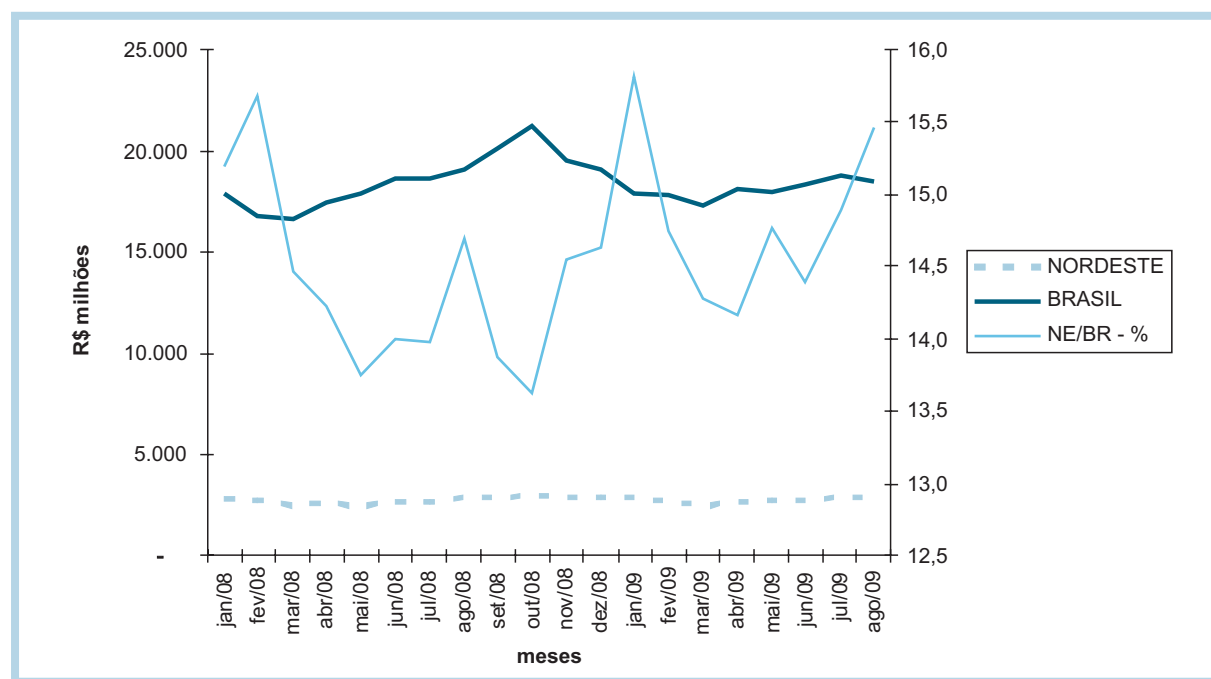
O trabalho do IPEA (2009)<sup>2</sup> infere sobre esses resultados.

A arrecadação do ICMS apresenta um avanço diferenciado em relação aos tributos federais. Enquanto no Brasil o crescimento da arrecadação do ICMS foi da ordem de R\$ 1,8 bilhão, correspondente a 1,2%, no período analisado o ICMS na região Nordeste cresceu R\$ 735 milhões, ou seja, 3,5%. Em termos reais, descontando-se a inflação pelo IPCA, a preços constantes de agosto 2009, a arrecadação do Nordeste sofreu uma queda de

1,6% e a do Brasil caiu 3,8%. A evolução da arrecadação e da relação entre ICMS do Nordeste e do Brasil está representada no Gráfico 1.

Os dados para o Brasil apontam que a arrecadação começa a cair em novembro de 2008 (R\$ 19,1 bilhões). Alcança seu pior momento em março de 2009 (R\$ 17,3 bilhões), quando começa a reagir, mas, mesmo assim, supera as de fevereiro (R\$ 16,8 bilhões) e março de 2008 (R\$ 16,6 bilhões). A arrecadação do ICMS no Nordeste manteve-se em torno de R\$ 2,8 bilhões entre outubro de 2008 e janeiro de 2009. Março de 2009 foi o pior mês, com R\$ 2,5 bilhões. Em abril de 2009 começa a crescer continuamente, chegando a alcançar R\$ 2,9 bilhões em agosto (Gráfico 2).

Três estados nordestinos registraram crescimento relativo superior ao dobro do crescimento



**Gráfico 2 – ICMS Arrecadado e Participação Nordeste / Brasil (%)**

Fonte: BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

2 IPEA: “os programas sociais, aliados ao crescimento da economia e do emprego, propiciaram a redução da proporção de pobres, entre 1989 e 2007, de 44,9% da população para 28,8%. Do total de pobres brasileiros, 48% estão no Nordeste, mas, como o nível de indigência é menor, pode-se inferir que os programas sociais incluíram grupos da sociedade anteriormente alijados do mercado”.

médio da região: Piauí, Maranhão e Pernambuco. O interessante é que os impactos positivos têm origem diferenciada em cada estado, refletindo o peso dos maiores segmentos arrecadadores, de acordo com o perfil da economia.

A arrecadação nos setores secundário e terciário e segmentos petróleo, combustível e lubrificante e energia elétrica representa quase 97% do total de ICMS. Cada um desses segmentos tem peso diferenciado por estado. Petróleo, combustível e lubrificante, por exemplo, representa 28,3% da arrecadação de ICMS do Piauí e 16,1% em Pernambuco. Em contrapartida, o setor terciário responde por 55,7% da arrecadação do ICMS em Pernambuco e 39% no Piauí.

O crescimento da arrecadação do ICMS no Piauí é oriundo, principalmente, do setor secundário – avanço de 22,7% e participação de 15,7% no total – e nos segmentos petróleo, combustível e lubrificante – aumento de 10,8% e participação de 28,3% no total arrecadado.

O crescimento de 9,2% na arrecadação do ICMS em Pernambuco está estritamente relacionado com o desempenho do setor terciário, que

teve aumento de 12% e responde por 55,7% do total recolhido no estado. No Maranhão, o segmento petróleo, combustível e lubrificante é o segundo em importância no total, com participação de 28,5%, e cresceu 11,8% no período. O desempenho desses segmentos na evolução dos citados estados está representado na Tabela 5.

A Bahia é o único estado que sofreu queda de arrecadação (22,1%) de ICMS no segmento petróleo, combustível e lubrificante, que proporciona 21,9% do total estadual. O segmento energia elétrica retrocedeu 4,6%, tendo uma participação de 9,8% do recolhimento total. No setor secundário, um dos mais representativos da economia baiana, no qual se localizam as cadeias produtivas da petroquímica e de automóveis, o crescimento foi de apenas 0,7% no período analisado.

Levando-se em conta que, exceto Bahia e Rio Grande do Norte, os demais estados do Nordeste obtiveram aumentos superiores a 5% no recolhimento de ICMS, é de se concluir que o tímido aumento de 3,5% no Nordeste deve-se ao desempenho negativo da Bahia, que tem uma participação de 30% do total do ICMS arrecadado na região.

**Tabela 4 – Arrecadação do ICMS (Valores em R\$ Mil)**

Discriminação	Janeiro-Agosto			Janeiro-Agosto (Valores corrigidos) *		
	2008	2009	Var. %	2008	2009	Var. %
Maranhão	1.483.690	1.606.741	8,3	1.519.977	1.598.623	5,2
Piauí	899.841	994.869	10,6	921.609	989.832	7,4
Ceará	3.017.008	3.198.796	6,0	3.088.339	3.182.691	3,1
Rio Grande do Norte	1.462.013	1.528.385	4,5	1.497.441	1.520.519	1,5
Paraíba	1.254.307	1.335.204	6,4	1.285.092	1.328.443	3,4
Pernambuco	3.928.999	4.290.636	9,2	4.025.856	4.268.895	6,0
Alagoas	1.019.517	1.074.871	5,4	1.045.177	1.069.112	2,3
Sergipe	866.258	913.769	5,5	887.010	909.005	2,5
Bahia	6.796.847	6.520.587	-4,1	6.963.341	6.487.381	-6,8
Nordeste	20.728.480	21.463.858	3,5	21.233.842	21.354.501	0,6

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Nota:** \* Os valores de todos os meses foram indexados para agosto de 2009, índice: IGP-DI. 1. Previsões: Bahia - maio e Rio Grande do Norte - agosto.

**Tabela 5 – Detalhamento dos Itens Relevantes na Arrecadação do ICMS**

Discriminação	Piauí		Pernambuco		Maranhão		Bahia	
	Var. (%) <sup>1</sup>	Participação (%) <sup>2</sup>	Var. (%) <sup>1</sup>	Participação (%) <sup>2</sup>	Var. (%) <sup>1</sup>	Participação (%) <sup>2</sup>	Var. (%) <sup>1</sup>	Participação (%) <sup>2</sup>
Setor Terciário	8,2	39,0	12,0	55,7	6,3	41,7	5,9	42,1
Setor Secundário	22,7	15,7	7,7	15,7	7,6	18,7	0,7	23,4
Petróleo, Comb. e Lub.	10,8	28,3	4,6	16,1	11,8	28,5	-22,1	21,9
Energia Elétrica	4,8	10,2	2,8	11,4	8,9	8,1	-4,6	9,8

**Fonte:** BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. janeiro-agosto de 2009/janeiro-agosto de 2008. 2. Participação na arrecadação do ICMS em 2009.

## 6.2.2 - Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)<sup>3</sup>. O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em 1989, os secretários estaduais de fazenda e finanças de todo o país definiram o coeficiente individual para cada Unidade da Federação, conforme disposto no anexo da Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989. Para calcular o valor do FPE devido a cada estado, multiplica-se o valor do FPE total, que é informado pela Secretaria do Tesouro ao Banco do Brasil, pelo respectivo coeficiente individual.

A lógica da definição dos coeficientes individuais dos estados, para distribuição do FPE, estabelecidos pelos secretários estaduais em 1989, não foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe observar que, no Nordeste, os quatro maiores estados e, também os com maiores economias (em ordem alfabética: Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco) detêm os mais altos coeficientes: 9,4%, 7,3%, 7,2% e 6,9%, respectivamente. Os coeficientes dos demais estados variam em torno dos 4%.

A distribuição dos recursos do FPM aos municípios se dá de acordo com a população estimada pelo IBGE. A partir desse levantamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixa o coeficiente de participação do município, com base no disposto no Decreto-Lei n. 1.881/81.

Como comentado no início deste capítulo, a distribuição dos recursos para os estados via Transferências Constitucionais (FPE e FPM) foi impactada pela crise internacional e consequente queda na arrecadação dos tributos federais. O Gráfico 3 ilustra a evolução das Transferências Constitucionais. O pico do FPM em dezembro de

3 Atualmente as transferências de FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Emenda Constitucional n. 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, determinando que deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, a ser entregue no primeiro decêndio de dezembro de cada ano. Desde março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Esse índice mudou para 18,33% em 2008 e para 20% em 2009.

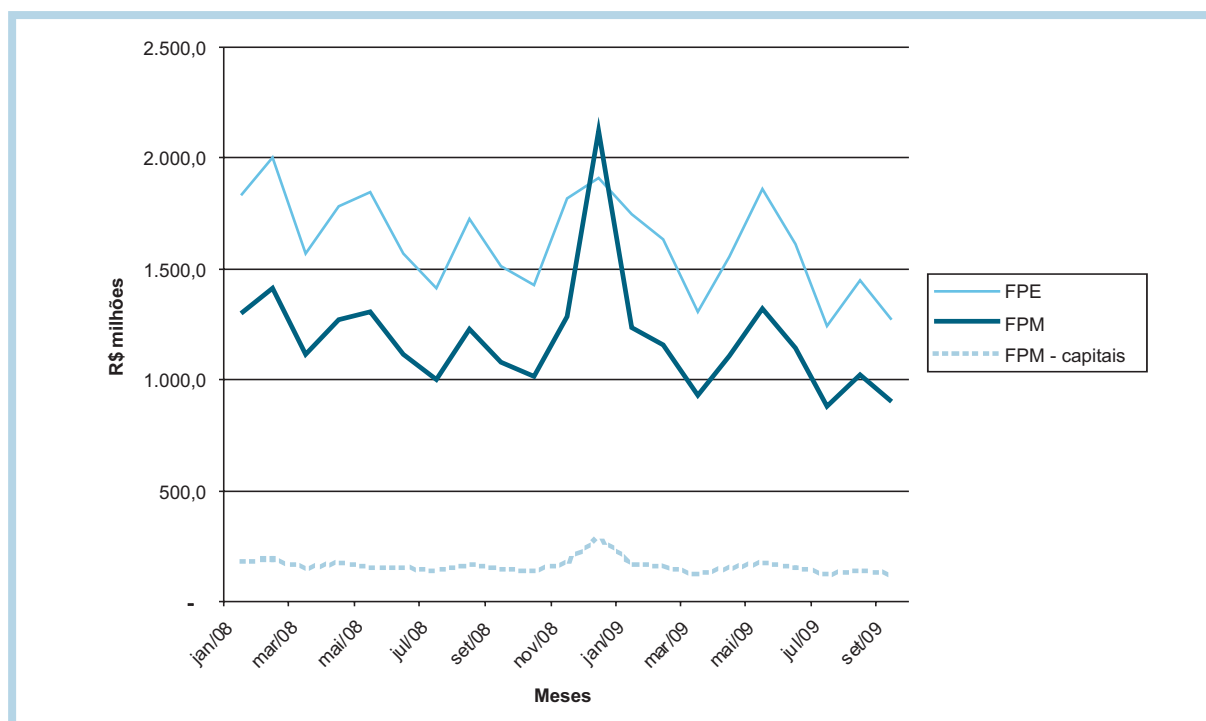
2008 deve-se ao repasse de mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, entregue no primeiro decêndio daquele mês.

Utilizando-se os dados de 2008 e do período janeiro-setembro de 2009 e analisando-se a linha de tendência dos fundos constitucionais no tempo, observa-se, a cada mês adicional, a expectativa de queda em torno de 0,9% nas Transferências Constitucionais (FPE, FPM e FPM – Capitais)<sup>4</sup>. A reversão dessa tendência deve acontecer em 2010, com a retomada do crescimento do país nos padrões pré-crise.

Na comparação de janeiro-setembro de 2009 com o mesmo período de 2008, o FPE caiu R\$ 1,2 bilhão ou 7,8%. Em termos percentuais, a perda é igual para todos os estados. Em termos reais, a preços constantes de setembro de 2009 (IPCA), a queda foi de R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 12,3%.

No caso do FPM, a região deixou de receber R\$ 848 milhões do FPM (-8%) no mesmo período analisado. Em termos reais, os municípios perderam em torno de R\$ 1,4 bilhão ou 12,5%. As perdas das capitais foram um pouco superiores, em termos percentuais, alcançando R\$ 118 milhões (8,3%). Em termos reais, as capitais deixaram de receber R\$ 192 milhões (12,8%). Veja mais detalhes na Tabela 6.

As perdas de Transferências Constitucionais sofridas por municípios diferem de estado para estado. Nos municípios do Piauí, por exemplo, foram as mais baixas no tocante a FPM (5,8%) e FPM – Capitais (6,2%). Por sua vez, Sergipe teve as maiores perdas no que tange a FPM (10,4%) e FPM – Capitais (17,4%), acompanhado de perto pelo Rio Grande do Norte, com 9,6% e 16,4%, respectivamente.



**Gráfico 3 – Transferências Constitucionais – Nordeste**

Fonte: BRASIL, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

4 O modelo utilizado foi LN (fundo) e tempo (meses).

**Tabela 6 – FPE e FPM – Janeiro-Setembro – R\$ Milhões**

ESTADOS	FPE		FPM			FPM - Capitais		
	2008	2009	2008	2009	Var. %	2008	2009	Var. %
Alagoas	1.181	1.089	706	649	-8,1	151	140	-7,1
Bahia	2.667	2.459	2699	2.491	-7,7	217	202	-7,1
Ceará	2.082	1.920	1551	1.425	-8,1	302	280	-7,1
Maranhão	2.049	1.889	1240	1.139	-8,1	151	140	-7,1
Paraíba	1.359	1.253	959	883	-8,0	121	112	-7,1
Pernambuco	1.958	1.806	1492	1.373	-8,0	169	157	-7,1
Piauí	1.226	1.131	739	696	-5,8	121	113	-6,2
Rio Grande do Norte	1.186	1.093	749	678	-9,6	97	81	-16,4
Sergipe	1.179	1.087	443	397	-10,4	87	72	-17,4
<b>Nordeste</b>	<b>14.887</b>	<b>13.727</b>	<b>10.578</b>	<b>9.730</b>	<b>-8,0</b>	<b>1.415</b>	<b>1.297</b>	<b>-8,3</b>

**Fonte:** SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Nota:** Os valores já estão descontados para o FUNDEB, 18,33% em 2008, e 20% em 2009.

## REFERÊNCIAS

ALGUMAS medidas fiscais reforçam o caixa de 2009. **Valor on Line**. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/?impresso/financas/>>. Acesso em: 21 out. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 15 out. 2009

FUNCEx. Sistema de Informações IEA/Funcex. Disponível em: <<http://testesi.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=24109&idcontato=1004&origem=fiqu...>>. Acesso em: 21 out. 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desafios do Desenvolvimento, **Políticas públicas: erros e acertos**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 20 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica **“O que explica a queda recente da receita tributária federal”?**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826\\_NotaTecTribut.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826_NotaTecTribut.pdf). Acesso em: 20 Out, 2009b.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Transferências constitucionais e voluntárias**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Relatório mensal da dívida pública federal. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Transferências constitucionais e voluntárias**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.



# 7 - Intermediação Financeira

**D**e acordo com o relatório World Economic Outlook (INTERNACIONAL MONETARY FUND, 2009), de outubro de 2009, editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a recessão global está chegando ao fim. Conforme o documento, “a economia mundial parece expandir-se de novo, empurrada pelo forte desempenho das economias asiáticas e a estabilização ou modesta recuperação no resto do planeta”. Adverte, no entanto, que a recuperação poderá ser lenta. Na margem, persistem algumas incertezas quanto à sustentabilidade dessa retomada, devido ao elevado custo das políticas fiscal e monetária implementadas, em boa parte de forma heterodoxa, bem como à demorada reativação do mercado de trabalho.

No Brasil, os efeitos negativos da crise financeira internacional começam a ser vistos como algo sem gravidade, indicando que a recessão já foi superada, haja vista o crescimento da economia em 1,9% no segundo trimestre de 2009, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aliás, ainda segundo o FMI, a recuperação da América Latina também teve início no segundo trimestre de 2009, liderada pelo Brasil.

Um ano após a agudização da crise financeira global, seus efeitos sobre o mercado de crédito podem ser vistos agora com maior clareza. Nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos, a intermediação financeira praticamente entrou em colapso, devido ao elevado grau de incerteza e da volatilidade dos mercados, depois da quebra do banco americano Lehman Brothers, em setem-

bro do ano passado. Entretanto, a pronta intervenção dos bancos centrais europeus e americano, mediante execução de programas de saneamento e injeção de bilionárias somas de recursos públicos nos bancos em dificuldade, evitou o risco sistêmico do mercado financeiro internacional.

No âmbito nacional, esses efeitos foram mais atenuados, tendo em vista algumas especificidades do mercado de crédito brasileiro (moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e eficientes controles exercidos pelo Banco Central) e a pronta ação do Governo Federal, mediante adoção de políticas monetárias tempestivas e eficientes (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros), e da ação dos bancos públicos, que ampliaram bastante suas operações de crédito, compensando quase que integralmente a redução das operações dos bancos privados, responsáveis por quase dois terços dos empréstimos bancários do país.

Na prática, o sistema bancário nacional experimentou uma leve retração apenas no final do ano passado, começando a recuperar-se já a partir de fevereiro. Em julho último, já exibiu um robusto resultado, tanto para as operações de crédito como para os depósitos bancários. Entretanto, foram observados alguns efeitos colaterais da crise financeira internacional, sob a forma de pequena deterioração na qualidade do crédito, explicitada por elevações nas taxas de risco, inadimplência e provisões.

De qualquer forma, as autoridades monetárias continuam a fazer intervenções e ajustes, para

proporcionar melhorias no funcionamento e ampliação da oferta de crédito. Assim, através da Circular n. 3.471, o Banco Central (Bacen) reduziu pela metade o Fator de Ponderação de Risco (FPR) dos bancos, que passou de 11% para 5,5%, em operações destinadas às micros, pequenas e médias empresas cobertas pelo Fundo Garantidor de Operações, gerido pelo Banco do Brasil (BB), e pelo Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O FPR está previsto no Acordo de Basileia e define o mínimo necessário de capital que os bancos são obrigados a reservar para fazer frente às perdas decorrentes da inadimplência em suas operações. Na prática, essa redução significa um aumento na oferta do crédito para o já referido grupo de empresas – cujo limite poderá até dobrar de valor –, uma diminuição dos juros cobrados e também um benefício para os

bancos, já que poderão provisionar menos recursos próprios para cobrir os riscos das operações.

Outra medida que vai beneficiar o mercado de crédito é o novo serviço de Débito Direto Autorizado (DDA), lançado agora pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que já recebeu a adesão de mais de 70 instituições financeiras. Trata-se de um novo serviço de apresentação eletrônica de boletos, que os bancos passarão a oferecer aos clientes, pessoa física ou jurídica, via Internet, caixa eletrônico e telefone. Através dos referidos instrumentos, o cliente, devidamente cadastrado no banco, poderá visualizar o boleto de cobrança, e, se concordar, autorizará o pagamento mediante débito em conta. Além das facilidades aos usuários, o DDA vai desestimular o uso e impressão de documentos em papel, proporcionando redução de despesa com expedição e postagem.

## 7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

De acordo com informações fornecidas pelo Bacen, o saldo dos depósitos bancários no Brasil alcançou, no final de julho, R\$ 2.024,2 bilhões, com aumento real de 12,6%, na comparação anual. Vale destacar que os depósitos captados pelos bancos públicos cresceram 19,4%, correspondendo a mais que o dobro da expansão verificada nos bancos privados (9,4%). No âmbito dos bancos oficiais, o maior crescimento no saldo dos depósitos foi do BB (+21,7%), seguido pela Caixa (+19,3%) e bancos estaduais (+17,2%). Os depósitos dos bancos federais, excetuando-se o BB, tiveram diminuição real de 24,7%.

Ademais, a participação do saldo dos depósitos bancários no total do PIB brasileiro vem aumentando sistematicamente. Em julho do ano passado, registrava-se a proporção de 60,7%,

passando para 69,5%, em julho último. Esse resultado revela que os depósitos bancários vêm crescendo a um ritmo bem superior ao de expansão da economia brasileira.

No final de julho, o saldo das operações de crédito realizadas pelo sistema bancário brasileiro alcançou R\$ 1.311,4 bilhões, 20,6% a mais em termos reais sobre os números de julho de 2008. Em decorrência desse resultado, a relação operações de crédito/PIB evoluiu de 36,7% para 45%, no período considerado. Esses números comportam pelo menos duas leituras: as operações de crédito no país vêm crescendo a um ritmo bastante superior ao da expansão da economia, e os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o mercado de crédito nacional foram totalmente superados.

**Tabela 1 – Brasil. Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira – Julho de 2008 e 2009**

Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Julho 2008	Julho 2009	Variação Real % <sup>(1)</sup>	Participação Julho/2009, em %	Depósito/PIB <sup>(2)</sup> , em %	
					julho/2008	julho/2009
Banco do Brasil	277.388	337.847	21,7	16,7	9,4	11,6
Caixa Econômica Federal	196.063	234.050	19,3	11,6	6,6	8,0
Bcos. Federais, exceto BB	9.378	7.069	-24,7	0,3	0,3	0,2
Bancos Estaduais	75.146	88.164	17,2	4,4	2,5	3,0
Bancos Privados	1.238.703	1.357.068	9,4	67,0	41,9	46,6
<b>Total</b>	<b>1.796.678</b>	<b>2.024.198</b>	<b>12,6</b>	<b>100,0</b>	<b>60,7</b>	<b>69,5</b>
Bancos Públicos	557.975	667.130	19,4	33,0	18,9	22,9
Bancos Privados <sup>(3)</sup>	1.238.703	1.357.068	9,4	67,0	41,9	46,6

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b e 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.<sup>(1)</sup> Foi utilizado o IGP-DI como deflator.<sup>(2)</sup> Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.<sup>(3)</sup> Nacionais e Estrangeiros.

No período de 12 meses terminado em julho, o maior crescimento real no saldo das operações de crédito (Tabela 2) foi experimentado pelo setor público (+176,6%), especialmente pelo aumento dos empréstimos concedidos ao Governo Federal (+762,3%). As operações realizadas com o setor

privado, que absorve 95,9% dos créditos concedidos, aumentaram 17,8% nesse período fortemente influenciado pelos empréstimos imobiliários (+41,8%), elevação provocada pelo lançamento do programa *Minha Casa, Minha Vida* e pela redução do IPI incidente sobre materiais de construção.

**Tabela 2 – Brasil. Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos – Julho de 2008 e 2009**

R\$ Milhões Correntes

Usos e Fontes dos Recursos	Julho 2008	Julho 2009	Variação Real % <sup>(1)</sup>	Participação Julho/2009, %	Operações/PIB <sup>(2)</sup>	
					Julho/2008, %	Julho/2009, %
<b>1. Usos dos Recursos</b>	<b>1.085.896</b>	<b>1.311.371</b>	<b>20,6</b>	<b>100,0</b>	<b>36,7</b>	<b>45,0</b>
1.1.Setor Público	19.494	53.967	176,6	4,1	0,7	1,9
Gov. Federal	3.935	33.966	762,3	2,6	0,1	1,2
Gov. Est. e Mun.	15.559	20.001	28,4	1,5	0,5	0,7
1.2.Setor Privado	1.066.402	1.257.404	17,8	95,9	36,0	43,1
Indústria	248.316	297.654	19,8	22,7	8,4	10,2
Habitação	54.218	76.940	41,8	5,9	1,8	2,6
Rural	98.763	106.353	7,6	8,1	3,3	3,6
Comércio	112.814	121.563	7,6	9,3	3,8	4,2
Pessoas Físicas	365.375	436.041	19,2	33,3	12,3	15,0
Outros Serviços	186.916	218.853	17,0	16,7	6,3	7,5
<b>2. Fontes dos Recursos</b>	<b>1.085.896</b>	<b>1.311.371</b>	<b>20,6</b>	<b>100,0</b>	<b>36,7</b>	<b>45,0</b>
2.1. Livres	778.366	903.584	16,0	68,9	26,3	31,0
2.2.Direcionados <sup>(3)</sup>	307.530	407.787	32,5	31,1	10,4	14,0

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.<sup>(1)</sup> Foi utilizado o IGP-DI como deflator.<sup>(2)</sup> Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE.<sup>(3)</sup> Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

No que respeita à sua origem, as operações financiadas com recursos direcionados (recursos compulsórios ou governamentais) experimentaram um crescimento real de 32,5%, enquanto as operações feitas com recursos livres aumentaram 16%. Esses números mostram, de forma bastante clara, o esforço realizado pelo Governo Federal para superar os efeitos da crise financeira global, mediante expansão da oferta de crédito dos bancos públicos para financiamento das atividades econômicas.

Não obstante o nível de atividade do mercado de crédito nacional tenha se normalizado, exibindo taxas positivas de expansão, a qualidade do crédito, como efeito retardado, ainda registra os efeitos colaterais da contaminação pela crise

financeira internacional. Assim, a inadimplência, que corresponde à proporção das operações com atraso há mais de 90 dias, em relação ao volume total dos créditos concedidos, aumentou de 3,2%, em dezembro do ano passado, para 4,3% em julho último. No mesmo período, as operações de risco 1, ou seja, aquelas com atraso de pagamento de 61 a 180 dias, cresceram de 4,8% para 5,9%, enquanto as operações de risco 2, com atraso de pagamento superior a 180 dias, evoluíram de 2,9% para 3,7%. Os níveis de provisão também foram ampliados, elevaram-se de 5,3% para 7,3%, segundo informações disponibilizadas pelo Bacen (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b).

## 7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

A intermediação financeira no Nordeste praticamente não foi afetada pela crise financeira internacional. Os bancos públicos, que respondem por cerca de dois terços das operações de crédito na região, foram os responsáveis por essa imunização à crise, ampliando não só seus empréstimos, como sua participação no mercado de crédito nordestino, contribuindo assim para a manutenção dos canais de crédito para o financiamento das atividades econômicas da região. Uma boa notícia é que, no Nordeste, os bancos privados, depois de uma discreta retração no final do ano passado, também voltaram a expandir suas operações de crédito.

Segundo informações divulgadas pelo Bacen, o saldo dos depósitos bancários no Nordeste alcançou, no final de julho, R\$ 110,6 bilhões, com aumento real de 34,2% sobre a posição de julho do ano passado, quase o triplo do índice obtido em âmbito nacional (12,6%). Convém mencionar

que, no Nordeste, a elevação dos depósitos foi liderada pelos bancos privados, com 46,3%, sendo de 27,8% o crescimento registrado pelos bancos públicos. Nesse último grupo, os maiores incrementos dos depósitos foram do Banco do Brasil (32,1%), Caixa Econômica (24,3%) e Banco do Nordeste (19,1%).

No final de julho, a Bahia foi responsável pela maior captação de depósitos bancários, respondendo por 27% do total regional, seguida por Pernambuco (25,6%), Ceará (19,6%) e Maranhão (5,6%), guardando-se, assim, a proporcionalidade em relação aos portes das respectivas economias.

Em termos de depósitos bancários, o melhor desempenho verificou-se em Pernambuco (69,7%), seguido pela Bahia (38,8%), Maranhão (25,6%) e Rio Grande do Norte (21,9%).

De outra parte, no final de julho, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste

**Tabela 3 – Nordeste. Evolução Real<sup>1</sup> e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados**

Posição em Final de Julho/2009

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Real Julho-09/Julho-08	Participação Est/NE, Julho/09	Variação Real Julho-09/Jul-08	Participação Est/NE, Julho/09
Maranhão	25,6	5,6	24,3	6,8
Piauí	19,2	3,2	29,0	4,4
Ceará	17,4	19,6	19,6	13,9
Rio Grande do Norte	21,9	5,0	24,1	5,8
Paraíba	19,5	5,0	18,5	5,9
Pernambuco	69,7	25,6	17,5	22,4
Alagoas	18,2	3,8	20,4	4,5
Sergipe	11,7	5,1	21,7	4,4
Bahia	38,8	27,0	45,7	31,9
NORDESTE <sup>2</sup>	34,2	100,0	27,5	100,0
BRASIL	12,6	...	20,6	...

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b e 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(1) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(2) No Nordeste, no final de julho de 2009, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 110,6 bilhões e as operações de crédito R\$ 73,3 bilhões.

atingiu R\$ 73,3 bilhões<sup>1</sup>, com expansão real de 27,5%, na comparação anual, um pouco acima do crescimento experimentado pelo sistema bancário brasileiro (20,6%). Na região, os bancos públicos ampliaram seus empréstimos em 32,5%. Um fato positivo é que os bancos privados regionais também expandiram suas operações de crédito (18,7%), enquanto em âmbito nacional a banca privada as reduzia em 1,1%, entre as duas datas consideradas. Cabe destacar que, entre os bancos públicos, o maior desempenho nas operações de crédito coube ao BNB (41,4%), seguindo-se Caixa Econômica (41,1%), Banco do Brasil (28%) e bancos estaduais (14,1%).

Na posição de julho de 2009, a Bahia absorveu 31,9% do total das operações de crédito realizadas no Nordeste, seguida por Pernambuco (22,4%), Ceará (13,9%) e Maranhão (6,8%). A Bahia também apresentou o maior crescimento

das operações de crédito (45,7%), bem superior aos resultados alcançados pelo Piauí (29%), Maranhão (24,3%) e Rio Grande do Norte (24,1%).

A participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB do Nordeste tem sido crescente em períodos recentes, evoluindo de 15,4%, em julho de 2008, para 18,3%, em julho último, segundo estimativas feitas pelo BNB/Etene. Entretanto, esse coeficiente pode ser considerado bastante baixo, uma vez que, em âmbito nacional, a proporção alcançou 45%, em julho último. Esse resultado comporta pelos menos duas observações: a intermediação financeira ainda pode crescer muito no contexto da economia nordestina e há um amplo espaço de mercado a ser ocupado pela banca privada.

De outra parte, convém registrar que, no final de julho último, metade das operações de crédito realizadas no Nordeste correspondia a

<sup>1</sup> Este valor não inclui as operações do BNDES realizadas no Nordeste, que não figuram no levantamento do SISBACEN. Em nível nacional, entretanto, o crescimento das operações de crédito de 20,6% inclui as operações do BNDES. Se forem excluídos os empréstimos do referido banco, o crescimento real das operações de crédito em nível nacional cairia para 16,9%.

**Tabela 4 – Nordeste. Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira**

Julho de 2008 e 2009

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
<b>Depósitos</b>								
Julho de 2008	27.131	21.427	3.067	3.555	1.763	53.876	28.447	82.323
Julho de 2009	35.884	26.659	3.655	4.317	2.054	68.914	41.671	110.585
<b>Variação real, em % (a)</b>	<b>32,1</b>	<b>24,3</b>	<b>19,1</b>	<b>21,3</b>	<b>16,4</b>	<b>27,8</b>	<b>46,3</b>	<b>34,2</b>
Participação Jul/09	32,4	24,1	3,3	3,9	1,9	62,3	37,7	100,0
<b>Operações de Crédito</b>								
Julho de 2008	19.140	11.435	3.648	5.131	781	36.487	20.950	57.437
Julho de 2009	24.526	16.156	5.164	6.814	892	48.388	24.892	73.280
<b>Variação real, em % (a)</b>	<b>28,0</b>	<b>41,1</b>	<b>41,4</b>	<b>32,7</b>	<b>14,1</b>	<b>32,5</b>	<b>18,7</b>	<b>27,5</b>
Participação Jun/09	33,5	22,0	7,0	9,3	1,2	66,0	34,0	100,0

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais, agroindustriais e imobiliários) respondiam por 34,4% do total dos créditos concedidos. Em âm-

bito nacional, essa distribuição proporcional é um pouco parecida. Em julho, as operações de curto prazo eram responsáveis por 41,3% do total, enquanto as de longo prazo correspondiam a 33,9%.

**Tabela 5 – Nordeste. Discriminação das Principais Operações de Crédito**

Julho de 2008 e 2009

Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Julho 2008	Julho 2009	Variação Real, em % (*)	Participação Julho/09, em %
<b>Operações de Crédito</b>	<b>57.437</b>	<b>73.280</b>	<b>27,5</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	30.338	37.297	22,8	50,9
Financiamentos	8.152	8.915	9,3	12,2
Financiamentos Rurais	5.900	6.454	9,3	8,8
Financiamentos Agroindustriais	227	377	65,9	0,5
Financiamentos Imobiliários	6.250	9.473	51,4	12,9
Outros Créditos	6.570	10.764	63,7	14,7

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(\*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

## 7.3 - BNB - Taxas de Juro, Depósitos e Operações de Crédito

Em suas operações de crédito, o BNB vem praticando taxas de juros bastante competitivas, situando-se bem abaixo da média do mercado bancário brasileiro. Além disso, a sua classificação vem melhorando gradativamente, conforme pesquisa semanal iniciada pelo Bacen, em janeiro de 2009.

O seu destaque torna-se mais visível nas operações realizadas com pessoas jurídicas. Assim, no período de 23 a 29 de setembro último, o BNB foi o banco brasileiro a cobrar a segunda menor taxa de juros no desconto de duplicata, ocupando ainda, nesse indicador, a 11ª posição nas operações de capital de giro prefixado e a 12ª colocação nas operações de conta garantida. Para pessoas físicas, a taxa de juros cobrada pelo BNB

no cheque especial foi a 14ª mais baixa, enquanto no crédito pessoal ocupou a 28ª posição.

Duas outras informações relevantes podem ser extraídas da pesquisa semanal do Bacen. A primeira é que a média das taxas de juros cobradas pelos bancos públicos situa-se bem abaixo da média cobrada pelos bancos particulares. A segunda é o elevado coeficiente de variação das taxas de juros das principais operações de crédito, dado pela relação desvio-padrão/média, cujo maior valor foi registrado nas operações de crédito pessoal.

O saldo dos depósitos captados pelo BNB<sup>2</sup> alcançou, no final de julho último, R\$ 3,7 bilhões na

**Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro**

Período de 23 a 29 de Setembro de 2009

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)					Posição do BNB	Nº. Bancos Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	Coeficiente Variação <sup>1</sup>		
Pessoa Física							
Cheque especial	6,31	6,40	2,01	9,04	36,41	14º	35
Crédito pessoal	2,32	4,74	0,85	22,07	91,98	28º	97
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	1,61	2,80	0,99	6,16	30,36	2º	47
Capital de giro prefixado	1,44	2,26	0,81	6,19	39,82	11º	73
Conta garantida	2,37	3,72	1,40	8,50	45,97	12º	42

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

<sup>1</sup> Dado pela relação desvio padrão/média e indica o índice de variabilidade das taxas em relação à média.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

2 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 4,3 bilhões, no final de julho de 2009.

região, assinalando crescimento real de 19,1% em relação a julho de 2008, contra incremento médio relativo de 34,2% registrado para o sistema bancário como um todo no Nordeste. Em decorrência desse resultado, a participação do BNB no saldo total dos depósitos do Nordeste caiu de 3,7% para 3,3% entre as duas posições consideradas.

Entre os estados, o principal destaque ficou por conta dos depósitos recebidos pelas agências do BNB no Rio Grande do Norte, com elevação de 59,9%, seguindo-se os resultados alcançados por Alagoas (+57%), Maranhão (+48,6%) e Paraíba (+45,3%).

Em termos de participação relativa, em julho último o Ceará concentrava a maior parcela (45,9%) dos depósitos captados pelo BNB na região, seguindo-se a Bahia (16,6%), Pernambuco (11%) e Maranhão (6,9%).

De outra parte, o saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB na região alcançou R\$ 5,2 bilhões no final de julho, aumento real de 41,4% sobre os números de julho de 2008, bem superior, em termos relativos, ao crescimento registrado no Nordeste (27,5%). Como consequência disso,

a participação do BNB, no saldo total das operações de crédito regional, passou de 6,3% para 7% entre as duas posições analisadas.

Em âmbito estadual, vale sublinhar o desempenho das operações de crédito realizadas pelo BNB no Ceará, com expansão real de 87,8% no período considerado, seguindo-se os aumentos apresentados por Alagoas (51,8%), Piauí (47,2%) e Sergipe (42,7%).

Embora tenha exibido o maior crescimento relativo, o Ceará absorveu apenas 17,7% das operações de crédito do BNB realizadas na região. A maior parcela dos recursos destinou-se à Bahia (30,1%), ficando o terceiro lugar com Pernambuco (9%) e a quarta posição com o Maranhão (8,8%).

Por outro lado, vale registrar os resultados obtidos pelo Crediamigo, programa de microcrédito produtivo gerido pelo BNB, objetivando fortalecer pequenos empreendimentos. De janeiro a agosto, foram contratadas 788 mil operações (aumento de 26%), correspondendo a uma injeção de recursos da ordem de R\$ 917,2 milhões (incremento real de 37,7%), com valor médio de R\$ 1.163,55 por operação de crédito. O programa

**Tabela 7 – BNB – Evolução Real<sup>1</sup> e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Julho/2009**

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Real Julho-2009/Julho-2008	Participação Est./NE, Julho/2009	Variação Real Julho-2009/Julho-2008	Participação Est./NE, Julho/2009
Maranhão	48,6	6,9	27,0	8,8
Piauí	31,6	2,9	47,2	8,7
Ceará	14,7	45,9	87,8	17,7
Rio Grande do Norte	59,9	4,9	23,4	6,7
Paraíba	45,3	4,2	31,3	5,8
Pernambuco	8,1	11,0	20,8	9,0
Alagoas	57,0	2,8	51,8	7,5
Sergipe	7,8	4,8	42,7	5,7
Bahia	12,5	16,6	34,3	30,1
NORDESTE	19,1	100,0	41,4	100,0

**Fonte:** BNB, 2009.

<sup>1</sup> Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

atende a uma clientela predominantemente feminina (65%), com uma taxa de inadimplência (total de créditos com reembolso em atraso vencidos há mais de 90 dias) de apenas 1,3%, bem aquém da média das operações de crédito do sistema bancário brasileiro (4,3%) (BNB, 2009b).

No período considerado, o Ceará concentrou 28,4% das contratações do Crediamigo, seguindo-se o Maranhão (12,7%), a Bahia (11,8%) e o Piauí (11%).

Destaque-se, ainda, no âmbito das ações de crédito do BNB, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. No período de janeiro a agosto deste ano, foram contratadas pelo BNB 209 mil operações, significando um ingresso líquido de recursos da ordem de R\$ 496,4 milhões (aumento real de 13,7%). A maior parcela de recursos do Pronaf destinou-se ao Ceará (22,4%), seguindo-se a Bahia (20,3%), Pernambuco (13,4%) e Maranhão (11%).

A participação do BNB no âmbito do sistema bancário regional torna-se mais robusta quando são acrescentadas as operações de crédito realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Com essa adição, o saldo atingiu R\$ 27,4 bilhões no final de julho, aumento real de 20,4% sobre a posição de julho do ano passado. Desse montante, 76,9% foram direcionados para operações de longo prazo, representando a marca característica do principal banco de fomento da região. A título de comparação, registre-se que, enquanto isso, as operações de longo prazo do sistema bancário regional alcançaram apenas 34,4% do total das aplicações, ou seja, menos da metade do índice obtido pelo BNB.

De outra parte, o conjunto formado por BNB e FNE foi responsável, em julho, por 28,7% de todo o crédito ofertado no Nordeste, respondendo, ainda, por 55,1% de todos os financiamentos concedidos à indústria, comércio e serviços e por 68,7% de todo o crédito rural aplicado na região.

**Tabela 8 – BNB - Evolução Real<sup>1</sup> e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Agosto de 2009**

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Real <sup>2</sup>	Participação Estado/NE <sup>3</sup>	Variação Real <sup>2</sup>	Participação Estado/NE <sup>3</sup>
Maranhão	51,3	12,7	-5,4	11,0
Piauí	31,7	11,0	15,9	9,3
Ceará	35,5	28,4	9,8	22,4
Rio Grande do Norte	45,1	6,0	-2,9	6,8
Paraíba	29,6	6,7	-21,8	4,6
Pernambuco	28,9	8,2	34,6	13,4
Alagoas	40,0	6,0	15,4	6,4
Sergipe	34,6	4,9	3,7	5,8
Bahia	44,1	11,8	25,3	20,3
NORDESTE	37,7	100,0	13,7	100,0

Fonte: BNB, 2009b.

<sup>1</sup> Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

<sup>2</sup> Variação real do valor das contratações no período de janeiro/agosto-2009, em relação a janeiro/agosto-2008.

<sup>3</sup> Participação dos estados no período de janeiro/agosto-2009.

Obs.: No período de janeiro-agosto/2009, o valor das contratações do CREDIAMIGO alcançou R\$ 917,2 milhões e do PRONAF R\$ 422,0 milhões.

**Tabela 9 – Nordeste. Discriminação das Principais Operações de Crédito – Saldos em Julho de 2008 e 2009**

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB <sup>(1)</sup> (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Julho de 2008							
Total das Operações de Crédito	3.648	19.062	22.710	57.437	76.499	6,4	29,7
Empréstimos e Títulos Descontados	822	1.279	2.101	30.338	31.617	2,7	6,6
Financiamentos	1.153	6.013	7.166	8.152	14.165	14,1	50,6
Financiamentos Rurais (²)	1.392	10.694	12.086	6.127	16.821	22,7	71,9
Outros Créditos	281	1.076	1.357	12.820	13.896	2,2	9,8
Julho de 2009							
Total das Operações de Crédito	5.164	22.212	27.376	73.280	95.492	7,0	28,7
Empréstimos e Títulos Descontados	2.070	2.761	4.831	37.297	40.058	5,6	12,1
Financiamentos	1.345	7.938	9.283	8.915	16.853	15,1	55,1
Financiamentos Rurais (²)	1.476	10.297	11.773	6.831	17.128	21,6	68,7
Outros Créditos	273	1.216	1.489	20.237	21.453	1,3	6,9
Variação Real (³) em %, Jul-09/Jul-08							
Total das Operações de Crédito	41,4	16,4	20,4	27,5	24,7	...	...
Empréstimos e Títulos Descontados	151,6	115,7	129,7	22,8	26,6	...	...
Financiamentos	16,5	31,9	29,4	9,3	18,9	...	...
Financiamentos Rurais (²)	5,9	-3,8	-2,7	11,4	1,7	...	...
Outros Créditos	-2,9	12,9	9,6	57,7	54,2	...	...

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c e BNBb. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

<sup>(1)</sup> Operações realizadas nos Estados do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extrarregionais, era de R\$ 4.517 milhões, em julho/2008, e de R\$ 7.230 milhões, em julho/2009.

<sup>(2)</sup> Inclui também os financiamentos agroindustriais.

<sup>(3)</sup> Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

**Nota:** O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 145ª reunião do COPOM**, 2 set. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central**, set. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Sisbacen**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2009c.

\_\_\_\_\_. **Taxas de juros de operações de crédito**: período de 23 a 29 set. 2009. Disponí-

vel em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2009d.

BNB. **Informações gerenciais do programa Crediamigo**, ago. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Nordeste: conjuntura mensal**, Boletim Eletrônico, n. 9, set. 2009a.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook**, oct. 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 7 out. 2009.



